



GRUPOTAP

**TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.
(Consolidação)**

2015

RELATÓRIO DE GESTÃO

(PRINCIPAIS FACTOS)

E

CONTAS DO EXERCÍCIO

RELATÓRIO DE GESTÃO
(Principais Factos)

2015

Conjuntura

Conjuntura Internacional

A atividade económica mundial manteve, ao longo de 2015, uma trajetória de recuperação gradual e irregular, esperando-se para o PIB mundial um crescimento na ordem dos 3,1%, ligeiramente inferior aos 3,4% observados em 2014. Este comportamento reflete a continuação do abrandamento nos mercados emergentes, que ocorre pelo quinto ano consecutivo, parcialmente compensado por uma modesta recuperação na atividade das economias avançadas, em particular na zona euro.

A suportar a recuperação nas economias avançadas, que se espera na ordem dos 1,9%, de referir os preços baixos do petróleo, condições de financiamento ainda favoráveis, a melhoria dos mercados de trabalho, o crescimento da confiança e o desvanecimento dos fatores adversos da desalavancagem do setor privado e da consolidação orçamental. Neste contexto, nos Estados Unidos, o dinamismo das despesas das famílias continuou a motivar o reforço da recuperação económica, que deverá rondar os 2,5%, sendo no entanto de referir um impacto negativo nas exportações líquidas, decorrente da apreciação do dólar dos Estados Unidos.

Em contraste, as economias de mercado emergentes (EME), onde se espera um crescimento na ordem dos 4,0% (menos 0,6 p.p. que em 2014), continuam restringidas por impedimentos estruturais, persistindo divergências, em parte relacionadas com o diferente impacto da correção dos preços das matérias-primas nos países exportadores e importadores. Embora nos países emergentes da Ásia – incluindo China e Índia – e na Europa Central e de Leste a atividade económica tenha permanecido robusta, a região da Comunidade dos Estados Independentes (CIS) registou uma recessão profunda, com epicentro na Rússia sob o impacto dos preços baixos do petróleo, de restrições de financiamento externo e fraca confiança nas empresas. Na China, assistiu-se a um ligeiro declínio do crescimento anual para 6,9% (face a 7,3% em 2014), não tendo o menor nível de investimento sido compensado completamente por despesas de consumo mais fortes, perante uma reorientação da política económica da China, para um modelo mais baseado no mercado interno, na sequência do processo de reequilíbrio desta economia. Na América Latina, o crescimento também se tornou negativo, em reflexo da deterioração dos termos de troca, dada a queda dos preços das matérias-primas e, também, de desequilíbrios internos, e incerteza política, em particular no Brasil, onde a desaceleração económica se intensificou de forma acentuada (devendo atingir os -3,8%). Na África Subsariana, espera-se um abrandamento na atividade económica, que deverá situar-se nos 3,5% (caindo de 5,0% em 2014), em reflexo da queda nos preços das matérias-primas. De referir o comportamento da economia em Angola, que se encontra em contração económica sensivelmente na mesma linha, desde o decréscimo acentuado e sustentado dos preços do petróleo.

Na zona euro, a melhoria verificada em 2014 no ritmo de evolução da economia (0,8%) manteve-se em 2015, esperando-se um crescimento de 1,5%. Tal como em outras economias avançadas, a diminuição acentuada nos preços de produtos energéticos aumentou o rendimento real disponível e ajudou ao fortalecimento do crescimento do consumo privado, o que se traduziu na taxa mais elevada desde o início da crise. A confiança crescente dos consumidores, num contexto de melhoria gradual no mercado de trabalho, proporcionou um impulso adicional ao consumo. Adicionalmente, um maior grau de acomodação monetária da parte do BCE, através de medidas não convencionais, contribuiu para o fortalecimento da atividade económica. De referir, o anúncio em janeiro de 2015, pelo Conselho do BCE, sobre uma expansão do programa existente de compras de ativos, a fim de incluir obrigações emitidas pelos governos da área euro, agências e instituições da UE. Neste contexto, assistiu-se a uma redução no custo do crédito e na dispersão das taxas de juro de empréstimos. Estes desenvolvimentos, em conjunto com uma orientação orçamental mais neutra na maioria dos países, contribuíram para tornar a recuperação da área do euro mais abrangente. Todavia, permanecem as diferenças económicas entre os vários países da zona euro.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Em particular, os dois principais parceiros comerciais de Portugal apresentaram um crescimento económico, recuperando da estagnação observada no final de 2014. Espanha, representando sensivelmente 27% da procura externa de bens e serviços dirigida à economia portuguesa, que em 2014 apresentou um crescimento de 1,4%, espera-se que a economia tenha acelerado fortemente, terminando 2015 com uma evolução de 3,2% suportada, especialmente, pela recuperação da procura doméstica, a refletir uma melhoria das condições financeiras e um aumento da confiança dos agentes económicos. Relativamente à Alemanha, representando cerca de 14% da procura externa de bens e serviços dirigida à economia portuguesa, após um crescimento de 1,6% em 2014, espera-se que a economia finalize 2015 com uma evolução semelhante (1,5%), impulsionada pelo aumento do consumo interno, devido a uma descida do desemprego, ao aumento de salários e baixa inflação, bem como à recuperação da zona euro. De referir que o consumo das famílias e as despesas públicas, com o acolhimento dos refugiados, substituiu o abrandamento verificado nas exportações de que a economia é fortemente dependente, contribuindo para um crescimento de 0,3% no terceiro trimestre de 2015. De notar que se espera que outros mercados de elevada dimensão na economia europeia e de destino de exportações portuguesas, designadamente França e Itália, apresentem uma ligeira recuperação, com crescimentos de 1,1% e de 0,8%, respetivamente, após evoluções que se situaram em 0,2% e -0,4%, no ano 2014. Por outro lado, assistiu-se a uma contínua redução do défice orçamental, esperando-se que o rácio do défice público para a área do euro atinja 2,0% do PIB, em 2015.

Contrariamente à evolução da componente não-energética dos preços, observou-se, ao longo do ano, uma queda do preço dos bens energéticos, num contexto de forte queda dos preços do petróleo. Os preços do crude foram os que apresentaram o maior declínio (evoluindo o valor médio de 99 USD/barril em 2014, para 52 USD/barril em 2015, traduzindo-se numa queda de 48%), fruto da manutenção, pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo, da produção mundial de petróleo em níveis elevados, e verificando-se excesso de oferta, no mercado mundial de petróleo, embora na presença de máximos históricos na vertente da procura.

Conjuntura Nacional

Após um crescimento de 0,9% em 2014, a atividade económica em Portugal deverá registar um crescimento moderado, na ordem de 1,5% em 2015, caracterizado por um crescimento mais dinâmico quer da procura interna quer das exportações. Estima-se que o consumo privado tenha aumentado em cerca de 2,7%, beneficiando de uma evolução favorável do rendimento disponível real das famílias e de uma melhoria nas expectativas quanto ao rendimento permanente, num quadro de manutenção de níveis de confiança dos consumidores em valores historicamente elevados. De referir que, após a redução de 0,2% em 2014, a inflação deverá apresentar um crescimento de 0,6%, refletindo a evolução da componente não energética, uma vez que os preços dos bens energéticos deverão registar uma queda. No que respeita às condições no mercado de trabalho, observou-se uma melhoria, com um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego, que se situou em 11,9% no segundo trimestre de 2015 (13,5% no quarto trimestre de 2014).

Adicionalmente, após um Incremento de 2,8% em 2014, a FBCF deverá crescer 4,8% em 2015, refletindo a recuperação dos níveis de investimento empresarial em percentagem do PIB para valores próximos dos observados antes da crise financeira internacional. Por seu turno, as projeções para as exportações apontam para uma aceleração, perspetivando-se um crescimento de 5,3% (3,9% em 2014) refletindo, por um lado, ganhos adicionais de quota de mercado num contexto de forte depreciação do euro e, por outro, fatores de natureza temporária associados à exportação de bens combustíveis, refletindo o efeito de base proveniente do encerramento temporário de uma importante unidade de refinação no primeiro semestre de 2014.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Governo da Sociedade

A informação sobre os Órgãos Sociais da Empresa pode ser obtida através da consulta do website do Grupo TAP www.flytap.com.

Órgãos Sociais

TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.

Composição dos órgãos de Governação e de Administração, em funções até 12 de novembro de 2015

Por deliberação em Assembleia Geral de 2 de junho de 2009, para o triénio 2009–2011.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente Paulo Manuel Marques Fernandes
Vice-Presidente António Lorena de Sêves
Secretário Orlanda do Céu S. Sampaio Pimenta d' Aguiar

Conselho de Administração Executivo

Presidente Fernando Abs da Cruz Souza Pinto
Vogal Luiz da Gama Mór
Vogal Manoel José Fontes Torres
Vogal Maria Teresa Silva Lopes

Conselho Geral e de Supervisão

Presidente Manuel Soares Pinto Barbosa
Vogal Carlos Alberto Veiga Anjos
Vogal João Luís Traça Borges de Assunção
Vogal Luís Manuel dos Santos Silva Patrão
Vogal Maria do Rosário Miranda Andrade Ribeiro Vítor
Vogal Rui Manuel de Azevedo Pereira da Silva
Vogal Vítor José Cabrita Neto

Por deliberação do Conselho Geral e de Supervisão, em reunião de 26 de junho de 2009.

Comissão Especializada de Auditoria

Membro Manuel Soares Pinto Barbosa
Membro João Luís Traça Borges de Assunção
Membro Rui Manuel de Azevedo Pereira da Silva

Comissão Especializada de Sustentabilidade e Governo Societário

Membro Manuel Soares Pinto Barbosa
Membro Carlos Alberto Veiga Anjos
Membro João Luís Traça Borges de Assunção
Membro Luís Manuel dos Santos Silva Patrão
Membro Maria do Rosário Miranda Andrade Ribeiro Vítor
Membro Rui Manuel de Azevedo Pereira da Silva
Membro Vítor José Cabrita Neto

Secretário da Sociedade

Por deliberação do Conselho de Administração Executivo, em reunião de 23 de junho de 2009.

Secretário da Sociedade Orlanda do Céu S. Sampaio Pimenta d' Aguiar
Secretário da Sociedade Suplente Alda Maria dos Santos Pato

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Fiscalização da Sociedade

Revisor Oficial de Contas

Por deliberação em Assembleia Geral de 2 de junho de 2009, para o triénio 2009–2011.

Efetivo Oliveira, Reis & Associados representada por José Vieira dos Reis

Suplente Fernando Marques Oliveira

Composição do órgão de Administração, em funções após 12 de novembro de 2015

Não tendo sido eleitos os membros da Mesa da Assembleia Geral, a reunião deste órgão realizada em 12 de novembro de 2015 teve a seguinte composição:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente David Humberto Canas Pedrosa (representante do acionista Atlantic Gateway)

Secretário Cláudia Cruz Almeida (representante do acionista Parpública)

Por deliberação em Assembleia Geral de 12 de novembro de 2015, para o triénio 2015-2017.

Conselho de Administração

Presidente Humberto Manuel dos Santos Pedrosa

Vogal Fernando Abs da Cruz Souza Pinto

Vogal David Humberto Canas Pedrosa

Vogal Maximilian Otto Urbahn

Vogal David Gary Neeleman

Vogal Francisco Maria Freitas de Moraes Sarmento Ramalho

Vogal Henri Courpron

Vogal Philippe Calixte Albert Delmas

Vogal Robert Aaron Milton

Vogal Sydney John Isaacs

Vogal Tiago Gonçalves de Aires Mateus

Na reunião do Conselho de Administração da TAP, SGPS, S.A. de 13 de dezembro de 2015, a Comissão Executiva desta sociedade passou a ter a seguinte composição:

Comissão Executiva

Presidente Fernando Abs da Cruz Souza Pinto

Vogal David Humberto Canas Pedrosa

Vogal Maximilian Otto Urbahn

Secretário da Sociedade

Por designação sujeita a ratificação do Conselho de Administração da Sociedade, nos termos do artigo 21.º dos Estatutos da Sociedade, para o triénio 2015-2017, com efeitos a 16 de dezembro de 2015.

Secretário da Sociedade Ana Maria Sirgado Malheiro

Secretário da Sociedade Suplente Sem designação

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Fiscalização da Sociedade

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da TAP, SGPS, S.A. foi eleito na Assembleia Geral de 12 de novembro de 2015, para o triénio 2015-2017 com a seguinte composição:

TAP, SGPS, S.A.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Doc.	Mandatos exercidos Nº	Data da 1ª designação
2015-2017	Conselho Fiscal	Sérgio Sambade Nunes Rodrigues	Assembleia Geral de 12.nov.2015	1	12.nov.2015
		Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	Assembleia Geral de 12.nov.2015	1	12.nov.2015
		Maria Susana da Mota Furtado e Almeida Rodrigues	Assembleia Geral de 12.nov.2015	1	12.nov.2015
	Suplente	António Pires dos Reis	Assembleia Geral de 12.nov.2015	1	12.nov.2015

Revisor Oficial de Contas

Por deliberação em Assembleia Geral de 12 de novembro de 2015, para o triénio 2015–2017.

Efetivo Oliveira, Reis & Associados representada por José Vieira dos Reis

Suplente Joaquim Oliveira de Jesus

Nota sobre Cumprimento das Orientações Legais

O D.L. nº 133/2013, de 3 de outubro, que entrou em vigor em 03 de dezembro de 2013 e aprovou o novo regime jurídico do setor público empresarial, estabeleceu, para as empresas integradas no setor empresarial do Estado sobre as quais este exercesse, ou viesse a exercer, direta ou indiretamente, influência dominante (as denominadas empresas públicas), uma série de deveres especiais de informação e de obtenção de autorização prévia para certo tipo de operações de financiamento e investimento, a cumprir perante várias entidades, nomeadamente, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

Era o caso da TAP SGPS – empresa mãe do Grupo TAP (de que se destaca a transportadora aérea TAP, S.A.), detida a 100% pelo Estado Português, através da Parública–Participações Públicas, SGPS, S.A. –, que, inclusive, a partir de 30 de setembro de 2014 (mas com efeitos a partir do início de 2015), ao constar da lista publicada à data pelo Instituto Nacional de Estatística ao abrigo do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, passou a ser considerada como uma Entidade Pública Reclassificada.

Em 12 de novembro de 2015, com a conclusão do processo de privatização da TAP SGPS, mediante a aquisição à Parública, pelo consórcio privado Atlantic Gateway, SGPS, S.A., de ações representativas de 61% do seu capital social, a TAP SGPS passou a integrar o setor empresarial privado, cessando também nessa data, as obrigações de reporte a que estava obrigada enquanto empresa pública ao abrigo do referido D.L. nº 133/2013, de 3 de outubro.

Gestão do Risco

Gestão de risco e controlo interno

O modelo criado pela Comunidade Europeia separando áreas, funções e profissionais, de forma específica para que aqueles possam ser coordenados com eficácia e eficiência, define com clareza as responsabilidades e estabelece os respetivos limites, permitindo uma visualização nítida do enquadramento dos diferentes cargos na estrutura geral de riscos e controlos da organização.

Este modelo – Modelo das Três Linhas de Defesa – considera, conceptualmente, as seguintes vertentes:

Modelo das Três Linhas de Defesa

1ª Linha de Defesa – Situa-se a nível do responsável pela área de negócio, gestor direto, com a responsabilidade de identificar, mensurar, avaliar e mitigar os riscos do respetivo negócio. Cada unidade de negócio tem riscos operacionais inerentes e é responsável por manter controlos internos eficientes, adequados e eficazes, e implementar ações corretivas para a resolução de deficiências em processos e controlos;

2ª Linha de Defesa – Inclui as funções de gestão de risco e conformidade, devendo trabalhar em conjunto com a área de negócios, para garantir que as situações identificadas na 1ª linha de defesa foram devidamente avaliadas e os riscos do negócio corretamente reportados;

3ª Linha de Defesa – É representada pela Auditoria Interna, que deve rever, monitorizar e avaliar, de modo sistemático e eficiente, as atividades das duas primeiras linhas de defesa, bem como contribuir para a sua melhoria, potenciando a respetiva eficácia.

Este modelo reforça, de forma incisiva, que o dono do processo é o dono do risco e dos seus controlos. Neste sentido, as fraudes só acontecem quando os donos do processo não estão imbuídos de comprometimento e não possuem maturidade para praticarem os controlos e respetivas metodologias, sugeridas e supervisionas pela segunda linha de defesa. A Auditoria Interna, como uma das três linhas de defesa na gestão de risco do Grupo TAP, procura avaliar e monitorizar a eficiência e eficácia das operações, a preservação dos ativos, a confiança e integridade dos processos de reporte e a conformidade com leis, regulamentos, políticas, procedimentos e contratos estabelecidos.

No 2º semestre do ano de 2015, foi dado início ao processo de implementação do *Corporate Risk Management* (CRM), aplicável a todas as empresas do Grupo TAP diretamente envolvidas na operação e manutenção da atividade de transporte aéreo. À Direção de Auditoria Interna foi atribuída a responsabilidade pela monitorização, controlo e reporte centralizado do CRM, que irá efetuar o tratamento e monitorização da Gestão de Risco Corporativo da Empresa, de uma forma coordenada e estruturada, de acordo com o estipulado no Manual de *Corporate Risk Management*, utilizando como base de avaliação o modelo COSO e o instrumental analítico FERMA.

Com o objetivo de reforçar a gestão, monitorização e avaliação do risco de *compliance*, a Empresa elaborou o *Manual de Compliance*, reforçando, preferencialmente, as áreas a serem acompanhadas nas diferentes Auditorias conduzidas ao longo do ano e integrantes do Plano Anual de Auditorias. Na TAP Portugal, com o objetivo de prevenir e evitar a violação das normas e desvio de condutas que acarretem consequências negativas para a organização e para a sociedade foi criada, em 2015, uma área de *Compliance* integrada na área de Auditoria do Grupo TAP.

Na sequência da divulgação do *Manual de Boa Conduta Empresarial*, a Empresa desenvolveu uma recolha e compilação de legislação nacional e internacional, aplicável à temática de *Compliance*, culminando na divulgação interna do *Manual Global de Compliance*. Este documento esclarece e pretende alinhar todos os processos da organização, por forma a assegurar o cumprimento de normas e procedimentos, integrando na cultura da TAP, práticas anticorrupção, e de ética, baseando-se numa atitude responsável e consciente de todos os *stakeholders* da Empresa. Nesse contexto, a Auditoria, no âmbito da monitorização, potenciou a vertente de *Compliance*, implementando nas suas rotinas, verificações das boas práticas de Governação Corporativa, em todas as análises efetuadas.

Como complemento, e decorrente da sua importância e transversalidade, foi disponibilizado um canal de comunicação interno, que visa um envolvimento generalizado na cultura de *Compliance*, proporcionando o esclarecimento de dúvidas e a comunicação de casos que sejam do conhecimento dos diversos interlocutores da organização do Grupo TAP.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Fatores de risco e a sua gestão

Tipologia de Risco

Riscos Externos – Evento que ocorre devido a fatores externos, a Empresa não tem qualquer tipo de controlo, tendo que adaptar-se às novas realidades.

Riscos Internos – Risco que ocorre com base em fatores internos, com os quais a Empresa poderá interagir, com o objetivo de definir uma estratégia de mitigação, aceitação, transferência ou recusa.



RISCOS INTERNOS						RISCOS EXTERNOS	
ORGANIZACIONAL	PROCESSOS SUBSIDIÁRIOS	ISOLADOS	CONTRATUAIS	FINANCEIROS	OPERACIONAIS	EXTERNOS	MERCADO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recursos Humanos ▪ Fornecedores ▪ Clientes ▪ Organização Comercial ▪ Marcas próprias ▪ Produtos ▪ Segurança ▪ Marketing ▪ Instalações 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informática ▪ Infraestruturas ▪ Certificações ▪ Fatores Técnicos ▪ Segurança ▪ Indeminizações ▪ Fusões/aquisições 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projetos ▪ Subsidiárias ▪ Compromissos Institucionais ▪ Controlo Interno ▪ Responsabilidade Sociais ▪ Fraude ▪ Corrupção 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compromissos de Compra ▪ Garantias de pagamento ▪ Fraude ▪ Corrupção 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ativos Financeiros ▪ Liquidez ▪ Taxas de Juro ▪ Taxas de Câmbio ▪ Preço Combustível ▪ Fusões/aquisições ▪ Indemnizações ▪ Tesouraria 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Risco Operacional ▪ Risco de Manutenção e Engenharia ▪ Risco de Tecnologias de Informação ▪ Incêndio e prevenção ▪ Saúde e segurança do trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Envolvente Económica ▪ Envolvente Social ▪ Taxas de Juro ▪ Taxas de Câmbio ▪ Impostos ▪ Catástrofes ▪ Políticos ▪ Parcerias ▪ Epidemias 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atratividade do mercado ▪ Evolução do sector ▪ Concorrência ▪ Distribuição ▪ Organização Comercial ▪ Novos Produtos ▪ Novas Tecnologias ▪ Normativo Legal
Riscos na organização da Empresa (pessoas e serviços) e nas interações entre a Empresa e fornecedores/clientes	Riscos verificados nos processos /atividades de suporte à atividade da Empresa	Eventos que não têm uma rotina frequente na atividade da Empresa	Riscos existentes com o compromisso entre a Empresa e fornecedores / clientes e quais a mitigações existentes	Sistemas e ações de monitorização e controlo de riscos económico-financeiros, acompanhamento dos desenvolvimentos económicos e geopolíticos, designadamente, em países com elevada instabilidade social e política, e auditoria Interna a procedimentos, contratação e transações	Risco de perdas ou impactos negativos financeiros, no negócio e/ou na imagem/reputação da organização, causados por falhas ou deficiências na governação e processos de negócio, nas pessoas, nos sistemas ou resultantes de eventos externos, que poderão ser despoletados por uma multiplicidade de eventos	Riscos relacionados com ambientes económicos, sociais e ambientais, que não estão diretamente relacionados com a atividade da Empresa	Todos os eventos que poderão traduzir-se como risco à atividade da Empresa e que estão diretamente relacionados com a atividade da mesma

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Risco de natureza económica e financeira

Sistemas e ações de monitorização e controlo de riscos económico-financeiros, acompanhamento dos desenvolvimentos económicos e geopolíticos, designadamente em países com elevada instabilidade social e política, e auditoria interna a procedimentos, contratação e transações.

Risco operacional (Segurança | Safety)

Modelo de atuação pelo qual a possibilidade de dano, para pessoas e bens é minimizada ou eliminada, através de um processo contínuo de identificação de situações com perigosidade potencial e da gestão do respetivo risco associado.

Risco de tecnologias de informação

Sistemas de identificação de vulnerabilidades e ameaças utilizados pelas organizações.

Risco de incêndio–prevenção

Sistema de gestão do risco de incêndio, explosão e derrames de produtos químicos. O sistema integra os Planos de Segurança Internos, a formação dos Colaboradores, os Manuais de Proteção contra Atmosferas Explosivas (Manuais ATEX), os exercícios de simulacro de emergência (incêndio, derrame de produtos químicos e sismo) para treino dos Colaboradores e equipas de apoio à emergência (Central de Segurança, Vigilantes e Brigada de Incêndios), e um Plano de Auditorias Internas.

Risco de Manutenção e Engenharia

A gestão de risco na TAP–Manutenção e Engenharia é inerente e está integrada nas responsabilidades definidas no âmbito das certificações aeronáuticas e creditações detidas [EASA Parte 145 (Organizações de Manutenção); EASA Parte M (Aeronavegabilidade Continuada); NP EN ISO 9001:2008 (Sistemas de Gestão da Qualidade), entre outras] que são obrigatórias para a garantia da continuidade da sua atividade.

Risco de saúde e segurança do trabalho

Sistema de gestão de risco apoiado na identificação, avaliação e controlo dos riscos profissionais, com repercussão na saúde e na segurança, que visa melhorar a saúde e a qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade, favorecendo a produtividade, através do envolvimento de toda a Empresa numa Cultura de Prevenção de Riscos.

Síntese do Desempenho da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Em 2015, o negócio de transporte aéreo continuou a representar um forte contributo para o desenvolvimento da economia global, proporcionando conectividade e contribuindo para impulsionar o desenvolvimento económico. A procura de passageiros em termos de totais de passageiro-quilómetro registou, a nível global, uma evolução de aproximadamente 6,5% face a 2014, excedendo este resultado a média anual de 5,5% dos últimos 10 anos, enquanto a capacidade aumentou em 5,6%. A taxa de ocupação dos voos, subindo 0,6 p.p. para um máximo histórico, situou-se na ordem dos 80,3%, comprovando o esforço das companhias aéreas em maximizar a captação da procura. Em contrapartida, a Indústria evidenciou uma queda do *yield* global médio que, após o ajustamento relacionado com o impacto da apreciação do USD, se situou em -5% em 2015, resultando numa perda de rentabilidade. Relativamente ao mercado de carga aérea, sob o efeito de um crescimento lento na Europa e na região Ásia-Pacífico, 2015 terminou com uma evolução global de 2,2%, um ritmo mais lento que os 4,5% registados em 2014.

Entretanto, os preços de combustível de avião continuaram a apresentar uma trajetória descendente, tendo representado um encargo global para a TAP, S.A. na ordem dos 28% do total de Gastos e Perdas Operacionais desta empresa. Face a 2014, aquele valor diminuiu em 17,2%, o equivalente a EUR 137,5 milhões. A forte queda do preço do petróleo, sentida desde o último trimestre de 2014, refletiu-se no encargo da TAP com combustíveis (estimado em EUR 149,5 milhões).

Encargo com Combustíveis na TAP, S.A.

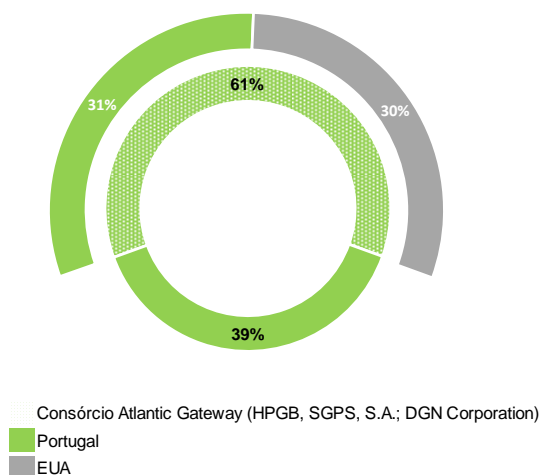
	2015 EUR milhões	2014 EUR milhões	var. (abs.)
Total (*)	660,3	797,8	-137,5
Efeito Preço			-149,5
Efeito Quantidade			10,6
Aquisição de Licenças de Emissão de CO ₂	5,9	4,7	1,2

(*) Inclui encargo relativo à aquisição de Licenças de Emissão de CO₂

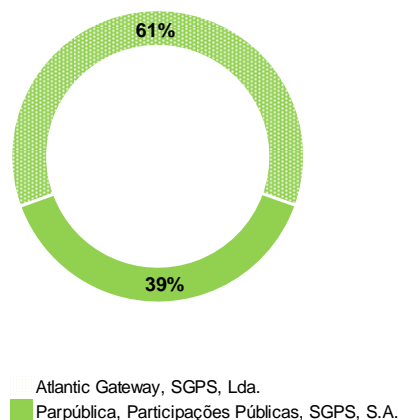
Estrutura acionista do Grupo TAP a 31 dezembro 2015

Repartição geográfica e por tipo de investidor da estrutura acionista da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A., em 31 dezembro 2015

Repartição geográfica da estrutura acionista

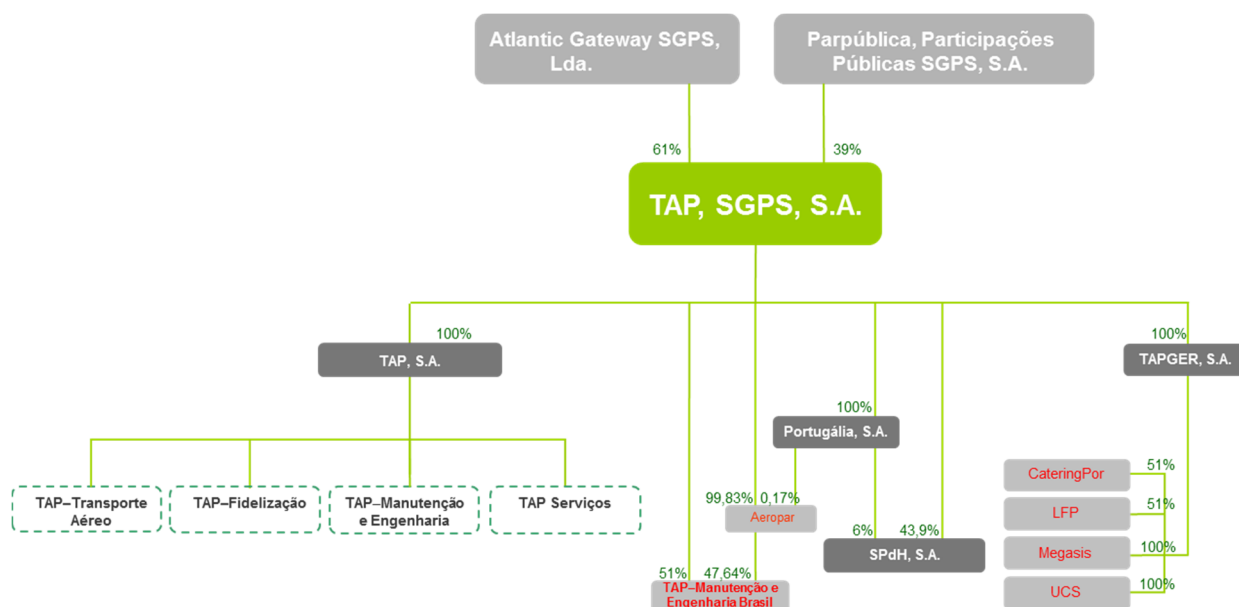


Repartição da estrutura acionista por tipo de investidor



Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

No final de 2015, o Grupo das empresas que se encontravam no perímetro de consolidação da *holding* TAP era constituído pela TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. e subsidiárias, de acordo com a organização representada no esquema.



Metodologia de Consolidação

Foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método integral as seguintes empresas:

- TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.
 - Transportes Aéreos Portugueses S.A. (TAP, S.A.)
- TAPGER–Sociedade de Gestão e Serviços, S.A. e empresas subsidiárias:
 - CATERINGPOR–Catering de Portugal, S.A.
 - L.F.P.–Lojas Francas de Portugal, S.A.
 - U.C.S.–Cuidados Integrados de Saúde, S.A.
 - MEGASIS–Sociedade de Serviços e Engenharia Informática, S.A.
- PORTUGÁLIA–Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. (PORTUGÁLIA)
- AEROPAR Participações, S.A. (AEROPAR) e empresa subsidiária:
 - TAP–Manutenção e Engenharia Brasil, S.A. (ex-VEM)

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais o Grupo considera existir controlo.

Foi qualificada como associada a seguinte entidade:

- SPdH–Serviços Portugueses de Handling, S.A. (SPdH)

Desempenho agregado das empresas da *holding* TAP (Consolidação)

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo anexas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (IFRS – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – IAS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (SIC), em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Salientam-se, seguidamente, os aspetos mais relevantes do desempenho agregado da *holding* TAP em 2015 e de cada uma das empresas que constituem o núcleo empresarial em que a Empresa detém participações financeiras.

Em 2015, não se tendo verificado a inclusão na frota de novas aeronaves, permaneceu como política, a realização de ajustamentos na oferta, designadamente nos períodos de menor procura, e tendo ocorrido, igualmente, a suspensão de algumas operações, por tempo indeterminado.

Contudo, o resultado apresentado pelo Grupo situou-se significativamente inferior às expectativas, largamente influenciado por uma conjuntura marcadamente desfavorável nos principais mercados da Empresa no longo curso, tradicionalmente mais rentáveis. De referir, em particular, o impacto da forte desaceleração económica no Brasil, a contração da economia angolana desde o decréscimo sustentado dos preços do petróleo, e a deterioração da economia na Venezuela.

Desta forma, a TAP SGPS finalizou 2015 com um resultado líquido no valor de EUR -156,0 milhões, montante que representa um agravamento de EUR 70,9 milhões em relação aos EUR -85,1 milhões registados em 2014. A nível operacional (antes de gastos de financiamento e impostos), a Empresa registou um resultado negativo no valor de EUR -105,7 milhões, refletindo um agravamento de EUR 108,2 milhões, face ao montante verificado no ano anterior. O resultado antes de impostos totalizou EUR -168,9 milhões, valor que representa um agravamento de EUR 90,1 milhões, em relação aos EUR -78,8 milhões registados em 2014.

Relativamente à atividade de Transporte Aéreo, apesar de algum incremento da capacidade e oferta (na ordem dos 0,8%), de notar a contração de proveitos em vendas e serviços prestados (uma diminuição de 4,9% em 2015, face a 2014). Este resultado foi largamente impactado pela erosão verificada no *yield*, bem como na procura de alguns mercados de longo curso, tradicionalmente mais rentáveis, em resultado de uma envolvente económica acentuadamente desfavorável sentida nos mesmos.

De referir, ainda, que a atividade da TAP–Manutenção e Engenharia Portugal evidenciou um total de proveitos gerados em vendas e prestações de serviços de manutenção a Terceiros de EUR 101,3 milhões, mais 10,4% que em 2014, mas ainda assim inferior ao realizado em 2012, resultado largamente causado pelo aumento da presença de OEM's e organizações de grande dimensão nas atividades de motores e componentes, negócios com uma elevada componente financeira.

Relativamente à TAP S.A., a empresa registou um resultado líquido de EUR -99,0 milhões, sendo este valor inferior em EUR 52,6 milhões, aos -46,4 milhões registados em 2014. O resultado operacional atingiu EUR -108,8 milhões, menos EUR 102,3 milhões que em 2014, tendo-se verificado resultados financeiros líquidos no valor de EUR -11,1 milhões, correspondendo a uma melhoria na ordem de EUR 28,5 milhões, face ao ano anterior. De referir que a empresa TAP, S.A. teve que reconhecer nas suas demonstrações financeiras um custo adicional relativo à representação da Venezuela, com impacto importante nos resultados negativos de 2015, devido à deterioração da economia naquele país, às desvalorizações sucessivas da moeda local, bem com à atual limitação de repatriamento de capitais imposta pelas autoridades governamentais locais.

Relativamente à Manutenção e Engenharia, a TAP–Manutenção e Engenharia Brasil prosseguiu no seu trajeto, visando a melhoria de resultados, tendo em 2015 completado o último ano do Plano de Restruturação a cinco anos. Neste ano, a empresa registou um resultado líquido de EUR -40,2 milhões, ou seja, um agravamento em EUR 17,6 milhões face ao valor obtido em 2014. Este resultado refletiu o adiamento de algumas inspeções, por força de uma menor atividade das companhias aéreas brasileiras clientes, com particular incidência durante a primeira metade do ano. Contudo, a empresa prosseguiu visando melhoria do seu desempenho económico e operacional, sendo de realçar a continuidade do trabalho relativamente à eliminação de contingências que têm pesado sobre a empresa.

Contribuição das empresas associadas

No que refere à SPDH–Serviços Portugueses de Handling, S.A. (Groundforce Portugal), constituída em 2003 por cisão da Unidade de Negócio de Assistência em Escala da TAP S.A., a TAP, SGPS, S.A. é detentora de um conjunto de ações representativas de 49,9% do respetivo capital social, valor que inclui uma participação de 6% detida pela PORTUGÁLIA–Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos S.A.. Em 2015, a empresa atingiu um resultado líquido positivo no valor de EUR 4,9 milhões, superior ao resultado de EUR 2,4 milhões atingido em 2014.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Principais Indicadores

TAP, SGPS, S.A. (Consolidação)

	2015	2014	var.
	EUR milhões	EUR milhões	
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(105,7)	2,6	-4208,4%
Resultado antes de impostos	(168,9)	(78,8)	-114,3%
Resultado Líquido atribuível aos acionistas da TAP SGPS	(156,0)	(85,1)	-83,4%
Resultado Líquido da TAP, S.A.	(99,0)	(46,4)	-113,6%
Resultado Líquido da SPdH-Serviços Portugueses de Handling, S.A.	4,9	2,4	108,2%
Resultado Líquido da Aeropar Participações, S.A. (Brasil)	(19,1)	(11,0)	-73,4%
Resultado Líquido da TAP-Manutenção e Engenharia Brasil, S.A.	(40,2)	(22,6)	-77,7%
Ativo	1374,0	1560,4	-11,9%
Capital Próprio (após Interesses não controlados)	(530,3)	(511,9)	-3,6%
Quadro do Pessoal Ativo do Grupo (31 dezembro)	13.102	13.193	-91
TAP, S.A.*	7.284	7.323	-39
Transporte Aéreo	4.914	4.984	-70
Fidelização	19	-	
Manutenção e Engenharia	1.911	1.882	29
TAP Serviços	409	427	-18
Outros	31	30	1
SPdH-Serviços Portugueses de Handling, S.A.**	2.172	2.255	-83
Restantes Empresas ***	3.646	3.615	31

(*) Não inclui pessoal sem colocação e não ativo

(**) Empresa Associada

(***) TAP –Manutenção e Engenharia Brasil não inclui Estagiários

Factos marcantes

Acontecimentos Estruturantes

No decorrer de 2015, a Empresa prosseguiu os esforços no sentido de manter um posicionamento competitivo no mercado global, tendo-se registado a ocorrência de acontecimentos de natureza estruturante.

Cronologia dos principais acontecimentos

Processo de reprivatização da TAP SGPS, S.A.

A reabertura do processo de privatização da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, S.A., através da privatização do capital social da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A., pela alienação de ações representativas de até 66% do capital social da TAP SGPS, S.A. recebeu aprovação em reunião de Conselho de Ministros de 13 de novembro de 2014, através do Decreto-Lei n.º 181-A/2014, de 24 de dezembro, publicado em Diário da República.

As condições específicas da operação, conforme caderno de encargos, aprovado em anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 4 / 2015, de 15 de janeiro, publicado em Diário da República, estabelecem que o processo de reprivatização será efetuado através de uma venda direta de referência de até 61% das ações representativas do capital social da TAP SGPS, S.A., e de uma oferta de venda destinada aos trabalhadores desta sociedade e de outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo, de até 5% do capital social daquela sociedade. Adicionalmente, ficou ainda estabelecida uma opção de venda a favor do Estado, que pode alienar capital remanescente da TAP SGPS, S.A., ao adquirente na venda direta de referência, podendo ainda ser acordada com este uma opção de compra, nos termos do caderno de encargos da operação.

Recordam-se como principais etapas subsequentes do processo:

11 Fevereiro — Estabelecimento da data de início do período para a realização das diligências informativas previstas no artigo 6.º do caderno de encargos, bem como a data limite para a apresentação das propostas vinculativas de aquisição de ações (Despacho n.º 1469-A/2015, de 11 de fevereiro).

19 Maio — A Parpública, Participações Públicas (SGPS), S.A. comunica que, no âmbito do processo de reprivatização indireta do capital social da TAP, a Parpública recebeu três propostas, provenientes de investidores interessados na aquisição de ações representativas do capital social da TAP SGPS, S.A.

Informa, ainda, que seguir-se-á a análise das propostas apresentadas, um processo que será efetuado num prazo de cinco dias úteis – previsto no caderno de encargos –, findo o qual será entregue ao Governo o relatório com as respetivas conclusões. O relatório das propostas apresentadas pela Parpública é antecedido de audição da TAP SGPS, S.A., quanto à adequação aos interesses da sociedade das propostas vinculativas de projetos estratégicos, a ocorrer no prazo de três dias úteis após a receção das propostas vinculativas de aquisição.

12 Junho — Em Comunicado, o Conselho de Ministros informa (Resolução 38-A/2015, de 12 de junho) que aprovou a seleção do agrupamento que irá adquirir as ações representativas de 61% do capital social da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A., as quais constituem objeto da venda direta de referência no âmbito do processo de reprivatização da Empresa. Foi selecionado o agrupamento Gateway, constituído pela sociedade HPGB, SGPS S.A. e pela DGN Corporation, atendendo ao maior mérito da sua proposta, em especial no que respeita à contribuição para o reforço da capacidade económico-financeira do Grupo TAP, ao projeto estratégico apresentado e ao valor global apresentado para a aquisição das ações representativas do capital social da TAP SGPS, S.A., e respetivas opções de venda e compra.

24 Junho — É efetuada a assinatura do acordo para a venda de 61% da TAP, entre o Governo, através dos Ministros das Finanças e da Economia, e o consórcio Atlantic Gateway, constituído pelos empresários Humberto Pedrosa (dono do Grupo Barraqueiro) e David Neeleman (acionista da Azul Linhas Aéreas Brasileiras), que teve lugar no Ministério das Finanças. Em conferência de imprensa, a Atlantic Gateway apresentou os compromissos estratégicos para a TAP.

6 Julho — O acionista único da TAP, Parpública, emite uma deliberação que define as Orientações Estratégicas para a gestão da TAP SGPS e do Grupo TAP (subsidiárias integrais e subsidiárias controladas), até à conclusão do processo de reprivatização do capital social da TAP SGPS, mantendo o Grupo TAP o estatuto de Empresa Pública, com todas as obrigações legais e estatutárias. As Orientações Estratégicas definidas na Deliberação da Parpública mantêm-se até à conclusão do processo de reprivatização e/ou sejam expressamente revogadas por deliberação da Assembleia Geral.

15 Julho — É efetuada Notificação à Autoridade Nacional da Aviação Civil, pela sociedade TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (empresa mãe das transportadoras aéreas TAP, S.A. e PGA, S.A.), do processo de aquisição de

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

ações representativas de 61% do seu capital social e respetivos direitos de voto, pelo agrupamento Atlantic Gateway, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 1008/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro de 2008.

A análise da ANAC teve por objetivo a aferição, para cada uma das transportadoras aéreas, do cumprimento dos requisitos legais referentes à propriedade e controlo efetivo, referidos na alínea f) do artigo 4.º, bem como à capacidade financeira, a que se refere o n.º 6 do artigo 8.º, ambos do Regulamento (CE) n.º 1008/2008, de 24 de setembro de 2008.

13 Outubro — Em Comunicado (05/2015), a Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC) informa sobre deliberação do respetivo Conselho de Administração, de 12 de outubro de 2015, relativo a aprovação de recomendações para a conformação da alteração da estrutura acionista das transportadoras aéreas TAP, S.A. e Portugália, S.A. com o disposto no Regulamento (CE) n.º 1008/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro de 2008. No comunicado, é referido que as conclusões apresentadas, consubstanciando um parecer prévio emitido ao abrigo da alínea b) do n.º 5 do artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 1008/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro de 2008, não representam uma apreciação definitiva sobre o cumprimento do referido Regulamento. Tal apreciação será efetuada pela ANAC com base na notificação dos termos exatos em que a operação de alteração da estrutura acionista das transportadoras aéreas venha a ser concretizada, nos termos da alínea c) do n.º 5 do artigo 8.º do mesmo Regulamento.

12 Novembro — Em Comunicado, o Conselho de Ministros informa que aprovou (Resolução 91-A/2015, de 12 de novembro) a minuta final do Acordo relativo à conclusão do processo de reprivatização da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, S.A., cuja celebração, e consequente entrada imediata de fundos na companhia, constitui uma necessidade urgente e inadiável para a salvaguarda dos interesses públicos prosseguidos pela empresa.

13 Novembro — Em Comunicado, o consórcio Atlantic Gateway informa que passa, a partir deste momento, a deter 61% do capital da TAP, após conclusão do processo iniciado em 11 de junho, data em que a respetiva proposta foi selecionada pelo Estado português, sendo reafirmados os compromissos assumidos no âmbito da privatização.

Principais Eventos

Fevereiro

No âmbito da comemoração do 70º aniversário da Companhia, a TAP e a Startup Lisboa lançam o projeto *TAP Creative Launch*, visando a promoção e apoio de novas ideias e empresas, nos setores da aviação e dos transportes aéreos.

Março

O Victoria – Programa de Fidelização da TAP – comemora o 10º aniversário com iniciativas dedicadas aos seus clientes.

No âmbito das comemorações que assinalam o 70º aniversário, a TAP lança o novo vídeo de instruções de segurança – *safety video* –, que traduz a força da assinatura *de braços abertos* e homenageia Lisboa, uma cidade histórica, mas moderna, *trendy* e cosmopolita. No vídeo, é retratado o percurso de um grupo de pessoas entre os 7 e os 70 anos convidados a realizarem o sonho de voar pela primeira vez, e em que estas vão lembrando as regras de segurança, num exercício de memorização.

A TAP lança um novo vídeo institucional, celebrando os 70 anos da Companhia.

Abril

Na empresa TAP, S.A., é criada a Unidade de Negócio TAP Fidelização, representando a separação do atual Programa Victoria (Programa de Fidelização da TAP), face à Unidade de Negócio Transporte Aéreo.

No site www.flytap.com, a TAP disponibiliza uma Assistente Virtual – a *Sofia* –, procurando oferecer, de forma transversal, respostas a diversos tipos de questões relacionadas com a Empresa e uma assistência em tempo real melhorando, em consequência, a relação de proximidade com os Clientes.

Junho

A todos os Clientes que viajam a partir do Brasil, a TAP disponibiliza a possibilidade de receberem o cartão de embarque diretamente no telemóvel, obviando a passagem pelos balcões de *check-in* para colocação de selo, que passa a ser eletrónico.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

A TAP lança a versão *conforto* na classe Executiva, em todos os voos operados em aviões que equipam a frota de médio curso – Airbus A319, A320 e A321 –, disponibilizando mais espaço individual e maior privacidade, com a inibição à utilização do lugar do meio.

Um novo sistema de notificação automática aos passageiros com situações de irregularidades de bagagem, permitindo o seu acompanhamento *online*, torna ainda mais simples e cómoda a comunicação com os passageiros.

Os passageiros passam a poder efetuar *online* alteração das suas reservas, entre outras facilidades, com a disponibilização da aplicação *ATC Shopper* no site da TAP (www.flytap.com).

Julho

Nasce a marca TAP STEP – o programa de milhas da TAP exclusivo para jovens entre os 12 e os 25 anos –, com o *site* da marca disponível em step.flytap.com.

Inspiradas no livro *Tapetes de Pedra* (ed. 2010), as novas bolsas de *toilette* da TAP homenageiam as icónicas calçadas portuguesas em pedra, cuja origem remonta aos mosaicos árabes e romanos, num registo inédito da sua história no mundo.

A UCS–Unidade de Cuidados de Saúde, empresa do Grupo TAP, posiciona-se como a primeira unidade de saúde ambulatória, fora do Serviço Nacional de Saúde, com acreditação, pela Direção Geral de Saúde, em Qualidade na Saúde.

A TAP inaugura, no MUDE–Museu do Design e da Moda, a exposição comemorativa do seu 70º aniversário, colocando em destaque a imagem da companhia aérea nacional, de 1945 até à atualidade, numa história que se confunde com a própria história do País.

Agosto

A TAP–Cargo instala um sistema integrado para gestão do negócio de Correio – iCargo Airmail –, um sistema de nova geração que proporciona um controlo, em tempo real, de toda a operação postal por via aérea e a resolução das respetivas irregularidades.

Setembro

É introduzido, no serviço de leitura a bordo, um quiosque digital disponível através da aplicação móvel da TAP (www.flytap.com) permitindo, de forma gratuita, a leitura de jornais e revistas nos dispositivos móveis pessoais.

A TAP abre um novo balcão de vendas no Aeroporto João Paulo II, em Ponta Delgada (ilha de São Miguel, nos Açores), reforçando a presença da Companhia em São Miguel, destino para onde oferece frequência diária.

A Cateringpor, empresa de *catering* do Grupo TAP, confeccionando as refeições servidas a bordo dos aviões da companhia aérea portuguesa e de outras companhias clientes, foi auditada e certificada nas áreas de Ambiente (norma ISO 14001), e de Sistemas (norma ISO 22000).

Dezembro

É iniciado o programa de modernização da frota de médio curso, nas oficinas da TAP–Manutenção e Engenharia Portugal, sendo a primeira companhia na Europa e a segunda num âmbito mundial, a introduzir a Tecnologia Sharklet.

Distinções e Prémios atribuídos em 2015

Reforço continuado de prestígio, nos mercados em que a Companhia opera:

- Impacto na economia, um reconhecimento em diversas regiões do mundo;
- A divulgação da cultura, dos valores e dos produtos, numa parceria no âmbito nacional;
- A promoção de contributos testemunhando preocupações relacionadas com os direitos humanos.

Europa

Melhor Companhia de Aviação – Classificação recebida no âmbito do Publituris Portugal Travel Awards 2015, importante reconhecimento mediante diversos critérios, designadamente, conhecimento da realidade da empresa, política de comunicação coerente, capacidade de inovação e visibilidade mediática.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Revista de Bordo Líder na Europa – Prémio atribuído à UP, no âmbito dos WTA (World Travel Awards) – os Óscares do Turismo mundial –, considerando a revista da TAP como o maior veículo de promoção de Portugal e da identidade portuguesa.

Safety vídeo da TAP com destaque positivo – Prémio recebido no âmbito da 10ª edição do FilmAT – *Film Art & Tourism Festival*, evento integrado no *International Tourfilm Festival* que tem como objetivo selecionar os melhores filmes turísticos produzidos em todo o mundo.

TAP Safety vídeo – 70th Anniversary premiado – Destaque recebido no âmbito da 8ª edição do ART&TUR – Festival Internacional de Cinema de Turismo, reconhecendo as melhores produções audiovisuais de promoção turística, com a atribuição do prémio especial na categoria **Branding & Business Award** e o 1º prémio na categoria **Mobility & Sports**.

Revista UP Melhor Publicação Externa – Reconhecimento atribuído pelo júri dos troféus do *Grande Prémio APCE 2015*, evento que visa distinguir a excelência na estratégia organizacional.

Melhor Microsite – Destaque efetuado no âmbito da gala dos Digital Communication Awards, ao TAP Destinos – destinos.flytap.com, espaço dedicado à promoção dos mais de 80 destinos para onde a TAP opera, relevando a estratégia de comunicação *online*.

Vídeo TAP – Portugal Litoral Surf Guide com destaque – Prémio de reconhecimento atribuído pelo Município de Peniche, pelo contributo para a promoção do País e do Surf.

TAP–Manutenção e Engenharia vencedora do concurso Clean Sky 2 (CS2) – Atribuição da liderança de um projeto relacionado com a manutenção aeronáutica, no âmbito do maior programa europeu de investigação em aeronáutica, o Clean Sky 2 (CS2), inserido no programa de fundos europeus para a investigação e inovação – o programa Horizonte 2020.

TAP Carga, Melhor Companhia Aérea de Carga em três categorias (Melhor Companhia Aérea de Carga para a Europa, para as Américas e para África) – Troféus recebidos no âmbito dos Prémios de Carga Transportes & Negócios 2015.

Gestor de Excelência – Homenagem efetuada ao Presidente-Executivo da TAP, Fernando Pinto, no decorrer da edição de 2015 do SVN–Salão das Viagens de Negócio, em reconhecimento da importância da sua liderança na companhia aérea portuguesa.

África

Companhia Aérea Europeia Líder para África – Prémio atribuído à TAP, no âmbito dos *World Travel Awards (WTA)* – os Óscares do Turismo mundial –, em reconhecimento do esforço persistentemente continuado, no desenvolvimento da excelência, promovendo o melhor produto nas ligações entre a Europa e África.

Estados Unidos da América

Melhor Companhia Aérea na Europa – Posicionamento atribuído pela revista *Global Traveler*, uma das mais prestigiadas publicações especializadas dos EUA do sector de Turismo & Viagens, traduzindo o reconhecimento da qualidade do produto TAP num mercado fortemente exigente e competitivo.

América do Sul

Companhia Aérea Europeia Líder para a América do Sul – Prémio atribuído à TAP, no âmbito dos *World Travel Awards (WTA)* – os Óscares do Turismo mundial –, em reconhecimento do esforço persistentemente continuado, no desenvolvimento da excelência, promovendo o melhor produto nas ligações entre a Europa e a América do Sul.

Personalidade do Ano – Homenagem efetuada ao Administrador-Executivo da TAP, Luiz Mór, pelo Skat São Paulo, uma associação de profissionais da indústria de viagens e turismo, destacando a participação ativa no desenvolvimento do turismo no Brasil.

Estratégia Empresarial

Plano Estratégico 2015-2020 Eixos Estratégicos

1. Renovação e expansão de todas as frotas;
2. Evolução do modelo comercial;
3. Automatização e melhoria da experiência do Cliente;
4. Consolidação do crescimento da Companhia e aumento do foco no *hub*;
5. Melhoria das eficiências operacionais;
6. Reposicionamento dos negócios das unidades de manutenção e engenharia em Portugal e no Brasil.

No final de 2014, a TAP iniciou uma reflexão estratégica para o período de 2015-20, tendo definido seis eixos estratégicos, como orientação para se estabelecer no mercado mundial como uma referência de crescimento e para, conseqüentemente, fazer crescer a sua representatividade nos mercados em que opera e virá a operar, bem como no contexto geral da Indústria da aviação. Um conjunto de fatores tornaram evidente a necessidade de repensar a estratégia de longo prazo da Companhia: i) o elevado número de eventos não recorrentes, e a redução de *yield* experienciada, com efeito direto na rentabilidade da Companhia; ii) o nível de subinvestimento sentido, e impacto a nível da frota e qualidade do produto; iii) a necessidade de acompanhar os pares nos seus

esforços de redução de custos, que poderão comprometer a vantagem de custos de que a TAP beneficia atualmente; e iv) a necessidade de adaptar o modelo comercial da TAP a uma nova realidade na Indústria.

Principais desenvolvimentos em 2015 no âmbito do Plano Estratégico 2015-2020

No âmbito dos seis eixos estratégicos constantes no Plano Estratégico para o período de 2015-20 são de referir os seguintes principais desenvolvimentos.

Primeiro eixo de renovação e expansão de todas as frotas – Durante o ano de 2015, e em linha com o plano de negócios vigente à data, não se encontravam previstas nem ocorreram alterações à composição da frota. No final de 2015, a frota do Grupo TAP, que compreende as frotas da TAP e da PGA, manteve a composição de 2014, sendo constituída por um total de 77 aeronaves. A frota pertencente à TAP com 61 aeronaves (43 de médio curso e 18 de longo curso), e a frota regional da PGA englobando 16 aeronaves (incluindo 2 aeronaves em regime de ACMI com a OMNI\White).

Segundo eixo de evolução do modelo comercial – Registou-se uma evolução do modelo comercial da Empresa, disponibilizando mais opções de escolha ao cliente, e criando novos produtos e serviços, adicionais à viagem. Assim, pode referir-se como sendo o início de um modelo de *Escolha do Cliente*, a desenvolver em 2016 e nos anos subsequentes, sendo o cliente a determinar os serviços e benefícios associados à respetiva tarifa comercial. Foi lançado um amplo programa de *Ancillary Services*, disponíveis tanto nos canais de distribuição diretos da Empresa, como nos canais indiretos, oferecendo aos clientes diversos produtos, designadamente: Compra de Bagagem adicional; Compra de acesso ao *Fast Track* – Acesso prioritário ao Raio-X Segurança nos aeroportos; Compra de Acesso ao *Lounge*; Compra de Refeições Especiais em Voos até 4 horas.

Igualmente, de referir, o lançamento de uma nova versão, totalmente responsiva e com novo *design*, do motor de reservas *online*, permitindo um acesso significativamente mais simples e completo. Este novo motor de reservas está disponível nas versões Web, Web mobile e nas apps da TAP. Foi, também, relançado o Plusgrade, permitindo a licitação de um valor para acesso à classe executiva, dando maior controlo e transparência ao cliente na relação com a TAP, ao proporcionar ao mesmo, uma experiência do produto de executiva, tanto no médio curso como no longo curso.

O lançamento de uma nova plataforma multi-canal de gestão de campanhas, permitiu incrementar as capacidades de comunicação e segmentação de campanhas, melhorando o *time to market* de comunicação, de forma muito significativa.

Verificou-se ainda a criação, sob a TAP, S.A., de uma quarta Unidade de Negócio – TAP Fidelização. Esta unidade representa a separação, face ao Transporte Aéreo, do Programa Victoria – Programa de Fidelização da TAP. O *carve out* de um programa de *Loyalty* de uma empresa aérea, representa uma oportunidade única de geração de valor, permitindo: 1) O aumento de transparência do *Frequent Flyer Program* (FFP) em termos de P&L; 2) O estabelecimento de uma relação comercial que beneficia o cliente, a companhia aérea e o FFP, em termos de receita e benefícios; 3) O foco do FFP nos objetivos estratégicos do *Loyalty*; 4) Uma gestão autónoma do FFP (equipa, objetivos e prioridades).

Num terceiro eixo de automatização e melhoria da experiência do cliente – No âmbito do plano de desenvolvimento do programa integrado de *customer experience*, tendo por base um programa de digitalização e automatização dos processos *customer facing*, foram desenvolvidas diversas atividades, de entre as quais se salientam os eixos de conhecimento do cliente,

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

a digitalização e a automatização de processos. No que refere ao eixo de conhecimento do cliente, a capacidade de integração da informação, com o projeto Visão 360º, permitiu evoluir para a construção de uma visão única e integrada do cliente da Empresa. Desta forma, a ficha do Cliente passou a estar disponível nas áreas do *Contact Center*, *Fale Connosco*, *Loja Premium* e *Ticket Office*. Igualmente, no âmbito do mesmo Projeto, de destacar a implementação da nova plataforma do Gestor de Campanhas, permitindo a otimização dos processos de gestão de campanhas e de comunicação com o Cliente.

Por seu turno, o lançamento da área de *Online Customer Support*, nas plataformas digitais da Empresa, proporcionou ao cliente um acesso, mais rápido e intuitivo, a ferramentas, contactos, FAQ's, que a Empresa disponibiliza nos canais diretos e digitais. Verificou-se, ainda, uma melhoria do posicionamento da TAP, no âmbito do *Search Engine Optimization* (SEO) e melhores práticas digitais, garantindo uma maior visibilidade e entrega de conteúdos, bem como a aceleração de vendas nos canais diretos.

Quarto eixo de consolidação do crescimento da Companhia e aumento do foco no *hub* – Manteve-se, em 2015, o foco estratégico da Empresa, relativamente ao desenvolvimento de um esforço contínuo na melhoria da rede, com o fortalecimento do *hub* Lisboa, através do potencial incremento do tráfego entre a Europa e os destinos da TAP nas Américas e em África. O principal objetivo consistiu no enfoque do desenvolvimento em mercados já existentes, ou através de conquista de novas oportunidades, em mercados ainda por explorar, mantendo as operações do Funchal e do Porto a respetiva posição, de acordo com o desempenho registado.

Quinto eixo de melhoria das eficiências operacionais – No horizonte do plano, prevê-se que a TAP irá desenvolver um esforço acrescido de otimização da sua estrutura de custos de forma a assegurar uma base que permita crescer, de forma sustentável e tão eficiente quanto possível, nunca comprometendo aquela que é a sua resolução de manter excelência na segurança das suas operações e de oferecer aos seus clientes um produto e serviço de referencia mundial. Em 2015, embora sob o efeito de um contexto favorável de preços de combustível, verificou-se uma redução do custo operacional unitário.

Sexto eixo de reposicionamento do negócio das unidades de manutenção e engenharia em Portugal e no Brasil – Embora se tenha verificado, em 2015, um crescimento superior a 10%, relativamente a 2014, mantém-se a acentuada pressão sobre proposições de valor que retirem risco aos Clientes, a preços competitivos, o que implica, necessariamente, capacidade financeira por parte dos prestadores de serviço. A tendência do mercado será a da constituição de grandes redes de prestação de serviços MRO, lideradas quer por grandes grupos de MRO, quer por OEM's, os quais, conseguindo controlar a cadeia do produto *from-cradle-to-grave*, não só protegem o seu *know-how* mas, também, se constituem como novos e fortes concorrentes às organizações MRO tradicionais, dificultando a capacidade destas em regenerarem os seus portfólios de produtos e serviços, que tenderão a incorporar MRO's de menor dimensão e capacidade financeira, como a TAP–Manutenção e Engenharia, que façam sentido para a sua estratégia de conquista dos mercados, numa lógica de rede, ampliando o portfólio da oferta, ao mesmo tempo que são mais competitivos em termos de preços por via das sinergias assim obtidas. De modo a não perder a oportunidade de vir a fazer parte destas estratégias, é fundamental manter elevados níveis de competência de gestão e técnica, por forma a garantir índices competitivos em termos de flexibilidade, eficiência e cumprimento das expectativas dos Clientes.

Este contexto explica, a significativa dificuldade da TAP–Manutenção e Engenharia de retornar a valores de receita no negócio de MRO de motores como os verificados há não muitos anos atrás e, concomitantemente, esgotar a capacidade da oferta instalada, apesar de 2015, no que respeita ao negócio de motores, ter constituído uma melhoria face a 2014, tendo os resultados financeiros ultrapassado as expectativas orçamentais. De facto, a margem de contribuição da TAP–Manutenção e Engenharia para o resultado da TAP, foi 41% superior ao orçamentado, apesar de 20% inferior relativamente a 2014, na sequência de uma variação de produção negativa no balanço anual quando, em 2014, a variação de produção havia tido valor idêntico, mas de sinal contrário. Para além do esforço natural de venda na perseguição dos objetivos traçados, é de realçar o foco posto na melhoria dos processos de faturação e recebimentos e de compras, com o objetivo claro de melhor contribuir para a tesouraria da TAP.

A TAP–Manutenção e Engenharia Brasil prosseguiu a sua convergência para o equilíbrio operacional. A atividade da empresa voltou a crescer, pelo 5º ano consecutivo, cerca de 11% em reais. De notar, um mau começo em termos de atividade, decorrente do adiamento de algumas inspeções, por força de uma menor atividade das companhias aéreas brasileiras Clientes da empresa. No entanto, o 2º semestre possibilitou uma recuperação assinalável, tendo-se verificado 6 meses consecutivos de EBITDAR positivo e, nesse período, um EBITDA acumulado, no nível do *breakeven*. As perspetivas para 2016 continuam positivas, por via do incremento do portfólio de produtos e do continuado interesse demonstrado por OEM's e MRO's de

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

referência mundial, no sentido de se estabelecerem parcerias de longo termo que, por um lado, permitirão à TAP–Manutenção e Engenharia Brasil incrementar, de modo sustentado, a sua receita e, por outro, permitirão a essas organizações o desejado *footprint* no Brasil, com um parceiro de referência no mercado MRO local.

A estratégia mantém-se focada na diversificação do portefólio, no sentido de atender às mudanças de produtos verificadas no mercado e possibilitar, desta forma, o alargamento do espectro de Clientes, bem como nos ganhos de eficiência e na consolidação dos processos produtivos.

Uma nova estratégia para a Empresa a partir do início do ano 2016

O ano de 2015 ficou marcado pelo processo de reprivatização da TAP e, conseqüentemente, por todos os esforços desenvolvidos internamente nesse sentido. Este processo passou por diversas fases e teve o início em finais de 2014 tendo, em janeiro de 2015, sido publicado, em Diário da República, o caderno de encargos da operação relativa à privatização da Empresa. Em maio de 2015, foram entregues ao Governo, por três grupos de investidores interessados, as propostas finais vinculativas e, em junho de 2015, foi anunciada publicamente a decisão final do Governo Português. O processo concluiu-se, efetivamente, em 12 de novembro de 2015, através da alienação de ações representativas de 61% do capital social da TAP SGPS ao consórcio Atlantic Gateway, na modalidade de venda direta de referência.

Como consequência, surge uma nova estratégia da Empresa, a materializar-se a partir do início do ano de 2016 e que inclui alterações na Frota, Rede, Produto e um Plano de Capitalização.

A Atlantic Gateway efetuou prestações suplementares na TAP SGPS, no valor de cerca de EUR 154 milhões, imediatamente a seguir à reprivatização ter tido lugar. Esta entrada de fundos permitiu aumentar a liquidez e foi utilizada para recapitalizar o Grupo TAP, nomeadamente, a empresa TAP, S.A..

À data de privatização, o consórcio Atlantic Gateway reafirmou os seguintes compromissos assumidos durante o processo:

- O cumprimento das obrigações de serviço público;
- A manutenção da integridade, identidade empresarial e autonomia do Grupo TAP;
- A conservação da marca TAP e a sua associação a Portugal, assegurando a manutenção no País da sua sede;
- A manutenção e reforço do *hub* em Lisboa;
- A contribuição para o desenvolvimento da economia nacional;
- A assunção de compromissos em matéria de estabilidade laboral e de valorização e desenvolvimento dos recursos humanos.

A crise económica, no Brasil e em Angola, representou o fator de impacto marcante em 2015, significativamente negativo, nos principais mercados de longo curso da TAP, tradicionalmente mais rentáveis. Paralelamente, a empresa TAP, S.A. teve que reconhecer nas suas demonstrações financeiras um custo adicional relativo à representação da Venezuela, com impacto importante nos resultados negativos de 2015, devido à deterioração da economia Venezuelana, às desvalorizações sucessivas da moeda local e à atual limitação de repatriamento de capitais imposta pelas autoridades governamentais locais.

O Plano Estratégico divulgado no final de 2014 (**Plano Estratégico 2015-2020**) sofre, assim, no final de 2015, as seguintes alterações nos principais eixos estratégicos:

Eixo de renovação e expansão de todas as frotas – O plano previa a expansão da frota de longo curso, tendo por base a aquisição de A350s, e a renovação e expansão da frota da TAP de médio curso e da frota regional.

O plano de renovação e expansão mantém-se e prevê agora 53 novas aeronaves, 14 Airbus 330-900 Neo para o longo curso e 39 aeronaves Airbus A320 Neo para o médio curso, em substituição das aeronaves A350. A TAP, S.A. irá, ainda, aumentar a sua atividade, com duas aeronaves adicionais A330-200, em regime de *wet lease*, que complementarão a frota *wide-body* existente.

A antiga frota da Portugália será substituída por aeronaves mais recentes e mais eficientes, em termos de consumo de combustível. As novas aeronaves operadas sob a marca TAP express vão permitir um aumento da competitividade da frota, designadamente:

- Nove aeronaves regionais E190, na Portugália;
- Oito aeronaves a turbopropulsor ATR 72-600 na TAP, S.A., em regime de ACMI com a White Airways.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Eixo de consolidação do crescimento da Companhia e aumento do foco no *hub* – Mantem-se o crescimento de rede focado no *hub*, e a consolidação do crescimento no Brasil. Na expansão da rede de longo curso surgem novos mercados estratégicos e a Ponte Aérea Lisboa-Porto encerra alguns mercados a partir do Porto. A prioridade centra-se na reconstituição da rentabilidade da Companhia, de forma a assegurar o seu futuro financeiro, o que justifica a necessidade de ajustar e otimizar rotas e capacidade. Assim, o novo Plano de Exploração, que irá garantir o futuro da TAP, S.A., requer alterações ao nível de rede e de capacidade, as quais irão melhorar significativamente a *performance* económico-financeira da Companhia. Refiram-se como estratégias principais de Rede a longo prazo, designadamente:

- **Construir e fortalecer o *hub* de Lisboa**
 - ⇒ Melhorar a consistência da programação;
 - ⇒ Melhorar as ligações;
 - ⇒ Aumentar a oferta de serviços de longo curso, de forma a aumentar o valor do *hub*, reduzindo, simultaneamente, o risco de país único;
 - ⇒ Melhorar a fiabilidade, através da operação de uma programação consistente.
- **Lançar a Ponte Aérea Lisboa – Porto, com um serviço de *shuttle* de alta frequência**
 - ⇒ Novos voos, de hora a hora, entre Lisboa e Porto a preços competitivos;
 - ⇒ Novas aeronaves e novos produtos concebidos para melhorar a experiência do cliente, nomeadamente nos aeroportos.
- **Gerir ativamente a capacidade de rede de modo a otimizar resultados**, com uma aposta inicial em 2016 no crescimento para a América do Norte e no aumento das ligações no Brasil.

Eixo de automatização e melhoria da experiência do cliente – Mantem-se a intenção de uma melhoria da experiência a bordo, através, nomeadamente, do investimento em cabines de última geração nas aeronaves *wide-body* e *narrow-body*.

Uma visão estratégica para o futuro

A TAP SGPS tem uma visão estratégica para o futuro e um dos maiores objetivos traduz-se na criação de uma companhia aérea financeiramente sustentável.

Destaques da Estratégia da TAP SGPS para 2016-2017

- No contexto da aquisição pela Atlantic Gateway, de 61% do capital social da TAP SGPS, o consórcio reafirma a sua determinação para concretizar, com urgência, o processo de recapitalização da TAP SGPS, da TAP, S.A. e de outras subsidiárias, resolvendo de imediato os problemas mais prementes, reforçando a capacidade financeira da empresa. Assim, prevê-se um investimento total de cerca de EUR 350 milhões (o Montante da Capitalização), com a seguinte repartição:
 - ⇒ EUR 154,4 milhões, a 12 de novembro de 2015 de prestações suplementares, montante já investido na TAP, S.A.
 - ⇒ EUR 120 milhões, antes de junho de 2016, em obrigações convertíveis a 10 anos sem juros de caixa, parcialmente garantidos
 - ⇒ EUR 67,1 milhões, em 2016, de prestações suplementares

Os dois últimos montantes serão investidos nas subsidiárias da TAP SGPS, nomeadamente, na TAP, S.A., como prestações suplementares efetuadas pela TAP SGPS, ou através da redução de financiamentos concedidos pela TAP, S.A. à TAP SGPS.

- Criar uma nova marca: TAP express – Com esta marca, o Grupo TAP irá servir rotas regionais e domésticas, utilizando a nova frota Embraer E190 (operada pela Portugália) e aeronaves ATR72-600 (operadas pela White Airways) e que substitui a designação comercial Portugália (PGA Airlines);
- Continuar o compromisso do Grupo TAP, em servir Portugal e os Países de Língua Portuguesa:
 - ⇒ Manter a liderança de mercado para o Brasil – capacidade europeia;
 - ⇒ Apesar da desaceleração económica, continuar com o serviço para Angola e Venezuela, considerados destinos importantes para a diáspora Portuguesa;
 - ⇒ Exploração de novas rotas para comunidades Portuguesas nos Estados Unidos, visando o crescimento em 2016 ou 2017;

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

- ⇒ Continuar a operar todas as rotas domésticas e aumentar a capacidade entre o Porto e Lisboa.
- Alterações na frota com o objetivo de posicionar a TAP entre as melhores companhias do mundo e garantir-lhe um papel cada vez mais decisivo nas ligações entre a Europa, África, Brasil e América do Norte:
 - ⇒ Nova Frota – O plano de investimentos inclui a encomenda de 53 novas aeronaves (14 Airbus 330-900 Neo e 39 aeronaves Airbus A320 Neo) cuja entrega se iniciará em Dezembro de 2017. A diminuição do custo por passageiro constitui o objetivo, sendo estes novos aparelhos mais baratos e eficientes para as viagens de longo curso, onde se verifica um maior investimento;
 - ⇒ Remodelação da frota – Além de adquirir novos Airbus, a TAP vai remodelar a frota de médio e longo curso, numa operação que será efetuada nas oficinas de Manutenção e Engenharia da TAP. Cerca de EUR 60 milhões foram já direcionados para o reconfiguração de 41 aviões de médio curso, com o objetivo de melhorar o conforto dos passageiros, aumentar a qualidade e a competitividade do produto;
 - ⇒ Renovação da frota da Portugalia em 2016 – A proporcionar um crescimento de 47% em lugares oferecidos, e uma poupança de 40% no consumo de combustível, com as consequentes vantagens para o meio ambiente;
 - ⇒ Introdução da tecnologia *sharklet* na frota de médio curso – A aplicação destes dispositivos irá proporcionar uma melhoria da aerodinâmica do avião, traduzindo-se em redução do consumo de combustível, em redução de emissões e na extensão da vida operacional do avião.

Restantes Empresas do Grupo

Relativamente às restantes participações detidas pela TAP, SGPS, S.A., refira-se o desenvolvimento de atividade em áreas ligadas aos negócios principais do Grupo – o Transporte Aéreo e a Manutenção e Engenharia. O critério para a seleção destes investimentos assentou no pressuposto de que o desenvolvimento das respetivas atividades contribui para o fortalecimento daqueles negócios, quer através da rentabilização do capital investido, quer pelo acréscimo das vantagens competitivas promovido por efeito sinérgico. A TAP possui uma empresa que funciona como *holding* de algumas das suas subsidiárias desenvolvendo atividades complementares ou colaterais aos seus negócios principais de transporte aéreo e manutenção, a TAPGER–Sociedade de Gestão e Serviços, S.A., cujo objetivo fundamental consiste em efetuar, de forma direta e participada, o acompanhamento da gestão daquelas empresas.

À semelhança da tendência na Indústria, a TAP detém os seus investimentos financeiros nas áreas de: *Catering*, Sistemas de Informação, Lojas de Vendas em Aeroportos e a Bordo, Serviços de Saúde e Assistência em Escala.

Análise do Desempenho

TAPGER–Sociedade de Gestão e Serviços, S.A.

A TAPGER é uma Sociedade Anónima com sede em Lisboa, criada pela TAP em Setembro de 1997, com o objetivo de conseguir uma gestão mais direta e participada nas diversas atividades complementares ou colaterais aos seus negócios principais de transporte aéreo e de manutenção, numa perspetiva do seu desenvolvimento. A empresa tem por objeto o acompanhamento da gestão das suas empresas participadas, com incidência na respetiva performance económica e financeira, bem como a prestação de assistência e apoio às empresas Lojas Francas de Portugal, S.A. e Cateringpor–Catering de Portugal, S.A., em determinadas áreas, no âmbito estabelecido no *Joint Venture Agreement* e do *Technical Service Agreement*, respetivamente. Para assegurar, de forma mais satisfatória, esta assistência, bem como todo o processo administrativo, a TAPGER mantém um contrato de prestação de serviços com a TAP, S.A. (TAP Serviços).

Durante o exercício de 2015, a TAPGER acompanhou a atividade desenvolvida pelas empresas suas participadas e realizou as assembleias gerais necessárias à aprovação das respetivas contas relativas ao exercício de 2014.

Eleição de Órgãos Sociais nas Empresas participadas da TAPGER

Ainda, nas respetivas Assembleias Gerais de aprovação de contas e, em conformidade com as orientações do acionista TAP, SGPS, S.A., a TAPGER procedeu à eleição/reeleição de membros dos Órgãos Sociais nas seguintes empresas desta *holding*:

- Na empresa LFP–Lojas Francas de Portugal, S.A., na sequência da solicitação de renúncia ao cargo apresentada pelo Administrador-Delegado, Nuno Filipe Martins do Amaral, a TAPGER nomeou em 2 de fevereiro de 2015, para o cargo de Administrador-Delegado, José Carlos Rosa, para o triénio 2013-2015.
- Na empresa Cateringpor–Catering de Portugal, S.A., em Assembleia Geral de 7 de maio de 2015, foi ratificada a cooptação efetuada pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2015, de Christopher Bóhringer, como administrador, em substituição de Sílvio Canetoly que renunciou ao respetivo mandato. Tendo Christopher Bóhringer renunciado ao cargo, com data efeito a 5 de agosto de 2015, o Conselho de Administração cooptou para este cargo, Cornelius Frank, a partir de 6 de agosto de 2015.
- Na empresa UCS–Cuidados Integrados de Saúde, S.A., em Assembleia Geral de 21 de abril de 2015, foram reconduzidos para o quadriénio 2015-2018, todos os membros dos Órgãos Sociais do anterior mandato, com exceção do ROC Suplente, cargo para que foi nomeado Aurélio Adriano Rangel Amado.

O resultado líquido do exercício de 2015 registou um decréscimo de 10,3%, relativamente ao de 2014 (menos EUR 543 milhares).

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Outras participações do Grupo TAP, em 31 dezembro 2015

EUR milhares

		Participação da TAP	Montante do Capital Social da TAP	Resultado Líquido
Portugália, S.A.		100%	15.000,0	2.256
Aeropar Participações, Lda. (Brasil)		100%	0,2	(19.146)
	TAP–Manutenção e Engenharia Brasil, S.A.	98,64%	207.057,7	(40.163)
TAPGER–Sociedade de Gestão e Serviços, S.A.		100%	2.500,0	4.737
	Catering			
	Cateringpor-Catering de Portugal, S.A.	5%	1.785,0	1.385
	Lojas de Vendas em Aeroportos e a Bordo			
	LFP–Lojas Francas de Portugal, S.A.	5%	280,5	8.662
	Sistemas de Informação			
	Megasis-Soc. de Serv. e Eng. Inf., S.A.	100%	500,0	46
	Serviços de Saúde			
	UCS–Cuidados Integrados de Saúde, S.A.	100%	500,0	6

Perspetivas para 2016

Conjuntura macro e do sector

Após um crescimento da atividade económica mundial na ordem dos 3,1% em 2015, espera-se para 2016 um crescimento ligeiramente superior, da ordem dos 3,4%. Subjacente a este comportamento da economia mundial, de referir a desaceleração e reequilíbrio da economia chinesa num esforço de orientação para consumo e serviços, os preços mais baixos da energia e de outras *commodities*, o aperto gradual da política monetária nos EUA, no contexto de uma recuperação económica, enquanto vários outros bancos centrais das principais economias avançadas continuam a aliviar a política monetária. Nas economias avançadas, espera-se que continue uma recuperação modesta e desigual, enquanto para os mercados emergentes e em desenvolvimento, ainda responsáveis por 70% do crescimento global, a perspetiva é diversificada, sendo de referir as previsões quanto a uma melhoria gradual das taxas de crescimento em países atualmente em dificuldades económicas, designadamente, Brasil, Rússia e alguns países no Médio Oriente.

Assim, nos EUA, espera-se um crescimento 2,6% para 2016 (0,1 p.p. acima do verificado em 2015), sendo estas expectativas baseadas na existência de condições financeiras ainda fáceis e no reforço dos mercados de habitação e de trabalho, mas sob o efeito da apreciação do dólar na atividade de manufatura, e os preços mais baixos do petróleo a condicionar investimento em estruturas e equipamentos de mineração. De referir, na sequência da melhoria das condições económicas, nomeadamente ao nível da recuperação do mercado de trabalho, a decisão da Reserva Federal, em dezembro de 2015, no sentido do aumento do intervalo da *federal funds rate* para os níveis de 0,25% e 0,5%, após sete anos consecutivos de a mesma permanecer próxima de zero. Na China, prevê-se a continuação do abrandamento do crescimento da economia para os 6,3% (uma quebra de 0,6 p.p. face a 2015), fortemente influenciado pelo abrandamento das importações e exportações a refletir, em parte, menores níveis de investimento e de atividade industrial. Prevê-se que estes desenvolvimentos, juntamente com as preocupações do mercado sobre o desempenho futuro da economia chinesa, tenham repercussões para outras economias, designadamente no comércio global, permanecendo os receios sobre o impacto do abrandamento desta economia, na economia mundial. Contudo, e tal como em 2015, espera-se que a Índia permaneça exceção ao abrandamento referido, prevalecendo o crescimento económico, que se espera venha a rondar os 7,5%. Para o conjunto dos países do CIS (*Commonwealth of Independent States*), as previsões apontam para uma certa estagnação, fortemente influenciada pelo desenvolvimento da economia na Rússia, onde as previsões referem um certo abrandamento no ritmo de contração da atividade económica. Adicionalmente, espera-se ainda que em outros países que dependam substancialmente da exportação de *commodities* prevaleçam crescimentos negativos, embora em menor ritmo que em 2015, nomeadamente em economias da América Latina, refletindo a recessão em certos países em dificuldades económicas, bem como no Brasil, onde se prevê uma evolução da ordem dos -3,5% (melhor 0,3 p.p. que em 2015).

Na zona euro, prevê-se que a atividade económica cresça 1,7% em 2016, impulsionada mais uma vez pela redução dos preços do petróleo, assim como pela continuação da flexibilização da política monetária, redução da carga fiscal e depreciação do euro. Neste âmbito, prevê-se a continuação da evolução das taxas de juro de curto prazo numa trajetória descendente, na sequência de uma política monetária expansionista conduzida pelo Banco Central Europeu (BCE), através do programa de aquisição de ativos financeiros (num total de EUR 60 milhões mensais) entre outras medidas, o que se espera venha a ocorrer até final de março de 2017. Neste contexto, prevê-se que a recuperação continue suportada pela procura interna e, em particular, pelo consumo privado, sustentado pela evolução favorável do rendimento disponível real das famílias. Concomitantemente, antecipa-se um reforço gradual do investimento empresarial, sustentado pelo aumento da utilização da capacidade produtiva, bem como pela necessidade de modernização, após vários anos de níveis moderados de investimento. Espera-se que o rácio do défice público mantenha o nível de 2015, situando-se em 2,0% do PIB.

Relativamente à economia portuguesa, embora sendo de referir uma dinâmica tímida durante a segunda metade de 2015, as projeções apontam para a continuação de uma recuperação gradual da atividade económica, que deverá traduzir-se por um crescimento de 1,7% em 2016, configurando um dinamismo da atividade próximo do projetado pelo Banco Central Europeu (BCE) para a área do euro. Subjacente a este comportamento, de referir a evolução robusta das exportações, e uma procura interna com um ritmo de crescimento compatível com a continuação da desalavancagem dos agentes económicos privados (famílias e empresas não financeiras). Aquele crescimento é também compatível com uma progressiva redução da taxa de desemprego embora ainda em níveis elevados, e com o aumento gradual da inflação (de 0,6% em 2015, para 1,1% em 2016). Relativamente ao investimento, espera-se uma certa recuperação (de 2,8% em 2014, para 4,1% em 2016), refletindo uma recuperação dos níveis de investimento empresarial, a beneficiar de alguma melhoria das perspetivas de procura por parte

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

das empresas, nos mercados, interno e externos, bem como de condições de financiamento favorecidas por medidas de política monetária do BCE. As exportações deverão apresentar um crescimento robusto, com tendência de transferência de recursos produtivos para os setores da economia mais expostos à concorrência internacional. Ainda, de referir, em particular na vertente serviços, o comportamento do turismo, a manter elevadas taxas de crescimento nominais. Face a um certo abrandamento no crescimento das importações, espera-se que o contributo das exportações líquido (ou seja, deduzido dos conteúdos importados) para o crescimento do PIB deva aumentar para 0,8 p.p. em 2016, de 0,4 p.p. em 2015.

Relativamente ao Setor do Transporte Aéreo, espera-se mais um ano marcado por uma melhoria da rentabilidade, que deverá situar-se na ordem dos 10% (o que corresponde a um aumento de USD 3,3 mil milhões de lucro para a Indústria). Este resultado, embora impulsionado pela quebra do preço do petróleo fica, igualmente, a dever-se ao esforço significativo que tem vindo a ser desenvolvido pelas transportadoras, – desde o *crash* global e o elevado preço do petróleo verificado nos últimos anos –, em melhorias estruturais, designadamente, uma crescente utilização dos ativos e *load factors* mais elevados.

Prevê-se, assim, que parte das melhorias na estrutura de custo seja transferida para o consumidor, motivando um aumento no número de passageiros (PKU) em 6,9% (evolução que contrasta com a média de 5,5% verificada em anos anteriores), e que esta evolução origine um incremento da despesa no setor aéreo em 0,5%, para os USD 658 mil milhões. Espera-se que a capacidade no setor aumente ligeiramente acima do número de passageiros (7,1%), resultando num *load factor* global de passageiros, inferior ao verificado em 2015 (80,1% face a 80,3% em 2015).

Este comportamento do tráfego, no entanto, não será extensivo à globalidade das regiões, esperando-se evoluções inferiores em mercados mais maduros como a Europa e o Atlântico Norte e, também, na região de África, dominada por conflitos regionais, bem como na América Latina, na presença de um ambiente doméstico hostil. Prevê-se, assim, uma melhoria para o desempenho financeiro, na presença de quebras no *load factor* de *breakeven* na globalidade das regiões. Relativamente ao transporte aéreo de mercadorias, espera-se um modesto crescimento na ordem dos 3,0%, marcado por uma concorrência mais intensa por parte de outras vias de transporte.

Perspetivas para a TAP em 2016

Na sequência da aquisição de 61% das ações representativas do capital social da TAP, SGPS, S.A., no âmbito da reprivatização concluída em 12 de novembro de 2015, encontram-se previstas diversas alterações, incluindo um Plano de Capitalização, com incidência na TAP, SGPS, S.A., na TAP, S.A. e outras subsidiárias. Designadamente, este Plano de Capitalização reforça indiretamente a estrutura acionista da TAP, S.A. e posiciona-a de forma positiva, ao seu crescimento no futuro, sendo a seguir referidos os detalhes desta estratégia, designadamente, nas vertentes Frota, Rede e Produto.

Transporte Aéreo

Alterações na Frota

Relativamente à frota, o ano de 2016 será um ano de transição, em que diversos projetos, já em curso, serão implementados ou será iniciada a sua implementação ao longo dos próximos anos. Na frota da TAP, as alterações são, maioritariamente, no âmbito dos interiores de cabina, com o objetivo de densificar o número de lugares, mantendo ou mesmo aumentando, o nível de conforto, no caso da frota de médio curso. Na frota da TAP de longo curso, encontra-se prevista a adição de dois A330 (provenientes da Azul Linhas Aéreas Brasileiras), sendo um aparelho para reforço de frota, e outro para substituição de uma aeronave A330 cujo *phase-out* se prevê venha a ocorrer em outubro de 2016.

Na frota regional, encontram-se previstas alterações significativas estruturais, a envolver a sua substituição integral. A marca TAP Express, recentemente criada, será aplicada à globalidade da operação neste âmbito, assegurando uma consistência de marca transversal aos aviões operados pela TAP. A antiga frota regional será substituída, progressivamente ao longo de 2016, por 8 aeronaves do modelo ATR72-600 (com 70 lugares), que será operada pela White (cessando a utilização dos ATR42-600) e por 9 aeronaves do modelo E190 (com 106 lugares), mais recentes e mais eficientes em termos de consumo de combustível, e cuja operação é assegurada pela Portugalia. As aeronaves ATR serão predominantemente utilizadas na ponte aérea Lisboa-Porto, com início no final de março.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Alterações chave da Rede

O Plano de Exploração que irá garantir o futuro da TAP, S.A. requer alterações ao nível da Rede e da capacidade, as quais irão melhorar, significativamente, a *performance* financeira da Companhia. De referir, as estratégias principais de Rede a longo prazo, que serão implementadas no Horário de Verão 2016: Construção e fortalecimento do *hub* de Lisboa; Lançamento da Ponte Aérea Lisboa–Porto com um serviço de *shuttle* de elevada frequência; Crescimento para a América do Norte; Aumento das ligações no Brasil. Adicionalmente, no âmbito de uma gestão continuada das rotas e portefólio de voos, será efetuada uma avaliação contínua da *performance*, procedendo-se, com o tempo, ao ajustamento da frequência aos mercados existentes de acordo com a alteração das condições económicas, bem como ao lançamento de novos mercados assim que oportuno. A prioridade centra-se na reconstituição da rentabilidade da Companhia, de forma a assegurar o seu futuro financeiro, o que justifica a necessidade de cancelar algumas rotas e de reduzir a operação em determinados mercados em Lisboa e no Porto.

O compromisso da TAP, S.A. com Portugal

A TAP, S.A. reconhece que o valor a longo prazo de servir Portugal e a comunidade Portuguesa global supera, neste momento, as eventuais vantagens da concentração no desenvolvimento atual do *hub* de Lisboa. Assim, a Companhia irá manter algumas rotas no Porto durante o Horário de Verão 2016, através do fortalecimento adicional em Lisboa, o que inclui manter determinadas rotas de longo curso para Nova Iorque, Rio de Janeiro e São Paulo a partir do Porto, tratando-se de rotas importantes para a diáspora Portuguesa e para os negócios das comunidades locais. No mesmo sentido, a Empresa irá continuar a voar para todas as ilhas Portuguesas atualmente em operação.

Por seu turno, o crescimento previsto da TAP, S.A. na América do Norte destina-se a capitalizar um mercado relevante e em crescimento como é o americano, assim como diversificar a estratégia da significativa capacidade investida no Brasil. Neste âmbito de referir, a previsão sobre o lançamento de rotas com frequência diária, para o aeroporto de JFK (Nova Iorque) e para o aeroporto de Logan (Boston) em 1 de julho e 11 de junho de 2016, respetivamente, congregando no conjunto das rotas da TAP de Nova Iorque (JFK), Boston e Newark, tráfego proveniente de 20 cidades americanas, veiculado através da companhia JetBlue Airways.

A TAP, S.A. continuará com a estratégia de longo prazo de se tornar líder de mercado na Europa em relação aos mercados do Brasil, apesar da queda e previsões do PIB negativas para a economia Brasileira. Acresce que, continuará a servir as comunidades Portuguesas no estrangeiro, cumprindo com níveis de serviço similares aos do Verão 2015. O serviço de *code-share* com a companhia Azul Linhas Aéreas Brasileiras foi autorizado e teve início em 10 de dezembro de 2015, esperando-se que desse facto decorram melhorias de receita, bem como na ligação para passageiros entre cidades no Brasil e na Europa.

Alterações adicionais ao tipo de serviço

No âmbito do cumprimento da sua vocação de companhia de serviço completo, encontra-se previsto, ao longo de 2016 e 2017, o investimento na TAP, S.A., em cabines de última geração para ambos os tipos de aeronaves, *wide-body* e *narrow-body*, esperando-se, desta forma, melhorar a satisfação dos seus clientes e atrair novos clientes. O relançamento deste produto irá iniciar-se pelas duas novas aeronaves A330-200, a adicionar à frota em 2016, com a remodelação das cabines, incluindo novos assentos *fully-flat* para a classe executiva e material de *video-on-demand* e entretenimento em ambas as cabines, oferecendo uma experiência superior a bordo. Prevê-se que a globalidade frota A330-200 seja renovada até ao final do ano de 2017. Na frota de Airbus de médio curso *narrow-body* (A319, A320 e A321), está a ser adotada uma estratégia de cabines segmentadas, destinada a melhorar o conforto dos produtos existentes da classe executiva e classe económica.

As aeronaves operadas sob a marca TAP express também terão cabines modernas e um produto de serviço completo alinhado com a experiência europeia da TAP, S.A.. Uma nova qualidade especial de serviço será introduzida na Ponte Aérea, oferecendo *timings* excecionais, reconhecendo a importância da rapidez para o passageiro nas viagens domésticas.

Manutenção e Engenharia

Relativamente à TAP–Manutenção e Engenharia Portugal, no contexto comercial, as perspetivas para 2016 estão condicionadas, no que concerne à atividade de Manutenção de Aviões, pela atividade que será desenvolvida para a frota da TAP, no âmbito da reconfiguração dos interiores da respetiva frota reduzindo-se, desta forma, a disponibilidade de oferta de

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

trabalho para terceiros. O *tender* lançado pela SIMMAD relativamente à gestão da frota A310 (atualmente suportada pela SOGERMA) da Força Aérea Francesa, constitui um importante desafio para a capacidade competitiva da Unidade de Negócio que, seguramente, será necessário demonstrar, face à concorrência e às naturais barreiras políticas. Relativamente ao negócio da Manutenção de Motores, prossegue a abordagem ao mercado nos vários modelos do produto CFM56, sendo expectável a concretização de contratos com alguns novos clientes, de diferentes áreas geográficas, bem como a análise económica e financeira sobre a viabilidade da introdução no portefólio do motor CF680E1, atualmente mantido pelo OEM. A participação das diferentes Direções, com destaque para a Engenharia, tenderá a aumentar, face às atividades decorrentes das reconfigurações de interiores das frotas *narrow-body* e *wide-body* e dos *phase-in* das novas frotas A320 NEO e A330 NEO, de modo a que as mesmas decorram sem sobressaltos e se garantam as mais adequadas escolhas de equipamentos e a implementação da capacidade necessária à manutenção das novas aeronaves, garantindo os habituais padrões de segurança, qualidade e custos competitivos.

Na perspetiva operacional, no que respeita à atividade da manutenção motores, prevê-se o enfoque ao desenvolvimento de melhorias no âmbito do planeamento e controlo das atividades, com vista a incrementar a eficiência, reduzir os TAT's (*Turn Around Time*) e aumentar a satisfação dos Clientes. Em paralelo, sendo a reparação dos *Thrust Reversers* (capôs reversores de potência dos motores) progressivamente efetuada *in-house*, na sequência da diminuição da sua subcontratação ao exterior, torna-se essencial prosseguir com o controlo deste processo, através de procedimentos bem definidos, a envolver não só o indicador TAT, como também o controlo da qualidade e da documentação para este tipo de unidades. A necessidade de estabilização deste processo visa, igualmente, uma futura comercialização do serviço. Na área de Componentes, irá prosseguir a análise da atividade, no sentido de avaliar qual a estratégia industrial mais adequada para fazer face não só à modernização da frota da TAP, como aos desafios, que a atividade de venda de serviços para terceiros e eventuais parcerias colocam. No que respeita à manutenção de Aeronaves, os desafios que se colocam envolvem a consolidação dos novos processos de trabalho, assentes na teoria dos constrangimentos que apontam para reduções dos TAT's, na ordem dos 15%, bem como o aumento da eficiência, através do reforço dos investimentos na modernização e adequação das infraestruturas e equipamentos.

No âmbito da Organização, prevê-se uma reconfiguração da mesma, permitindo destacar, dentro da atual estrutura, a Organização CAMO, responsável pela Aeronavegabilidade Continuada. No que refere a Logística, será posto um enfoque especial na gestão de *stocks*, no sentido de promover um aumento significativo da sua rotação e a eliminação dos itens considerados obsoletos. Relativamente a Melhoria Contínua, irão ser lançados projetos, definidos por cada Direção, no sentido de se obterem ganhos de eficiência, através da melhoria de processos e procedimentos que contribuam para o atingimento das metas de gestão definidas para 2016. Continuará a privilegiar-se a participação de novos colaboradores nestes projetos, no sentido de prosseguir com o desenvolvimento de uma cultura organizacional que abraça a mudança e focada nos resultados e compromissos.

No negócio de Manutenção e Engenharia no Brasil, o ano de 2016 prosseguirá, com ajustes à medida, nos três pilares chave: i) melhoria da capacidade e eficiência produtiva, que tem sido visível nos relatórios de satisfação dos Clientes, nos resultados das auditorias mais recentes e na obtenção de novas certificações; ii) melhoria do desempenho comercial, que alicerçado no ponto anterior, tem permitido prosseguir com crescimentos da receita significativamente acima do crescimento do mercado MRO na América Latina; iii) sanitização económica / financeira, decorrente dos pontos anteriores e do sucesso obtido nos processos fiscais e laborais.

De referir, que a TAP, SGPS, S.A. tem uma visão estratégica para o futuro, traduzindo-se um dos seus importantes objetivos na criação de uma companhia aérea financeiramente sustentável, onde se destaca, como uma das suas principais linhas estratégicas, em termos de frota, um posicionamento entre as melhores companhias do mundo, garantindo-lhe um papel cada vez mais decisivo nas ligações entre a Europa, África, Brasil e América do Norte.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO DE 2015

TAP – TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES, SGPS, S.A.

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA.....	4
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS.....	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL	6
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	7
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2015	9
1 - Atividade económica do Grupo TAP	9
2 - Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos.....	11
2.1. Bases de preparação	11
2.2. Comparabilidade	13
2.3. Bases de consolidação	13
2.3.1. Subsidiárias.....	13
2.3.2. Associadas.....	15
2.4. Relato por segmentos	16
2.5. Conversão cambial.....	17
2.5.1. Moeda funcional e de relato.....	17
2.5.2. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira.....	17
2.5.3. Empresas do Grupo.....	17
2.6. Ativos fixos tangíveis.....	18
2.7. Propriedades de investimento.....	20
2.8. Ativos intangíveis	20
2.9. <i>Goodwill</i>	20
2.10. Imparidade de ativos não financeiros	20
2.11. Ativos financeiros	21
2.12. Instrumentos financeiros derivados	24
2.13. Justo valor de ativos e passivos	25
2.14. Imposto sobre o rendimento.....	25
2.15. Inventários.....	26
2.16. Valores a receber correntes.....	26
2.17. Caixa e seus equivalentes	27
2.18. Capital social e ações próprias	27
2.19. Financiamentos obtidos/passivos remunerados	27
2.20. Encargos financeiros com empréstimos	27
2.21. Provisões.....	28
2.22. Benefícios pós-emprego	28
2.23. Valores a pagar correntes	29
2.24. Subsídios.....	29
2.25. Locações.....	29
2.26. Distribuição de dividendos	30
2.27. Rédito e especialização dos exercícios	30
2.28. Gastos não recorrentes.....	31
2.29. Ativos e passivos contingentes	31
2.30. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	32
2.31. Eventos subsequentes	32
2.32. Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes	32
3 - Políticas de gestão do risco financeiro	35
4 - Trabalhadores ao serviço.....	45
5 - Ativos fixos tangíveis.....	46
6 - Propriedades de investimento	48
7 - <i>Goodwill</i>	49
8 - Outros ativos intangíveis.....	51
10 - Participações financeiras - método da equivalência patrimonial.....	51
13 - Outros ativos financeiros.....	51
15 - Ativos e passivos por impostos diferidos	52

16 - Adiantamentos a fornecedores	55
17 - Estado e outros entes públicos	55
18 - Outras contas a receber	56
19 - Diferimentos	58
20 - Inventários	59
21 - Clientes	60
22 - Caixa e depósitos bancários	61
24 - Capital próprio	63
25 - Interesses não controlados – demonstração da posição financeira	65
26 - Provisões	66
27 - Financiamentos obtidos	71
28 - Responsabilidades com benefícios pós-emprego	76
29 - Adiantamentos de clientes	85
30 - Fornecedores	86
31 - Outras contas a pagar	86
32 - Documentos pendentes de voo	88
35 - Vendas e serviços prestados	88
36 - Subsídios à exploração	89
37 - Ganhos e perdas em associadas	89
38 - Variação da produção	90
39 - Trabalhos para a própria entidade	90
40 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	90
41 - Fornecimentos e serviços externos	91
42 - Gastos com o pessoal	92
43 - Imparidade de inventários (perdas/reversões)	93
44 - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	93
45 - Provisões (aumentos/reduções)	94
46 - Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	94
47 - Aumentos/reduções de justo valor	94
48 - Outros rendimentos e ganhos	94
49 - Outros gastos e perdas	95
50 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização	95
51 - Juros e rendimentos e gastos similares obtidos/suportados	96
52 - Imposto sobre o rendimento	96
53 - Interesses não controlados – resultado líquido	97
54 – Outros gastos não recorrentes	97
55 - Relato por segmentos	98
56 - Entidades relacionadas	98
57 - Contingências	100
58 - Detalhe dos ativos e passivos financeiros	104
60 – Compromissos	106
61 - Eventos subsequentes	106

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Valores em milhares de Euros	Nota	2015	2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	641.001	673.718
Propriedades de investimento	6	2.216	2.139
Goodwill	7	149.791	193.479
Outros ativos intangíveis	8	534	738
Outros ativos financeiros	13	1.100	2.122
Ativos por impostos diferidos	15	69.485	53.410
Outras contas a receber	18	49.852	48.569
		913.979	974.175
Ativo corrente			
Inventários	20	86.034	97.172
Clientes	21	138.130	146.991
Adiantamentos a fornecedores	16	4.544	6.745
Estado e outros entes públicos	17	17.427	13.878
Outras contas a receber	18	59.652	63.061
Diferimentos	19	13.272	17.094
Depósitos bancários restritos	22	4.177	100.917
Caixa e depósitos bancários	22	136.814	140.364
		460.050	586.222
Total do ativo		1.374.029	1.560.397
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital	24	15.000	15.000
Prestações suplementares	24	154.353	-
Reservas legais	24	3.000	3.000
Reservas de conversão cambial	24	(70.406)	(19.503)
Reservas de justo valor	24	(752)	(36.727)
Ajustamentos em partes de capital		(2.260)	(2.260)
Resultados transitados	24	(478.015)	(394.209)
Resultado líquido do exercício	24	(156.042)	(85.096)
Total do capital próprio do grupo		(535.122)	(519.795)
Interesses não controlados	25	4.807	7.935
Total do capital próprio		(530.315)	(511.860)
Passivo não corrente			
Provisões	26	26.126	29.723
Financiamentos obtidos	27	743.370	427.969
Responsabilidades com benefícios pós-emprego	28	54.268	56.626
Passivos por impostos diferidos	15	20.037	21.035
Outras contas a pagar	31	84.019	1.492
		927.820	536.845
Passivo corrente			
Fornecedores	30	167.843	141.082
Adiantamentos de clientes	29	1.259	820
Estado e outros entes públicos	17	22.468	22.021
Financiamentos obtidos	27	198.797	633.682
Outras contas a pagar	31	250.960	366.201
Documentos pendentes de voo	32	271.068	303.889
Diferimentos	19	64.129	67.717
		976.524	1.535.412
Total do passivo		1.904.344	2.072.257
Total do capital próprio e do passivo		1.374.029	1.560.397

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2015.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS
DOS EXERCÍCIOS DE 2015 E 2014**

Valores em milhares de Euros	Nota	2015	2014
Vendas e serviços prestados	35	2.597.936	2.698.321
Subsídios à exploração	36	594	1.151
Ganhos e perdas em associadas	37	1.067	1.611
Variação da produção	38	(8.589)	8.894
Trabalhos para a própria entidade	39	608	791
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	40	(243.790)	(276.583)
Fornecimentos e serviços externos	41	(1.718.345)	(1.816.262)
Gastos com o pessoal	42	(566.405)	(578.880)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	43	148	(105)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	44	(5.672)	(14.044)
Provisões (aumentos/reduções)	45	178	(5.706)
Aumentos/reduções de justo valor	47	(174)	104
Outros rendimentos e ganhos	48	68.083	103.958
Outros gastos e perdas	49	(77.216)	(33.257)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (antes de outros gastos não recorrentes)		48.423	89.993
Outros gastos não recorrentes	54	(91.394)	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(42.971)	89.993
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	50	(62.697)	(85.437)
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	46	-	(1.984)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(105.668)	2.572
Juros e rendimentos similares obtidos	51	4.633	3.091
Juros e gastos similares suportados	51	(67.909)	(84.509)
Resultado antes de impostos		(168.944)	(78.846)
Imposto sobre o rendimento do exercício	52	17.167	(2.103)
Resultado líquido do exercício		(151.777)	(80.949)
Resultado líquido atribuível aos acionistas da TAP SGPS		(156.042)	(85.096)
Resultado líquido atribuível aos interesses não controlados	53	4.265	4.147
Resultado básico e diluído por ação (Euros)	24	(104)	(57)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados em 31 de dezembro de 2015.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS EXERCÍCIOS DE 2015 E 2014

Valores em milhares de Euros	Nota	2015	2014
Resultado líquido		(151.777)	(80.949)
Elementos que poderão vir a ser reclassificados subsequentemente por resultados:			
Ganhos e perdas com conversão cambial	24	(50.903)	642
Ganhos e perdas em instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa	24	49.620	(57.100)
Imposto diferido de instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa	15	(13.645)	15.832
Elementos que não serão reclassificados por resultados:			
Remensurações de planos de benefícios definidos	28	(2.761)	(14.686)
Imposto diferido de remensurações	15	812	2.433
Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		(16.877)	(52.879)
Rendimento integral		(168.654)	(133.828)
Atribuível a:			
Acionistas da TAP SGPS		(172.922)	(137.975)
Interesses não controlados	53	4.268	4.147
Rendimentos integrais totais do exercício		(168.654)	(133.828)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral em 31 de dezembro de 2015.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS DE 1 DE JANEIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Valores em milhares de Euros	Capital	Prestações Suplementares (Nota 24)	Reservas legais	Reservas de conversão cambial (Nota 24)	Reservas de justo valor (Nota 24)	Ajustamentos em partes de capital	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Subtotal	Interesses não controlados (Notas 25 e 53)	TOTAL
Capital Próprio em 1 de janeiro de 2014	15.000	-	3.000	(20.145)	4.541	(2.260)	(376.088)	(5.868)	(381.820)	8.508	(373.312)
Transações com proprietários de capital em 2014	-	-	-	-	-	-	(5.868)	5.868	-	(4.720)	(4.720)
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	-	-	-	-	-	-	(5.868)	5.868	-	-	-
Distribuição de dividendos aos interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.720)	(4.720)
Rendimento integral em 2014	-	-	-	642	(41.268)	-	(12.253)	(85.096)	(137.975)	4.147	(133.828)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(85.096)	(85.096)	4.147	(80.949)
Outro rendimento integral	-	-	-	642	(41.268)	-	(12.253)	-	(52.879)	-	(52.879)
Capital Próprio em 31 de dezembro de 2014	15.000	-	3.000	(19.503)	(36.727)	(2.260)	(394.209)	(85.096)	(519.795)	7.935	(511.860)
Transações com proprietários de capital em 2015	-	154.353	-	-	-	-	(85.096)	85.096	154.353	(4.154)	150.199
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	-	-	-	-	-	-	(85.096)	85.096	-	-	-
Prestações suplementares	-	154.353	-	-	-	-	-	-	154.353	-	154.353
Distribuição de dividendos aos interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.154)	(4.154)
Rendimento integral em 2015	-	-	-	(50.903)	35.975	-	1.290	(156.042)	(169.680)	1.026	(168.654)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(156.042)	(156.042)	4.265	(151.777)
Outro rendimento integral	-	-	-	(50.903)	35.975	-	1.290	-	(13.638)	(3.239)	(16.877)
Capital Próprio em 31 de dezembro de 2015	15.000	154.353	3.000	(70.406)	(752)	(2.260)	(478.015)	(156.042)	(535.122)	4.807	(530.315)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2015.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS DE 2015 E 2014**

Valores em milhares de Euros	Nota	2015	2014
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		2.709.810	3.130.650
Pagamentos a fornecedores		(2.089.045)	(2.321.245)
Pagamentos ao pessoal		(449.865)	(461.470)
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(16.459)	(8.799)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(165.128)	(275.248)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		(10.687)	63.888
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		74.571	235
Propriedades de investimento	6	-	2.795
Investimentos financeiros		1.043	177
Juros e rendimentos similares		4.526	3.039
Empréstimos concedidos		2.900	3.100
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(47.463)	(22.897)
Ativos intangíveis		-	(45)
Prestações acessórias de capital	18	-	(1.000)
Empréstimos concedidos		-	(2.900)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		35.577	(17.496)
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		635.344	282.909
Prestações suplementares	24	154.353	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(643.647)	(191.300)
Contratos de locação financeira		(116.011)	(96.505)
Juros e gastos similares		(46.620)	(41.311)
Dividendos (interesses não controlados)		(3.504)	(4.720)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		(20.085)	(50.927)
Variações de caixa e seus equivalentes		4.805	(4.535)
Efeito das diferenças de câmbio		(97.812)	(24.685)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		233.998	263.218
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	22	140.991	233.998

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2015.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2015

1 - Atividade económica do Grupo TAP

O Grupo TAP, constituído pela TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (“TAP SGPS”) e suas subsidiárias (o “Grupo TAP” ou o “Grupo”) tem a sua sede no Aeroporto de Lisboa e dedica-se à exploração do setor de transporte aéreo de passageiros, carga e correio, execução de trabalhos de manutenção e engenharia, prestação de serviços de assistência em escala ao transporte aéreo, exploração de espaços comerciais em aeroportos (*free shops*) e *catering* para aviação.

A TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. foi constituída ao abrigo do Decreto-Lei nº 87/2003, de 26 de abril e posteriormente matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, em 25 de junho de 2003. O seu capital foi integralmente realizado em espécie pela Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. (“Parpública”), por entrada das ações representativas da totalidade do capital social da sociedade Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (“TAP S.A.”).

No âmbito do processo de reprivatização do Grupo TAP, foi celebrado no dia 24 de junho de 2015, entre a Parpública (como vendedora), a DGN Corporation (“DGN”) e a HPGB, SGPS, S.A. (“HPGB”) (como proponentes) e a Atlantic Gateway, SGPS, S.A. (“Atlantic Gateway”, que atualmente adotou o tipo de sociedade por quotas) (como compradora), o “Acordo de Venda Direta” da TAP SGPS, o qual ficou concluído em 12 de novembro de 2015, com a transmissão, pela Parpública a favor da Atlantic Gateway, de 915.000 ações escriturais, nominativas, representativas de 61% do capital social da TAP SGPS permanecendo a Parpública com os restantes 39%.

Para além do “Acordo de Venda Direta” já referido, importa ainda destacar, de entre os vários instrumentos contratuais, também assinados em 24 de junho de 2015, o “Acordo de Compromissos Estratégicos”, entre o Estado Português, a Parpública, a TAP SGPS, a TAP, S.A., a DGN, a HPGB e a Atlantic Gateway, que estabelece os termos e condições gerais para a implementação do Projeto Estratégico, apresentado com a proposta técnica vinculativa, contendo as medidas que devem contribuir para os objetivos da reprivatização. Ao abrigo deste Acordo as partes assumiram, ainda, determinados compromissos estratégicos, entre os quais se destaca a promoção do *hub* nacional e a manutenção da sede da TAP S.A e da Portugália – Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. (“Portugália”) em Portugal. O incumprimento pela Atlantic Gateway, das recomendações emitidas pela Comissão Independente de Acompanhamento, poderá resultar na aplicação de uma multa diária, até ao limite máximo de 10 milhões de Euros. No caso de incumprimento grave e definitivo, pela Atlantic Gateway, dos compromissos estratégicos anteriormente mencionados, o Estado Português e a Parpública têm o direito potestativo de aquisição de 100% do capital social da TAP SGPS, que poderão ou não exercer.

Após a celebração dos referidos Acordos e instrumentos contratuais, a TAP SGPS solicitou, em 15 de julho de 2015, o parecer da Autoridade Nacional da Aviação Civil (“ANAC”) relativamente à projetada alteração indireta da estrutura acionista das transportadoras aéreas suas subsidiárias, a TAP S.A. e a Portugália.

Em 12 de outubro de 2015, a ANAC emitiu um parecer prévio relativo à avaliação do cumprimento do disposto no Regulamento (CE) nº 1008/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de setembro de 2008 (“Regulamento”), para efeitos de manutenção das licenças de exploração da TAP S.A. e da Portugalia, no âmbito do processo de aquisição pela Atlantic Gateway de uma participação maioritária na TAP SGPS, em que sublinhava que a notificação efetuada pela TAP SGPS não se encontrava completamente instruída, com toda a informação materialmente relevante e necessária para efeitos de verificação prévia do cumprimento integral dos requisitos do Regulamento, e que dos documentos submetidos para análise da ANAC, a ANAC concluiu que: (i) quanto ao requisito legal relativo à participação maioritária no capital social da TAP SGPS, por Estados Membros e/ou nacionais de Estados Membros, entende-se que o mesmo se encontra em conformidade com o disposto na alínea f) do artigo 4º do Regulamento; (ii) quanto ao requisito legal relativo à capacidade financeira verifica-se que, de acordo com as demonstrações financeiras previsionais apresentadas e respetivos pressupostos, a operação de aquisição não coloca em causa o cumprimento dos requisitos de capacidade económica e financeira previstos no nº 6 do artigo 8º do Regulamento e (iii) quanto ao requisito legal do controlo efetivo por Estados Membros e/ou nacionais de Estados Membros, por forma a assegurar a conformidade da operação com o disposto na alínea f) do artigo 4º do Regulamento, a ANAC convidou as partes a rever as regras de nomeação dos membros dos órgãos sociais da TAP SGPS e suas subsidiárias, a densificar determinadas disposições referentes ao modelo de *Governance*, a eliminar ou rever as cláusulas relativas às situações de bloqueio e situações de divergência e a garantir que a conversão das obrigações estará de acordo com o Regulamento.

Em 12 de novembro de 2015, com a aquisição pela Atlantic Gateway das ações representativas de 61% do capital social da TAP SGPS, entre outros instrumentos contratuais celebrados, importa destacar o “Acordo Relativo à Estabilidade Económico-Financeira da TAP”, entre a Parpública, a Atlantic Gateway, a TAP SGPS, a TAP S.A. e a Portugalia, pelo qual a Atlantic Gateway, como compradora, e a TAP S.A. e a Portugalia, como mutuárias, assumiram determinado tipo de obrigações relativas à dívida financeira e ao serviço da dívida do Grupo TAP.

A principal atividade do Grupo TAP consiste no transporte aéreo de passageiros, carga e correio, operando regularmente em Portugal Continental e Regiões Autónomas, Europa, África, Atlântico Norte, Atlântico Médio e Atlântico Sul. Tem 22 representações em países estrangeiros e 4 em Portugal. Adicionalmente, executa trabalhos de manutenção e engenharia para a sua frota e para terceiros.

Sede Social Aeroporto de Lisboa, Edifício 25

Capital Social Euros 15.000.000

N.I.P.C. 506 623 602

As demonstrações financeiras consolidadas, ora reportadas, que incluem os ativos, os passivos, os gastos e rendimentos das empresas do Grupo TAP conforme listadas na Nota 2.3.1., foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 17 de março de 2016. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor.

Os membros do Conselho de Administração, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

2 - Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”) ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (“SIC”), em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 2.3.1.), e tomando por base o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros derivados, propriedades de investimento e os programas de fidelização de clientes, que se encontram registados ao justo valor.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as IFRS, o Conselho de Administração recorreu ao uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos com impacto no valor de ativos e passivos e no reconhecimento de rendimentos e gastos de cada período de reporte. Apesar de estas estimativas terem por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 2.32.

O Grupo TAP, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as normas IAS/IFRS e suas interpretações SIC/IFRIC, aprovadas pela União Europeia.

→ **Novas normas e interpretações de aplicação mandatória em 31 de dezembro de 2015**

As interpretações e alterações a normas existentes identificadas abaixo, são de aplicação obrigatória pelo IASB, para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2015:

Descrição	Alteração	Data efetiva*
Melhorias às normas 2011 – 2013	Clarificações	1 de janeiro de 2015
IFRIC 21 – Taxas ("Levies")	Nova interpretação – Contabilização de passivos por taxas	1 de janeiro de 2015

* Exercícios iniciados em ou após

A introdução destas interpretações e a alteração das normas referidas anteriormente não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo.

→ **Novas normas e interpretações de aplicação não mandatória em 31 de dezembro de 2015**

Existem novas normas, alterações e interpretações efetuadas a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para exercícios anuais, que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015, que o Grupo decidiu não adotar antecipadamente neste exercício, como segue:

Normas e interpretações efetivas, em ou após 1 de fevereiro de 2015:

Descrição	Alteração	Data efetiva*
Melhorias às normas 2010 – 2012	Clarificações	1 de fevereiro de 2015
IAS 19 – Planos de benefícios definidos - Contribuições de empregados	Contabilização das contribuições de empregado ou entidades terceiras	1 de fevereiro de 2015
IAS 16 e 38 – Métodos de cálculo de amortização/depreciação	Os métodos de depreciação/amortização baseados no réditto, não são permitidos	1 de janeiro de 2016
IAS 16 e 41 – Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis	Plantas que apenas produzem ativos biológicos consumíveis, são incluídas no âmbito da IAS 16 e são mensuradas pelo modelo do custo ou pelo modelo da revalorização	1 de janeiro de 2016
IFRS 11 – Acordos conjuntos	Contabilização da aquisição de um interesse numa operação conjunta que é um negócio	1 de janeiro de 2016
IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras	Revisão das divulgações no âmbito do projeto do IASB "Disclosure Initiative"	1 de janeiro de 2016
IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas	Opção de mensurar pelo método da equivalência patrimonial, nas DF's separadas, os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	1 de janeiro de 2016
Melhorias às normas 2012 – 2014	Clarificações várias	1 de janeiro de 2016

* Exercícios iniciados em ou após

Normas e interpretações efetivas, em ou após 1 de fevereiro de 2015, não endossadas pela UE:

Descrição	Alteração	Data efetiva*
Alterações IFRS 10, 12 e IAS 28: Entidades de investimento - aplicação da isenção de consolidar	Isenção de consolidar aplicada às entidades de investimento, extensível a uma empresa-mãe que não qualifica como Entidade de investimento mas é uma subsidiária de uma entidade de investimento	1 de janeiro de 2016
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Nova norma para o tratamento contabilístico de instrumentos financeiros	1 de janeiro de 2018
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Reconhecimento do rédito relacionado com a entrega de ativos e prestação de serviços, pela aplicação do método das 5 etapas	1 de janeiro de 2018

* Exercícios iniciados em ou após

O Grupo não concluiu, ainda, o apuramento de todos os impactos decorrentes da aplicação das normas supra pelo que optou pela sua não adoção antecipada. Contudo, não espera que estas venham a produzir efeitos materialmente relevantes sobre a sua posição patrimonial e resultados.

2.2. Comparabilidade

Os valores constantes das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do exercício de 2014.

Sem prejuízo do acima exposto, importa salientar que o registo da reserva de conversão cambial, no que concerne à conversão cambial do *goodwill* proveniente da aquisição de uma unidade operacional estrangeira, não foi aplicado retrospectivamente, dada a sua imaterialidade no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (14,5 milhões de Euros na demonstração da posição financeira consolidada), pelo que as mesmas não foram reexpressas (Nota 7).

2.3. Bases de consolidação

2.3.1. Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais o Grupo considera existir controlo.

O Grupo considera existir controlo sobre uma entidade quando o Grupo está exposto e ou tem direito, em resultado do seu envolvimento, ao retorno variável das atividades da entidade e tem capacidade de afetar esse retorno através do poder exercido sobre aquela, nomeadamente, quando detém direta ou indiretamente mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais, que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis, são considerados quando se avalia se o Grupo detém o controlo sobre outra entidade.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada, separadamente, na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, na rubrica de “Interesses não controlados” (Nota 25).

As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas abaixo:

Firma	Sede	Atividade principal	Detentores de capital	% do capital detido	
				2015	2014
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão e administração de participações sociais	Parpública Atlantic Gateway	39,00% 61,00%	100,00% -
Transportes Aéreos Portugueses, S.A.	Lisboa	Atividades aeronáuticas	TAP SGPS	100,00%	100,00%
TAPGER - Sociedade de Gestão e Serviços, S.A. ("TAPGER")	Lisboa	Prestação de serviços de gestão	TAP SGPS	100,00%	100,00%
Portugália - Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. ("Portugália")	Lisboa	Atividades aeronáuticas	TAP SGPS	100,00%	100,00%
Cateringpor - Catering de Portugal, S.A. ("Cateringpor")	Lisboa	Catering	TAPGER	51,00%	51,00%
L.F.P. - Lojas Francas de Portugal, S.A. ("LFP")	Lisboa	Exploração de <i>free shop</i>	TAPGER	51,00%	51,00%
Megasis - Soc. de Serviços de Engenharia e Informática, S.A. ("Megasis")	Lisboa	Engenharia e prestação de serviços informáticos	TAPGER	100,00%	100,00%
U.C.S. - Cuidados Integrados de Saúde, S.A. ("UCS")	Lisboa	Prestação de cuidados de saúde	TAPGER	100,00%	100,00%
Aeropar, Participações, S.A. ("Aeropar")	Brasil	Gestão e administração de participações sociais	TAP SGPS Portugália	99,00% 1,00%	99,00% 1,00%
TAP – Manutenção e Engenharia Brasil, S.A. (ex-VEM) ("TAP M&E Brasil")	Brasil	Manutenção e engenharia aeronáutica	TAP SGPS Aeropar	51,00% 47,64%	51,00% 47,64%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não ocorreram alterações ao perímetro de consolidação do Grupo.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição de subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição.

Os custos diretamente associados com aquisições (serviços de consultoria, aconselhamento legal, gastos administrativos, entre outros) são contabilizados, nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo TAP, como gastos do exercício em que a aquisição teve lugar, reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo, dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, é registado como *goodwill* que se encontra detalhado na Nota 7.

As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida (*goodwill* negativo), a diferença é reconhecida diretamente na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos”.

As transações internas, saldos, ganhos não realizados em transações e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido.

Quando, à data da aquisição do controlo, o Grupo TAP já detém uma participação previamente adquirida, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *goodwill* negativo.

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses não controlados podem ser mensurados ao justo valor ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Transações subsequentes de alienação ou de aquisição de participações a interesses não controlados, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada reconhecida no capital próprio.

Preços contingentes de eventos futuros são considerados ao justo valor à data da aquisição, independentemente da probabilidade de ocorrência. As eventuais remensurações subsequentes não afetam os saldos de *goodwill*, exceto se efetuadas até 12 meses após a data de aquisição.

As políticas contabilísticas das subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.3.2. Associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo ou controlo conjunto, geralmente representando entre 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como *goodwill* e mantidas

na respetiva rubrica. Se essas diferenças forem negativas são registadas como ganho do exercício na rubrica “Ganhos e perdas em associadas”.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas, quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir, também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixam de existir são objeto de reversão.

Os ganhos não realizados em transações entre o Grupo e as suas associadas são eliminados até ao grau da quota-parte do Grupo nas associadas. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação fornecer evidência de imparidade do ativo transferido.

Quando considerado necessário, as políticas contabilísticas das associadas são alteradas, para garantir a consistência com as práticas adotadas pelo Grupo.

A entidade que se qualifica como associada é a seguinte:

Firma	Sede	Atividade principal	Detentores de capital	% do capital detido	
				2015	2014
SPdH – Serviços Portugueses de Handling, S.A. (“SPdH”)	Lisboa	Handling	TAP SGPS	43,90%	43,90%
			Portugália	6,00%	6,00%

Os investimentos em associadas encontram-se detalhados nas Notas 10 e 26.

2.4. Relato por segmentos

Tal como preconizado na IFRS 8, o Grupo apresenta os segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. De facto, os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com o modelo interno de informação de gestão, providenciado ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo, o qual é responsável pela alocação de recursos ao segmento e pela avaliação do seu desempenho, assim como pela tomada de decisões estratégicas. O Grupo não apresenta ativos e passivos segmentais tendo em consideração que esta informação não é apresentada ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

Foram identificados cinco segmentos operacionais: transporte aéreo, manutenção e engenharia, *free shop*, *catering* e outros.

As políticas contabilísticas do relato por segmentos são utilizadas de forma consistente no Grupo. Todos os réditos inter-segmentais são valorizados a preços de mercado e eliminados na consolidação. A informação relativa aos segmentos identificados encontra-se apresentada na Nota 55.

2.5. Conversão cambial

2.5.1. Moeda funcional e de relato

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em **milhares de Euros**, sendo esta a moeda funcional e de relato do Grupo.

2.5.2. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos do Grupo, expressos em moeda estrangeira, foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data da posição financeira.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da posição financeira, foram registadas como rendimentos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

2.5.3. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, que possuam uma moeda funcional diferente da sua moeda de relato, são convertidos para a moeda de relato como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada posição financeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras consolidadas. As diferenças de câmbio, resultantes desta conversão, são reconhecidas como componente separada no capital próprio, na rubrica “Reservas de conversão cambial”.
- (ii) Os rendimentos e os gastos de cada demonstração dos resultados são convertidos pela taxa de câmbio média do exercício de reporte, a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transações. Neste caso, os rendimentos e os gastos são convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transações.

Os ajustamentos ao *goodwill* e ao justo valor de uma aquisição de uma entidade estrangeira são tratados como ativos e passivos de uma entidade estrangeira, e são transpostos à taxa de câmbio de fecho à data de relato.

As diferenças de câmbio resultantes de um item monetário, que faça parte do investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, são reconhecidas numa componente separada do capital próprio e, aquando

da alienação do investimento líquido ou liquidação desses montantes, são reconhecidas nos resultados, como parte do ganho ou perda apurado na alienação.

As cotações de moeda estrangeira, utilizadas para conversão das demonstrações financeiras, expressas em moeda diferente do Euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2015	2014
BRL	4,3117	3,2207
USD	1,0887	1,2141
VEF	216,32	a)
AOA	147,83	125,11

a) Ver comentários adicionais na Nota 22.

Relativamente às subsidiárias brasileiras, os resultados mensais foram convertidos à taxa do último dia de cada mês, conforme segue:

Mês	2015	2014
Janeiro	3,0114	3,2829
Fevereiro	3,2579	3,2120
Março	3,4958	3,1276
Abril	3,3232	3,1248
Mai	3,4522	3,0315
Junho	3,4699	3,0002
Julho	3,6974	3,0156
Agosto	4,0671	2,9600
Setembro	4,4808	3,0821
Outubro	4,2724	3,0714
Novembro	4,0709	3,1831
Dezembro	4,3117	3,2207

2.6. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registrados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceitos em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Adicionalmente, à data da transição, a subsidiária TAP S.A. aplicou a exceção prevista na IFRS 1 - Primeira Aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pela qual se poderá considerar como custo considerado (*deemed cost*) o justo valor de algumas categorias de bens, reportado à data de transição (1 de janeiro de 2004).

Assim, com efeitos a 1 de janeiro de 2004, os bens pertencentes à categoria de edifícios da referida subsidiária, foram revalorizados para o correspondente justo valor a essa data. O justo valor desses *itens*, do ativo fixo tangível, foi determinado por um estudo de avaliação patrimonial efetuado por uma entidade

especializada independente (Colliers P&I), a qual procedeu igualmente à determinação do período de vida útil remanescente desses bens, à data de transição.

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos posteriormente à data de transição, são apresentados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Grupo e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no exercício em que são incorridos.

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição, sendo utilizado o método das quotas constantes por duodécimos, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada, como segue:

	Anos de vida útil	Valor residual
Edifícios e outras construções	20-50	-
Equipamento básico:		
Equipamento de voo:		
Airbus		
Frota aérea	20	5%
Frota aérea em regime de locação financeira	20	5%
Reatores de reserva e sobressalentes	20	5%
Reatores de reserva em regime de locação financeira	20	5%
Restante equipamento de voo		
Frota aérea	16	10%
Frota aérea em regime de locação financeira	16	10%
Reatores de reserva e sobressalentes	16	10%
Reatores de reserva em regime de locação financeira	16	10%
Outro equipamento básico	7-20	0-10%
Equipamento de transporte	4-10	-
Ferramentas e utensílios	8-20	0-10%
Equipamento administrativo	5-16	-
Outros ativos fixos tangíveis	10	-

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados prospetivamente, se necessário, na data de relato (Nota 5). Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 2.10.).

Os ganhos ou perdas, provenientes do abate ou alienação, são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações deduzidos dos custos de transação e a quantia escriturada dos ativos, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como rendimentos e ganhos ou gastos e perdas operacionais.

2.7. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram valorizadas ao justo valor na data da transição para as IFRS, sendo valorizadas subsequentemente de acordo com o modelo do justo valor, o qual é aplicado a todos os ativos classificados como propriedades de investimento.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base em avaliações efetuadas por avaliadores externos tendo em consideração as condições da sua utilização ou o melhor uso, consoante se encontre arrendado ou não.

2.8. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade, pelo método das quotas constantes, durante um período que varia entre 3 e 10 anos.

2.9. Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis nas subsidiárias na data de aquisição.

O *goodwill* encontra-se sujeito a testes de imparidade, numa base mínima anual. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não podem ser revertidas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda do controlo de uma entidade incluem o valor do *goodwill* correspondente.

Para efeitos de realização de testes de imparidade, o *goodwill* é associado às unidades geradoras de caixa mais baixas a que pertencem. As unidades geradoras de caixa representam o investimento do Grupo em cada uma das áreas de negócio em que o Grupo TAP opera: transporte aéreo, manutenção e engenharia, *free shop*, *catering* e outros.

2.10. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, que não têm uma vida útil definida, não estão sujeitos a depreciação ou amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a amortização/depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Grupo avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, deduzido dos gastos para venda, e o seu valor de uso.

Para a realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o ativo), quando não seja possível fazê-lo, individualmente, para cada ativo.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com exceção das perdas por imparidade do *goodwill* – ver Nota 2.9.).

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados nas rubricas “Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis” e “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis”, a não ser que o ativo tenha sido reavaliado, situação em que a reversão corresponderá a um acréscimo da reavaliação. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada, até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

2.11. Ativos financeiros

O Grupo classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos concedidos e contas a receber, ativos financeiros ao justo valor através de resultados, investimentos detidos até à maturidade e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento. A classificação é determinada, no momento do reconhecimento inicial dos investimentos, e reavaliada em cada data de relato.

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, sendo os seus valores líquidos reportados na demonstração da posição financeira consolidada apenas quando existe um direito legalmente exercível para compensar os referidos valores, e quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento, no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de *default*, insolvência ou falência da entidade.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são, inicialmente, registados pelo seu valor de aquisição, sendo o justo valor equivalente ao preço pago e a pagar, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos financeiros ao justo valor através de resultados. A mensuração subsequente depende da categoria em que o investimento se insere, como segue:

→ **Empréstimos concedidos e contas a receber**

Os empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. São originados quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida.

São incluídos nos ativos correntes, exceto quando se tratam de ativos com maturidades superiores a 12 meses após a data da posição financeira, sendo nesse caso classificados como ativos não correntes.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são mensurados, inicialmente, ao justo valor e posteriormente ao custo amortizado e são incluídos na demonstração da posição financeira consolidada nas rubricas “Outras contas a receber”, “Clientes” e “Adiantamentos a fornecedores”.

→ **Ativos financeiros ao justo valor através de resultados**

Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido, principalmente, com o objetivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelos gestores. Os ativos desta categoria são classificados como correntes se forem detidos para negociação ou sejam realizáveis no período até 12 meses da data de relato. Estes ativos são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

→ **Investimentos detidos até à maturidade**

Os investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o Grupo tem intenção e capacidade para manter até à maturidade. Esta categoria de investimento está registada ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efetiva.

→ **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que são designados nesta categoria ou que não são classificados em nenhuma das outras categorias. São incluídos em ativos não correntes, exceto se os gestores entenderem alienar o investimento num prazo até 12 meses após a data de relato. Estes investimentos financeiros são contabilizados ao justo valor, entendido como o respetivo valor de cotação, à data da posição financeira.

Se não existir mercado ativo, o Grupo determina o justo valor através da aplicação de técnicas de avaliação, que incluem o uso de transações comerciais recentes, a referência a outros instrumentos com características

semelhantes, a análise de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções modificados para incorporar as características específicas do emitente.

As variações de justo valor resultantes são registadas diretamente na reserva de justo valor no capital próprio, exceto no caso de existência de imparidade, até que o investimento financeiro seja vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulado, anteriormente reconhecido na reserva de justo valor, é incluído no resultado líquido do exercício.

Caso não exista um valor de mercado ou não o seja possível determinar, os investimentos em causa são mantidos ao custo de aquisição. São reconhecidas perdas por imparidade para a redução de valor nos casos que se justifiquem.

Imparidade de ativos financeiros

(i) Empréstimos concedidos, contas a receber e investimentos detidos até à maturidade

O Grupo avalia, em cada data de relato, se há uma evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofreram uma perda por imparidade (diferença entre o valor recuperável e o valor à data de relato do ativo financeiro) registada por contrapartida de resultados. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Análise de incumprimento;
- Incumprimento há mais de 6 meses;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juro do ativo original, e o valor à data de relato do ativo financeiro e é registado por contrapartida de resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de dívidas a receber”.

(ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Se existir uma diminuição no justo valor por um período prolongado dos ativos disponíveis para venda, a perda cumulativa – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, deduzida de qualquer perda por imparidade nesse ativo financeiro, que já tenha sido reconhecida em resultados – é anulada através do capital próprio e reconhecida no resultado do exercício.

Uma perda por imparidade reconhecida, relativamente a ativos financeiros disponíveis para venda, é revertida se a perda tiver sido causada por eventos externos específicos de natureza excecional que não se espera que se repitam, mas que acontecimentos externos posteriores tenham feito reverter, sendo que nestas circunstâncias, para um investimento num instrumento de capital próprio, classificado como disponível para

venda, a reversão não afeta a demonstração consolidada dos resultados, enquanto a reversão de perda por imparidade de um instrumento de dívida, classificado como disponível para venda, deve ser reconhecida nos resultados do exercício.

Estas categorias de ativos são desreconhecidas quando i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) não obstante, reter a parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

2.12. Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados com o objetivo de gerir os riscos financeiros e operacionais a que se encontra sujeito. Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro e do preço do *jet fuel* o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos financeiros derivados, tais como *interest rate swaps* ("IRS"), *swaps* e opções.

Na seleção de instrumentos financeiros derivados são, essencialmente, valorizados os aspetos económicos dos mesmos. Os instrumentos financeiros derivados são registados na demonstração da posição financeira consolidada pelo seu justo valor.

Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes (cobertura de fluxos de caixa), as variações no justo valor são, inicialmente, registadas em outros rendimentos integrais do período a que respeitam e posteriormente em resultados do exercício operacionais, para os instrumentos de *jet fuel*, e em resultados financeiros líquidos para os instrumentos de taxa de juro, na sua data de liquidação. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

Desta forma, e em termos líquidos, os gastos associados aos financiamentos cobertos são periodizados à taxa inerente à operação de cobertura contratada. Os ganhos ou perdas, decorrentes de rescisão antecipada deste tipo de instrumento, são reconhecidos em resultados, quando a operação coberta também afetar resultados.

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado. O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído, essencialmente, nas rubricas de outras contas a receber correntes e de outras contas a pagar correntes e não correntes.

→ Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração.

Os instrumentos financeiros derivados, utilizados para fins de cobertura, podem ser designados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transação, a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada, com fiabilidade, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

2.13. Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado líquido ativo, a cotação de mercado é aplicada à data de referência de relato. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido pela IFRS 13.

No caso de não existir um mercado ativo, são utilizados modelos de avaliação, cujos principais *inputs* são observáveis no mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis no mercado. Nestes casos, o Grupo utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

2.14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são, geralmente, reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, e os ativos por impostos diferidos apenas são reconhecidos quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável ocorrer no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. Na data de relato, é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Para determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas. O montante de imposto a incluir, quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos diretamente no capital próprio, é registado diretamente nestas mesmas rubricas. Deste modo, o impacto de alterações na taxa de imposto também é reconhecido no resultado líquido, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no capital próprio, caso em que esse impacto também é reconhecido diretamente no capital próprio.

2.15. Inventários

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

→ Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

Os inventários detidos referem-se, essencialmente, a peças de manutenção de motores e de componentes de aeronaves.

O material recuperado internamente encontra-se valorizado ao custo.

→ Produtos e trabalhos em curso

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas na rubrica "Imparidade de inventários".

2.16. Valores a receber correntes

Os saldos de clientes e outros valores a receber correntes são, inicialmente, contabilizados ao justo valor sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado (Notas 18 e 21).

As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não receberá os referidos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber.

2.17. Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados na demonstração da posição financeira consolidada, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

O Grupo regista na rubrica “Depósitos bancários restritos” em ativos correntes, as disponibilidades cujo repatriamento de fundos se encontra restrito.

2.18. Capital social e ações próprias

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio (Nota 24).

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

Os gastos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição, como uma redução do capital próprio, na rubrica “Ações próprias” sendo os ganhos ou perdas, inerentes à sua alienação, registados em outras reservas. Em conformidade com a legislação comercial aplicável, enquanto as ações próprias se mantiverem na posse da sociedade, é indisponível uma reserva de montante igual ao seu custo de aquisição.

2.19. Financiamentos obtidos/passivos remunerados

Os passivos remunerados são, inicialmente, reconhecidos ao justo valor, líquidos dos custos de transação incorridos sendo, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos dos custos de transação) e o valor de reembolso é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A dívida remunerada é classificada no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da posição financeira (Nota 27).

2.20. Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são, geralmente, reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos genéricos e específicos, diretamente relacionados com a aquisição, construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda um ano) ou produção de ativos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projeto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

2.21. Provisões

São reconhecidas provisões sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal, contratual ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo e pelos seus consultores legais, baseados em taxas de sucesso históricas, por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de relato e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (Nota 26).

2.22. Benefícios pós-emprego

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram o compromisso de pagar, aos seus empregados, prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, prestações de pré-reforma, cuidados de saúde e prémios de jubilação.

Conforme referido na Nota 28, o Grupo constituiu fundos de pensões autónomos como forma de financiar uma parte das suas responsabilidades por aqueles pagamentos. A fim de estimar as suas responsabilidades com os planos de benefícios definidos acima, o Grupo obtém, periodicamente, cálculos atuariais das responsabilidades determinadas de acordo com o “Método da Unidade de Crédito Projetada”.

O Grupo regista as remensurações diretamente na demonstração consolidada do rendimento integral, nomeadamente, as resultantes de alterações nos pressupostos demográficos e de diferenças entre dados reais e esses mesmos pressupostos.

As responsabilidades, reconhecidas na demonstração da posição financeira consolidada, representam o valor atual das obrigações com os planos de benefícios definidos, deduzido do justo valor dos ativos dos fundos, na rubrica “Responsabilidades com benefícios pós-emprego”.

Os planos que apresentam um excesso de financiamento são registados como um ativo, quando há uma autorização expressa para a sua compensação com as contribuições patronais futuras, ou se o reembolso desse excedente financeiro é expressamente autorizado ou permitido.

Os ganhos e perdas, gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos, são reconhecidos em resultados do exercício quando o corte ou a liquidação ocorrer. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado para que os benefícios atribuídos sejam reduzidos, com efeito material.

Os gastos por responsabilidades passadas, que resultem da implementação de um novo plano ou acréscimos dos benefícios atribuídos, são reconhecidos imediatamente nos resultados do Grupo.

As contribuições efetuadas, no âmbito dos planos de contribuição definida, são registadas como gastos na demonstração consolidada dos resultados na data em que as mesmas são devidas. De acordo com estes planos, no caso de o fundo não ter ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com os serviços prestados no ano corrente e em anos anteriores, o patrocinador não tem a obrigação legal ou construtiva de fazer contribuições adicionais.

2.23. Valores a pagar correntes

Os saldos de fornecedores e outros valores a pagar correntes são, inicialmente, registados ao justo valor sendo, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado (Notas 30 e 31).

2.24. Subsídios

Os subsídios estatais só são reconhecidos após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por gastos incorridos, são registados na demonstração consolidada dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar.

Os subsídios ao investimento, recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por investimentos efetuados em ativos imobilizados, são incluídos na rubrica “Outras contas a pagar” e são reconhecidos em resultados, durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado, por dedução ao valor das depreciações.

2.25. Locações

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro.

De acordo com este método o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de financiamentos obtidos, os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito na Nota 2.6., são registados como gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício a que respeitam.

As locações, em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador, sendo o Grupo, o locatário, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados na demonstração consolidada dos resultados durante o período da locação.

2.26. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício em que os dividendos são aprovados pelo acionista e até ao momento da sua liquidação.

2.27. Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado.

O valor da venda do transporte de passageiros e carga é, no momento da venda, registado como um passivo na rubrica “Documentos pendentes de voo”. Quando o transporte é efetuado ou a venda é cancelada, o valor da venda é transferido desta rubrica para rendimentos do exercício ou para uma conta a pagar consoante o transporte tenha sido: i) efetuado pelo Grupo ou a venda cancelada sem direito a reembolso, ii) efetuado por outra transportadora aérea ou a venda cancelada com direito a reembolso, respetivamente, por um montante geralmente diferente do registado no momento da venda. São efetuadas análises periódicas ao saldo da rubrica “Documentos pendentes de voo”, de forma a corrigir os saldos dos bilhetes vendidos a fim de verificar os que já foram voados ou cujos cupões perderam a validade, não podendo, portanto, ser voados ou reembolsados.

As comissões, atribuídas pelo Grupo na venda de bilhetes, são diferidas e registadas como gastos do exercício, de acordo com a periodização entre exercícios das respetivas receitas de transporte.

No programa passageiro frequente “TAP Victoria”, o Grupo segue o procedimento de, em condições definidas e com base nos voos efetuados, atribuir milhas aos clientes aderentes ao referido programa de fidelização, as quais podem, posteriormente, ser utilizadas na realização de voos com condições preferenciais, nomeadamente tarifas reduzidas. Com base no número de milhas atribuídas e não utilizadas nem caducadas no final de cada exercício, ajustadas da estimativa de milhas a expirar sem utilização, e na valorização unitária

atribuída ao justo valor, o Grupo procede ao diferimento do rédito correspondente à estimativa do valor percecionado pelo cliente na atribuição das milhas.

Para o reconhecimento dos rendimentos dos contratos de manutenção, foi adotado o método do lucro nulo. De acordo com este método, os rendimentos diretamente relacionados com as obras em curso, são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, até ao ponto em que seja provável a recuperação dos gastos incorridos do contrato. De referir que os contratos de manutenção, genericamente, apresentam períodos temporais inferiores a 3 meses.

Os custos do contrato são reconhecidos como um gasto no exercício em que ocorrem. Quando for provável que os custos totais do contrato excedam o rédito total do contrato, a perda esperada é reconhecida como um gasto.

A faturação provisória de trabalhos de manutenção para terceiros, ainda em curso à data de 31 de dezembro de 2015, encontra-se contabilizada na rubrica de diferimentos passivos.

As vendas, nomeadamente do segmento de *Free Shop*, são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As empresas do Grupo registam os seus rendimentos e gastos, à medida que são gerados, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de diferimentos, contas a receber correntes e contas a pagar correntes (Notas 19, 18 e 31, respetivamente).

2.28. Gastos não recorrentes

De acordo com as disposições dos parágrafos 85 e 86 na IAS 1, os “Outros gastos não recorrentes” refletem custos não usuais que devem ser reportados separadamente das habituais linhas de custos, dada a sua magnitude e relevância para a compreensão das operações do Grupo.

2.29. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes, em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos, afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

São reconhecidas provisões para passivos que satisfaçam as condições previstas na Nota 2.21.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.30. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O Grupo classifica na rubrica “Caixa e depósitos bancários” os investimentos vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na demonstração da posição financeira consolidada, na rubrica “Financiamentos obtidos correntes”, assim como os “Depósitos bancários restritos”.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais, (2) atividades de investimento e (3) atividades de financiamento.

As atividades operacionais englobam, essencialmente, os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores e ao pessoal. Englobam, ainda, os pagamentos de impostos indiretos líquidos, do imposto sobre o rendimento e os pagamentos relacionados com benefícios de reforma.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos financeiros, dividendos recebidos de empresas associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos intangíveis e tangíveis.

Os fluxos de caixa relacionados com as atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas, a aquisição de ações próprias e pagamento de dividendos.

2.31. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos, após a data de relato, que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam naquela data, são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos ocorridos, após a data de relato, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após aquela data, são divulgados, se materiais, nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

2.32. Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data de relato.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Grupo, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas ações que o Grupo considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

As estimativas e as premissas, que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte, são apresentadas abaixo:

→ **Imparidade do *goodwill***

O Grupo testa anualmente, para efeitos de análise de imparidade, o *goodwill* que regista na demonstração da posição financeira consolidada, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 2.9. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas.

A estimativa do valor de uso implica um elevado grau de julgamento, por parte do Conselho de Administração, no que respeita à determinação dos fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis e valores residuais.

→ **Impostos diferidos**

O Grupo reconhece e liquida o imposto sobre o rendimento com base nos resultados das operações, apurados de acordo com a legislação societária local, considerando os preceitos da legislação fiscal, os quais são diferentes dos valores calculados de acordo com as IFRS. De acordo com a IAS 12, o Grupo reconhece os ativos e passivos por impostos diferidos com base na diferença existente entre o valor contabilístico e as bases fiscais dos ativos e passivos. O Grupo analisa periodicamente a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos com base em informação histórica sobre o lucro tributável, na projeção do lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporais.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

→ **Benefícios pós-emprego**

O valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma é calculado com base em metodologias atuariais, as quais utilizam determinados pressupostos. Quaisquer alterações desses pressupostos terão impacto no valor contabilístico das responsabilidades. Os principais pressupostos demográficos utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma estão descritos na Nota 28. O Grupo tem como

política rever periodicamente os principais pressupostos demográficos, caso o seu impacto seja material nas demonstrações financeiras consolidadas.

→ **Reconhecimento de provisões e imparidades**

O Grupo tem diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus consultores legais, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

As imparidades de contas a receber são calculadas, essencialmente, com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos.

As imparidades de inventários são calculadas com base em critérios que atendem à natureza, finalidade de utilização, antiguidade e rotação de materiais.

→ **Programa de fidelização de clientes**

O Grupo procede ao diferimento do rédito, no âmbito do programa de fidelização de clientes "TAP Victoria", com base no valor unitário da milha, ao justo valor percecionado pelo cliente. Alterações nos pressupostos utilizados pelo Grupo, no cálculo desta estimativa, podem ter um impacto significativo.

→ **Vida útil e valor residual dos ativos fixos tangíveis**

A determinação das vidas úteis dos ativos e o seu valor residual, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração consolidada dos resultados de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

Ver adicionalmente a Nota 5.

→ **Justo valor dos instrumentos financeiros derivados**

O justo valor dos instrumentos financeiros que não são transacionados em mercados ativos (derivados *over-the-counter*) é determinado através de técnicas de valorização. O Grupo exerce julgamento ao selecionar uma variedade de métodos e pressupostos baseados em condições de mercado que se verificam no final de cada período de relato.

→ **Atualização cambial na Venezuela**

Na sequência da deterioração significativa da economia venezuelana, das sucessivas desvalorizações da moeda local e da atual limitação ao repatriamento de capitais, controlado pelas entidades governamentais

locais, o Grupo TAP tem monitorizado periodicamente o *timing* de repatriamento das respetivas disponibilidades e taxas de câmbio aplicáveis, com vista à melhor estimativa possível com referência a 31 de dezembro de 2015.

As flutuações futuras da moeda, bem como a política futura de restrições ao repatriamento de capitais, não são controladas pelo Grupo, pelo que um desfecho distinto poderá vir a originar, no futuro, um impacto significativo, afetando o resultado das operações e a posição financeira do Grupo.

Ver adicionalmente a Nota 22.

3 - Políticas de gestão do risco financeiro

A gestão de risco é conduzida a nível estratégico pelo Grupo e objeto de acompanhamento permanente por parte dos órgãos de gestão. As linhas de orientação definidas e decisões adotadas no domínio da gestão de risco são elementos fundamentais para o posicionamento do Grupo face às ameaças externas que os mercados e a envolvente económico-financeira colocam. Dada a multiplicidade de cenários e desenvolvimentos possíveis, a estratégia de gestão de risco do Grupo incorpora elementos de flexibilidade e discricionariedade que permitam adaptação em tempo útil às alterações do contexto geral.

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, nomeadamente risco do preço do combustível, risco cambial, risco de taxa de juro, assim como risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco do Grupo é dirigida e acompanhada pelo Conselho de Administração sendo executada pelas áreas de gestão competentes do Grupo e, em particular, no respeitante a instrumentos financeiros de gestão de risco, incluindo operações de derivados de combustível, taxa de juro e cambiais, por parte do departamento de finanças corporativas da TAP S.A., seguindo as linhas de orientação e políticas definidas e divulgadas bem assim como instruções específicas emitidas.

→ Risco de mercado

A dimensão e dispersão geográfica da atividade central de transporte aéreo do Grupo sujeita-o, fundamentalmente, à concorrência entre operadores internacionais que lutam por quota de mercado nas diversas rotas e segmentos de mercado. O risco inerente à atividade nuclear do Grupo está dependente de inúmeros fatores ligados à economia nacional e internacional, às flutuações cambiais nas diversas divisas, e à oferta disponibilizada pelas diversas companhias aéreas concorrentes.

O desenrolar da atividade do Grupo TAP em 2015 veio evidenciar de novo a multiplicidade de fatores de risco que estão presentes no negócio do transporte aéreo e que têm a ver com riscos e condicionantes de natureza cambial, económica, financeira e também de natureza política, legislativa, fiscal, em cada mercado e em cada país onde o Grupo opera. Flutuações económicas e cambiais, ainda que moderadas, podem ter impactos

significativos em grandes mercados mas alterações profundas em mercados com menor peso podem também causar impactos pronunciados e eventualmente determinantes para os resultados globais da atividade. O risco de crédito soberano, associado à situação financeira dos países onde o Grupo opera, é, como se verificou no ano, um elemento a ter em conta, ainda que sempre de difícil avaliação. As flutuações nos mercados de capitais e cambiais e flutuações dos preços de mercado do crude e seus produtos derivados são os maiores riscos de mercado e preço a que o Grupo TAP se encontra exposto.

→ **Risco do preço do combustível**

Além da relação de forças nos mercados da aviação comercial, as companhias aéreas estão particularmente sujeitas ao impacto de alterações nos mercados internacionais de energia que determinam os seus custos com combustíveis. Este custo é, no Grupo, a componente com mais peso na estrutura de gastos de exploração. Por outro lado trata-se de uma componente de custo com uma extrema volatilidade e que é determinante para o resultado de exploração, bem como para a definição das condições tarifárias e políticas de mercado, em cada ano. Em final de 2014 existiam em vigor operações de cobertura correspondentes a pouco mais de um quarto do consumo de combustível previsto para o ano de 2015.

Estas operações foram sendo realizadas especialmente na fase final de 2014, com vista a garantir um grau de proteção e previsibilidade suficiente para a primeira parte do ano de 2015. Dado que os mercados de energia baixaram em final de 2014 foram registados em reservas de justo valor montantes correspondentes ao valor de mercado das respetivas operações. Durante 2015 foram contratadas operações adicionais totalizando, globalmente, cerca de 50% da exposição prevista. Dada a queda ulterior verificada nos mercados de energia, o processo de *hedging* sofreu uma pausa na segunda metade de 2015, pelo que, em final de ano todas as operações de cobertura se haviam extinguido não sendo necessário registar nenhum valor desfavorável em reservas de justo valor em 2015.

A liquidação das diversas operações com derivados de 2015 implicou um sobrecusto do combustível na ordem de 100 milhões de dólares num total de consumo de combustível de 1 milhão de toneladas no ano, correspondendo a um sobrecusto de aproximadamente 100 dólares por tonelada. Depois de vários anos com preços médios de mercado próximos de 1.000 dólares por tonelada, em final de 2015 esse preço situava-se em 350 dólares por tonelada. Excluídos os custos de abastecimento não relacionados com o mercado de energia, a alteração verificada entre uma situação de mercado e outra, corresponde a uma variação de custo na ordem de 650 milhões de dólares ou cerca de 600 milhões de Euros a câmbios de final de 2015.

O Grupo não tinha em vigor operações de fixação de preço de combustível para 2016 no final do exercício de 2015, pelo que poderá beneficiar integralmente de uma eventual manutenção da conjuntura de preços baixos.

Em 31 de dezembro de 2015 uma variação (positiva ou negativa) de 10%, no preço do *jet fuel*, resultaria num impacto nos resultados do exercício de, aproximadamente, 50 milhões de Euros.

→ Risco cambial

A exposição cambial global do Grupo, no conjunto dos mercados em que está presente, é significativa em função da operação em mais de 100 rotas, em três continentes, e ainda dada a posição de relevo nas rotas entre a Europa e o Brasil em termos de atividade de transporte aéreo, para além do envolvimento do Grupo no Brasil em termos de investimento industrial na atividade de manutenção e engenharia de aeronaves. Aos riscos inerentes às flutuações cambiais de mercado e às decisões de política cambial das autoridades monetárias de países com regimes de câmbios controlados somam-se os riscos soberanos como aquele que se materializou, nos últimos anos, na Venezuela decorrente da situação de colapso económico-financeiro daquele país.

A nível de proveitos, o risco cambial do Grupo reside na sua exposição ao dólar americano, ao real brasileiro e a um conjunto muito diverso de outras divisas com importantes impactos potenciais na sua exploração como o bolívar venezuelano, o kwana angolano, a libra inglesa, o franco suíço, entre outras.

O dólar americano é a divisa de referência para as tarifas no Brasil, nos Estados Unidos e em Angola, tendo estes mercados em 2015 um peso de 22%, 5,5% e 5%, respetivamente. Sendo estes os principais mercados com vendas denominadas em dólares, um terço das vendas de passagens estão direta ou indiretamente influenciados pelas flutuações da divisa americana. Apesar da fixação em dólares das tarifas destes mercados, estes são influenciados de forma intensa pelo comportamento da divisa local e pela concorrência dos diversos operadores usando a flutuação cambial como arma.

Em 2015, a despeito de uma subida média do dólar de 17%, as tarifas médias em euros baixaram cerca de 4% no Brasil, subiram 10% nos EUA e desceram 1,5% em Angola, sendo este o efeito conjugado da variação cambial do dólar e da moeda local, no caso do Brasil e Angola, das condições económicas nesses países e da concorrência entre companhias.

No mercado brasileiro é também de assinalar o risco cambial direto à moeda brasileira decorrente da atualização de saldos denominados em reais e que podem assumir impacto relevante em cada exercício.

Em termos gerais também não se verificou, em mercados que não utilizam o euro como divisa, uma relação direta entre alterações cambiais nas respetivas divisas e taxas de variação de tarifa média ou de proveitos.

O mercado da Venezuela, sujeito ao risco cambial e político deste país, foi o causador do principal impacto cambial nos resultados de exploração do Grupo em 2015. Este mercado tinha, em anos anteriores, um peso nos proveitos em torno de 4% mas a decisão do Grupo de suspensão de vendas devida à retenção de fundos, determinada pelas autoridades desse país, e a acentuada desvalorização cambial da respetiva divisa, tornou as vendas nesse mercado residuais. Por outro lado, o contexto económico-financeiro extremo vivido durante 2015, nesse país, determinou também a assunção de uma perda cambial não recorrente, no montante aproximado de 91 milhões de Euros, relativa à quase totalidade dos fundos detidos nesse mercado. No

exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram registados gastos relacionados com a reavaliação do desconto concedido, no âmbito do repatriamento de capitais ocorrido, no montante de 20,5 milhões de Euros.

A nível de custos a exposição cambial do Grupo mais relevante é a relativa ao dólar americano. O custo com combustíveis é denominado quase integralmente nesta divisa, excetuando componentes secundárias relativas a margens comerciais de abastecimento e taxas. O mercado de combustível é sempre indexado ao dólar e o custo com combustível representou em 2015 um pouco menos de um quarto de todos os custos e perdas do Grupo.

A despeito de alguma correlação inversa entre o preço do *jet fuel* e o nível do dólar, este último regista variações que normalmente não compensam o impacto daquele. Além da exposição ao dólar, decorrente de custos com combustível, existem outros custos operacionais denominados nessa divisa, designadamente de locação operacional e de materiais e equipamentos de manutenção, verificando-se ainda uma exposição de natureza diferente relacionada com a aquisição e renovação de frota implicando valores de investimento de grande dimensão em dólares. Existe, ainda, uma parcela da dívida do Grupo que se encontra denominada em dólares e que correspondia em 2015 a cerca de 13% do total.

A nível do Grupo também o investimento na manutenção e engenharia da subsidiária brasileira representa um fator de exposição cambial ao real brasileiro, por via do valor de *goodwill* dessa empresa e que tem impacto no capital próprio do Grupo decorrente das respetivas variações cambiais.

Tendo em conta os fatores múltiplos que se influenciam mutuamente e as diversas correlações entre os mercados, não existe um cálculo direto da exposição cambial líquida ao dólar na exploração do Grupo. Os montantes de exposição de natureza ativa e passiva ao dólar representam valores significativos. O saldo cambial está fortemente dependente quer do nível de preços do combustível e do valor global da fatura com combustíveis, quer do comportamento do mercado brasileiro e da sua reação a alterações de preço decorrentes da variação tarifária associada à flutuação do dólar.

Tem sido prática do Grupo não efetuar operações de cobertura cambial do dólar em virtude das diversas correlações mencionadas e em função da dimensão relativa do saldo cambial do dólar face à dimensão global da operação. Em 2015 manteve-se a opção de não cobertura do risco cambial em função também da redução significativa do saldo estimado da exposição cambial por via da forte queda do preço do combustível. A contratação de operações de proteção relativas ao real brasileiro também não tem ocorrido dado que é um mercado com liquidez mais limitada e sobretudo porque tem custos elevados decorrentes do diferencial de juro entre a divisa brasileira e o euro.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, com base nos valores da posição financeira, dos ativos e passivos financeiros do Grupo, em divisas, convertidos para Euros aos câmbios em vigor à data de relato, apresenta-se como segue:

	2015				
	USD	BRL	VEF	OUTRAS	TOTAL
ATIVOS					
Caixa e equivalentes de caixa	3.814	616	-	48.689	53.119
Depósitos bancários restritos (Nota 22)	-	-	4.177	-	4.177
Contas a receber - clientes	30.385	78.412	-	14.638	123.435
Contas a receber - outros	72.319	27.979	2	512	100.812
	106.518	107.007	4.179	63.839	281.543
PASSIVOS					
Financiamentos obtidos (Nota 27)	124.829	13.665	-	-	138.494
Contas a pagar - fornecedores	12.414	23.503	-	7.882	43.799
Contas a pagar - outros	120.513	11.963	76	5.580	138.132
	257.756	49.131	76	13.462	320.425
2014					
	USD	BRL	VEF	OUTRAS	TOTAL
ATIVOS					
Caixa e equivalentes de caixa	3.189	1.052	-	36.467	40.708
Depósitos bancários restritos (Nota 22)	-	-	100.917	-	100.917
Contas a receber - clientes	28.383	64.838	118	18.844	112.183
Contas a receber - outros	44.092	36.488	35	778	81.393
	75.664	102.378	101.070	56.089	335.201
PASSIVOS					
Financiamentos obtidos (Nota 27)	123.673	9	-	-	123.682
Contas a pagar - fornecedores	11.835	16.030	2	7.471	35.338
Contas a pagar - outros	69.341	14.701	790	12.287	97.119
	204.849	30.740	792	19.758	256.139

Em 31 de dezembro de 2015, uma variação (positiva ou negativa) de 10%, de todas as taxas de câmbio com referência ao euro, resultaria num impacto nos resultados do exercício de, aproximadamente, 4 milhões de Euros (2014: 8 milhões de Euros).

→ Risco de taxa de juro

O custo com juros a que o Grupo está sujeito tem sido moderado ao longo dos anos, quer em períodos de elevada turbulência de mercado, quer em períodos de maior abundância de capitais e financiamentos. A taxa de juro média ponderada do Grupo tem-se mantido em níveis moderados em função da gestão criteriosa das operações financeiras e quando possível da sua renegociação.

A proporção de financiamentos a taxa de juro fixa, situou-se em 2015, em 38% do total contra 44% no ano anterior. A generalidade das operações a taxa fixa encontravam-se integradas nos próprios contratos com os financiadores desde a origem ou função de exercício de opções no decorrer da vida das operações. Em 2015 encontrava-se em vigor uma operação com derivados de fixação de taxa de juro de uma locação financeira.

Tendo em conta o nível baixo das taxas Euribor, a proporção da taxa variável no total é adequada, sendo um contributo para a contenção de gastos financeiros.

A reprivatização do Grupo em 2015 permitiu alterar fundamentalmente o perfil de amortização da dívida do Grupo, tendo sido negociada uma extensão de diversas operações de curto prazo para médio e longo prazo, tendo a generalidade das operações passado a ter um prazo final de 7 anos. Essas operações passaram a ter dois anos de carência de capital sendo os reembolsos distribuídos pelos 5 anos seguintes. A componente de longo prazo da dívida do Grupo passou de 40% do total em 2014 para cerca de 80% do total em 2015.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os passivos financeiros sujeitos ao risco de variação de taxa de juro, por tipo de taxa de juro, resume-se do seguinte modo:

	2015				
	< 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	Total
Taxa variável					
Empréstimos	21.190	118.659	152.819	172.774	465.442
Locações financeiras	47.873	34.047	33.193	-	115.113
	69.063	152.706	186.012	172.774	580.555
Taxa fixa					
Empréstimos	86.943	55.260	22.291	-	164.494
Locações financeiras	42.791	93.398	60.929	-	197.118
	129.734	148.658	83.220	-	361.612
Total	198.797	301.364	269.232	172.774	942.167
% taxa fixa	65%	49%	31%	0%	38%

	2014				
	< 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	Total
Taxa variável					
Empréstimos	416.887	35.638	1.124	-	453.649
Locações financeiras	41.499	36.834	65.937	-	144.270
	458.386	72.472	67.061	-	597.919
Taxa fixa					
Empréstimos	99.011	46.065	48.029	-	193.105
Locações financeiras	76.285	44.132	143.909	6.301	270.627
	175.296	90.197	191.938	6.301	463.732
Total	633.682	162.669	258.999	6.301	1.061.651
% taxa fixa	28%	55%	74%	100%	44%

O Grupo TAP utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados, de um aumento ou diminuição imediato das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam os rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os rendimentos ou despesas de juros, em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas, se estes estiverem reconhecidos ao justo valor.

Sob estas premissas e considerando igualmente que: (i) a taxa de juro de mercado para a Euribor é de 2% e para a libor do dólar é 1,75%, (ii) a taxa de câmbio eurodólar para 2015 é de 1,0887 (2014: 1,2141) e (iii) o ritmo de amortização intra-anual é linear para efeito de cálculo dos juros futuros (pressuposto simplificador), um aumento ou diminuição de 0,5% em taxas de juro de mercado, para todas as moedas em que o Grupo tem empréstimos, a 31 de dezembro de 2015, resultaria numa diminuição ou aumento do montante dos juros vincendos de, aproximadamente, 10 milhões de Euros (2014: 4 milhões de Euros).

Na Nota 27 encontra-se apresentado o detalhe da dívida bancária remunerada com a indicação da entidade financiadora e respetivo indexante.

→ **Risco de liquidez**

O risco de liquidez do Grupo é, por conseguinte, uma confluência dos fatores que resultam da exploração, do financiamento existente e respetivo serviço da dívida, das condições de negociação de novas operações, da concessão de liquidez intra-grupo, de perdas ou ganhos cambiais e de atividades de investimento, quando significativas. O Grupo tem que assegurar anualmente um serviço da dívida que, embora devidamente planeado e distribuído no tempo, tem peso na tesouraria e tem que ser regularmente avaliado face aos desenvolvimentos ocorridos no exercício. Eventuais disfuncionalidades verificadas nos mercados financeiros, como as que ocorreram aquando da crise das dívidas soberanas, ou eventuais choques de mercado a nível de gastos ou rendimentos correntes, condicionam, com maior ou menor intensidade, a tesouraria, a liquidez, o equilíbrio económico-financeiro e a prosperidade do Grupo.

No quadro abaixo, englobando capital e juros, assumiram-se os pressupostos relativos a taxas de juro de mercado e câmbio do eurodólar, como segue: 2% para a Euribor, 1,75% para a libor do dólar e 1,0887 no eurodólar (2014: 1,2141 no eurodólar). Os valores de passivo expressam os valores a pagar nos prazos indicados, incluindo a estimativa de todos os fluxos de caixa contratuais com amortização e juros, não descontados, até ao final da vida dos empréstimos. Considerou-se um pressuposto simplificador de ritmo de amortização intra-anual linear para efeito de cálculo dos juros futuros:

2015						
	< 6 meses	6 meses - 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	Total
Empréstimos	82.450	58.499	202.947	241.542	173.470	758.908
Locações financeiras	57.364	44.954	134.998	98.178	-	335.494
Total	139.814	103.453	337.945	339.720	173.470	1.094.402

2014						
	< 6 meses	6 meses - 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	Total
Empréstimos	101.433	430.185	85.274	50.195	-	667.087
Locações financeiras	82.555	49.372	92.590	219.547	6.399	450.463
Total	183.988	479.557	177.864	269.742	6.399	1.117.550

→ Risco de crédito

O quadro seguinte apresenta elementos relativos aos ativos do Grupo a 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como saldos de contas a receber, que refletem o risco máximo de crédito nessas mesmas datas:

	2015	2014
Ativos não correntes		
Depósitos judiciais - Brasil (Nota 18)	24.352	27.560
Outros ativos não correntes	26.600	23.131
Ativos correntes		
Caixa e equivalentes de caixa	136.814	140.364
Depósitos bancários restritos	4.177	100.917
Contas a receber - clientes	138.130	146.991
Outros ativos correntes	64.196	69.806
	394.269	508.769

A qualidade de risco de crédito e liquidez do Grupo, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, face a ativos financeiros (caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivados), cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

Notação de <i>rating</i>	2015	2014
AA-	9	104
A+	32	287
A	21.587	17.014
A-	769	4.714
BBB	4.371	-
BBB-	420	761
BBB+	217	151
BB	71	46.331
BB-	898	41.529
BB+	239	-
B+	47.207	2.092
B	4.588	-
CCC	27.329	-
Outros	33.160	128.221
	140.897	241.204
Depósitos bancários restritos (Nota 22)	4.177	100.917
Depósitos bancários (Nota 22)	136.720	140.287
	140.897	241.204

A rubrica “Outros” contém valores referentes a diversas instituições internacionais, para as quais não foi possível obter a notação de *rating*.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os saldos a receber de clientes apresentavam a seguinte estrutura de antiguidade, considerando como referência a data de vencimento:

	2015	2014
Valores não vencidos	122.180	67.910
de 1 a 90 dias	19.355	24.851
de 91 a 180 dias	4.300	18.592
de 181 a 270 dias	529	20.153
de 271 a 365 dias	2.994	22.996
a mais de 366 dias	63.564	65.331
	212.922	219.833
Imparidades (Nota 21)	(74.792)	(72.842)
Cientes - Valor líquido (Nota 21)	138.130	146.991

Os valores apresentados correspondem aos montantes em dívida, após os prazos de vencimento contratados. Apesar de existirem atrasos na liquidação de alguns valores face a esses prazos, tal não resulta na identificação de situações de imparidade para além das consideradas através das correspondentes perdas. A imparidade reconhecida respeita, essencialmente, às dívidas com mais de 366 dias.

Do valor total de contas a receber de clientes, os saldos das companhias de aviação e de agências de viagens, conforme identificado na Nota 21, são regularizados, principalmente, através dos sistemas *IATA Billing and Settlement Plan* (“BSP”) e *IATA Clearing House* (“ICH”), o que minimiza, substancialmente, o risco de crédito do Grupo TAP.

Além da gestão financeira, no curto e longo prazo, e da gestão de tesouraria, também no âmbito da gestão do ativo corrente foi sendo dado um acompanhamento rigoroso à monitorização das posições de clientes e à repercussão dos efeitos da crise económica na qualidade creditícia destes, tendo sido possível limitar o agravamento, por exemplo, dos ajustamentos a um valor pouco significativo para a dimensão da atividade.

→ **Gestão de capital**

O capital próprio do Grupo retrata de forma sintética a evolução no tempo dos resultados de exploração das várias atividades desenvolvidas pelo Grupo bem como o efeito acumulado das sucessivas transformações dos ativos e passivos ao longo do tempo.

A reprivatização do Grupo no final de 2015 determinou alterações estruturais no passivo e no capital próprio do Grupo. O capital próprio foi reforçado de imediato no montante em euros correspondente ao contravalor de 150 milhões de dólares, adicionado de 15 milhões de Euros, totalizando 154 milhões de Euros de prestações suplementares de capital, e a dívida de curto prazo transformada em créditos de médio e longo prazo.

Foi igualmente concedida, por parte de diversos financiadores nacionais e estrangeiros, a renúncia (*waiver*) a cláusulas que previam o termo antecipado das respetivas transações em caso de alteração da estrutura acionista que determinasse a perda da maioria do capital do Grupo por parte do Estado Português. Nos casos em que os credores não abdicaram da prerrogativa de reembolso antecipado dos seus empréstimos foram estes amortizados antecipadamente.

O passivo do Grupo registou uma redução global de 8%, cerca de 170 milhões de Euros, essencialmente, por efeito de redução de 120 milhões de Euros da dívida total. O capital próprio do Grupo manteve-se negativo em mais de 500 milhões de Euros, a despeito do efeito favorável de entrada de prestações suplementares de capital, devido ao resultado líquido do exercício negativo de 156 milhões de Euros. Além deste impacto também as diferenças cambiais relativas ao valor da unidade de manutenção e engenharia no Brasil afetaram negativamente o valor de reservas em capital próprio do Grupo. Em sentido contrário, favorável, verificou-se um aumento das reservas de justo valor, em saldo em final do exercício, na medida em que se extinguíram ao longo do ano todas as operações de *hedging* de combustível contratadas, quer as que existiam já em 2014, quer as realizadas em 2015, não restando no final do exercício qualquer operação em vigor para 2016.

A injeção de fundos correspondentes ao reforço de capital próprio por via de entrada de prestações suplementares de capital foi aplicada em termos genéricos no reembolso de dívida a instituições financeiras, tendo a liquidez do Grupo mantido o nível que se verificava no final do ano de 2014, na ordem dos 140 milhões de Euros. A manutenção, ao mesmo nível, do montante de depósitos bancários, por via da aplicação de fundos na redução de dívida, determinou que o ativo, globalmente, se reduzisse, tendo em conta os desenvolvimentos desfavoráveis, na exploração, ocorridos na Venezuela e no Brasil, com impacto nos ativos correspondentes. Assim, foi reduzida, na quase totalidade, a rubrica de depósitos bancários restritos de 2014, assumindo a respetiva perda e houve a diminuição da rubrica do *goodwill* da unidade de negócio da

Manutenção e Engenharia no Brasil, no montante correspondente ao impacto da desvalorização cambial do real brasileiro.

A despeito da manutenção em nível negativo do capital próprio em 2015, a estabilidade financeira do Grupo melhorou significativamente em final de 2015 tendo em consideração a baixa do valor em dívida, a melhoria substancial do perfil temporal da mesma e, ainda, a preservação do nível de liquidez indispensável ao funcionamento corrente do Grupo.

O contexto económico-financeiro e político nacional, europeu, e internacional sinaliza um conjunto elevado de riscos a nível do crescimento da economia mundial, da solidez do sistema bancário na Europa e da estabilidade geopolítica mundial que poderão ter reflexos importantes na economia global e, por consequência, na atividade e rentabilidade do Grupo e das suas subsidiárias. Contudo, a eliminação em 2015 de diversas situações pendentes desfavoráveis bem como o início do fortalecimento financeiro do Grupo poderão criar as condições necessárias a um desempenho futuro positivo.

4 - Trabalhadores ao serviço

Durante os exercícios de 2015 e 2014 o número médio de trabalhadores ao serviço, da TAP SGPS e de todas as subsidiárias, foi de 11.023 e de 10.882, respetivamente.

2015						
	Transporte Aéreo	Manutenção	Free Shop	Catering	Outros	Total
Portugal	5.053	1.881	451	501	736	8.622
Brasil	129	1.892	-	-	-	2.021
Outros	375	5	-	-	-	380
	5.557	3.778	451	501	736	11.023

2014						
	Transporte Aéreo	Manutenção	Free Shop	Catering	Outros	Total
Portugal	4.872	1.860	431	494	717	8.374
Brasil	128	1.987	-	-	-	2.115
Outros	385	8	-	-	-	393
	5.385	3.855	431	494	717	10.882

5 - Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade, foi o seguinte:

	2015									Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Outros ativos em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	
Ativo Bruto										
Saldo inicial	41.916	349.154	2.093.064	5.662	33.009	67.322	23.689	3.332	17.167	2.634.315
Adições	-	-	9.513	90	565	697	7.606	5.637	32.700	56.808
Alienações	-	-	(164.566)	-	(10)	-	-	-	-	(164.576)
Outras transferências/abates	(71)	(999)	(12.401)	(58)	54	(1.676)	(4.335)	(659)	-	(20.145)
Diferenças de câmbio	(171)	(1.074)	(3.773)	(23)	(2.713)	(974)	-	(632)	-	(9.360)
Saldo final	41.674	347.081	1.921.837	5.671	30.905	65.369	26.960	7.678	49.867	2.497.042
Depreciações Acumuladas										
Saldo inicial	-	248.033	1.598.925	5.229	22.020	64.270	22.120	-	-	1.960.597
Dotações (Nota 50)	-	5.748	53.454	168	998	1.339	728	-	-	62.435
Alienações	-	-	(143.580)	-	(5)	-	-	-	-	(143.585)
Outras transferências/abates	-	(710)	(10.071)	(57)	(207)	(1.653)	(4.335)	-	-	(17.033)
Diferenças de câmbio	-	(437)	(3.370)	(22)	(1.633)	(911)	-	-	-	(6.373)
Saldo final	-	252.634	1.495.358	5.318	21.173	63.045	18.513	-	-	1.856.041
Valor líquido	41.674	94.447	426.479	353	9.732	2.324	8.447	7.678	49.867	641.001

	2014									Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Outros ativos em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	
Ativo Bruto										
Saldo inicial	41.916	348.686	2.105.309	5.539	31.760	66.487	23.624	5.916	6.898	2.636.135
Adições	-	453	15.096	314	1.146	1.330	257	773	10.269	29.638
Alienações	(8)	(31)	(1.864)	(17)	-	(5)	-	-	-	(1.925)
Outras transferências/abates	-	(2)	(25.640)	(175)	(14)	(532)	(192)	(3.380)	-	(29.935)
Diferenças de câmbio	8	48	163	1	117	42	-	23	-	402
Saldo final	41.916	349.154	2.093.064	5.662	33.009	67.322	23.689	3.332	17.167	2.634.315
Depreciações Acumuladas										
Saldo inicial	-	242.221	1.549.860	5.267	20.120	63.155	20.402	-	-	1.901.025
Dotações (Nota 50)	-	5.821	73.559	153	1.892	1.615	1.968	-	-	85.008
Perdas de imparidade reconhecidas	-	-	1.984	-	-	-	-	-	-	1.984
Alienações	-	(17)	(1.799)	(17)	-	(5)	-	-	-	(1.838)
Outras transferências/abates	-	(1)	(24.796)	(175)	(13)	(528)	(250)	-	-	(25.763)
Diferenças de câmbio	-	9	117	1	21	33	-	-	-	181
Saldo final	-	248.033	1.598.925	5.229	22.020	64.270	22.120	-	-	1.960.597
Valor líquido	41.916	101.121	494.139	433	10.989	3.052	1.569	3.332	17.167	673.718

Até ao final de 2013, o Grupo TAP depreciava a frota aérea Airbus por uma vida útil de 16 anos, considerando um valor residual de 10%. Na sequência da análise efetuada pelo Grupo, dos desenvolvimentos tecnológicos e maiores exigências na rentabilidade operacional do mercado do transporte aéreo, resultaram alterações no prazo médio estimado de utilização das aeronaves comerciais Airbus do Grupo TAP.

Neste sentido, e no alinhamento da evolução da estratégia de renovação de frota existente combinado com os diversos fatores externos, as aeronaves Airbus são depreciadas por um período de 20 anos com um valor residual de 5%, com início no exercício de 2014. O ajustamento à estimativa de vidas úteis e valores residuais foi efetuado de forma prospetiva em conformidade com o preconizado na IAS 8.

Os terrenos e os edifícios e outras construções, da sede da TAP S.A., foram transferidos para a propriedade desta subsidiária ao abrigo do Decreto-Lei nº 351/89 de 13 de outubro.

- As adições de equipamento básico no montante de 9.513 milhares de Euros, respeitam, essencialmente a: (i) sobressalentes, no montante de cerca de 4 milhões de Euros, (ii) a um projeto de comunicações (FANS B+) relacionado com equipamento de frota e aviões, no montante de 2 milhões de Euros, (iii) material de manutenção de avião, no montante de cerca de 1,4 milhões de Euros e (iv) equipamentos de tecnologias de informação no montante de 1 milhão de Euros.

- As adições de outros ativos fixos tangíveis, no montante de 7.606 milhares de Euros, respeitam, maioritariamente, às obras de renovação realizadas nas lojas *Free Shop* nos aeroportos de Lisboa e Porto.

- O aumento verificado na rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis”, no montante de 32.700 milhares de Euros refere-se, essencialmente, aos adiantamentos efetuados para a aquisição futura de aeronaves, no montante de 27.271 milhares de Euros (Nota 60).

- Adicionalmente, as adições de outros ativos em curso, no montante de 5.637 milhares de Euros, respeitam, essencialmente, à assessoria prestada no âmbito do processo de negociação dos contratos de aquisição futura de aeronaves (Nota 60).

- As alienações de equipamento básico, no montante líquido de 20.986 milhares de Euros, respeitam, essencialmente, à alienação de 6 aeronaves A319, decorrente de uma operação de *sale and leaseback*, tendo originado uma mais-valia líquida de 24.207 milhares de Euros (Nota 48).

- As transferências e abates de equipamento básico respeitam, essencialmente, a abates de sobressalentes por sucata e outros equipamentos diversos de manutenção.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica “Equipamento básico” tem a seguinte composição:

	2015			2014		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento de voo						
Frota aérea	380.141	(349.610)	30.531	368.391	(344.796)	23.595
Reatores de reserva	24.369	(17.932)	6.437	21.348	(18.342)	3.006
Sobressalentes	118.109	(85.162)	32.947	118.924	(85.501)	33.423
	522.619	(452.704)	69.915	508.663	(448.639)	60.024
Equipamento de voo em regime de locação financeira						
Frota aérea	1.284.858	(947.300)	337.558	1.444.614	(1.044.797)	399.817
Reatores de reserva	-	-	-	6.867	(3.187)	3.680
	1.284.858	(947.300)	337.558	1.451.481	(1.047.984)	403.497
Máquinas e aparelhagem diversa	114.360	(95.354)	19.006	132.920	(102.302)	30.618
	1.921.837	(1.495.358)	426.479	2.093.064	(1.598.925)	494.139

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a frota aérea do Grupo decompõe-se da seguinte forma:

	2015				2014			
	Propriedade Grupo TAP	Locação financeira	Locação operacional	Total	Propriedad Grupo TAP	Locação financeira	Locação operacional	Total
Airbus A340	4	-	-	4	4	-	-	4
Airbus A330	-	11	3	14	-	11	3	14
Airbus A319	-	9	12	21	-	15	6	21
Airbus A320	-	5	14	19	-	5	14	19
Airbus A321	-	2	1	3	-	2	1	3
Fokker 100	-	6	-	6	-	6	-	6
Embraer 145	-	8	-	8	-	8	-	8
	4	41	30	75	4	47	24	75

Adicionalmente, durante o segundo semestre de 2014 e durante o ano de 2015, o Grupo TAP utilizou duas aeronaves (ATR 42-600) da White, que estão a ser operadas pela TAP S.A. em regime de ACMI (*Aircraft, Crew, Maintenance and Insurance*).

6 - Propriedades de investimento

À data de 31 de dezembro de 2015 a rubrica de propriedades de investimento reporta-se ao valor atribuído a: i) um imóvel em Maputo (Moçambique), ii) dois apartamentos em Sacavém e iii) um apartamento no Porto que foi transferido, em 2015, da rubrica de ativos fixos tangíveis em função do seu uso indeterminado.

O movimento ocorrido nesta rubrica foi conforme segue:

	2015	2014
Saldo inicial	2.139	3.864
Ajustamentos de justo valor - ganhos e perdas líquidos (Nota 47)	(174)	104
Alienações	-	(1.829)
Transferências	251	-
Saldo final	2.216	2.139

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o edifício no Rio de Janeiro (Brasil) foi alienado por 2,8 milhões de Euros, gerando uma mais-valia de cerca de 1 milhão de Euros (Nota 48).

O justo valor das propriedades de investimento foi determinado por avaliador independente, com qualificação profissional reconhecida, tendo os métodos e pressupostos significativos, aplicados na determinação do justo valor das propriedades, sido suportado por evidências do mercado.

As quantias reconhecidas nos lucros ou prejuízos do exercício, associadas a rendimentos de rendas e gastos operacionais diretos, são imateriais no conjunto das demonstrações financeiras do Grupo.

7 - Goodwill

No decurso dos exercícios de 2015 e 2014 o movimento ocorrido na rubrica “Goodwill” foi conforme segue:

	2015		
	Saldo inicial	Varição cambial	Saldo final
Transporte Aéreo	63.099	-	63.099
Manutenção e Engenharia Brasil	130.380	(43.688)	86.692
	193.479	(43.688)	149.791

	2014		
	Saldo inicial	Varição cambial	Saldo final
Transporte Aéreo	63.099	-	63.099
Manutenção e Engenharia Brasil	129.940	440	130.380
	193.039	440	193.479

O montante negativo de 43.688 milhares de Euros refere-se à variação cambial, do *goodwill* da Manutenção e Engenharia Brasil, que se encontra denominado em reais no montante de 373.791.337 reais (124.880.960 reais em 31 de dezembro de 2014).

Do montante registado no presente exercício, importa salientar que cerca de 14,5 milhões de Euros dizem respeito a períodos anteriores, decorrente do facto da reserva de conversão cambial ter sido apropriadamente registada no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ao nível da moeda funcional das operações adquiridas no Brasil e não ao nível da entidade legal adquirida. O valor acima referido é considerado como não significativo no contexto da posição financeira do Grupo TAP.

Conforme preconizado pela IAS 36, o *goodwill* encontra-se sujeito a testes de imparidade efetuados numa base anual, conforme política contabilística descrita na Nota 2.9.

O *goodwill* é atribuído às unidades geradoras de fluxos de caixa (“CGU’s”) do Grupo, identificadas de acordo com o segmento de negócio e com o país da operação, conforme segue:

	2015		
	Transporte Aéreo	Manutenção	Total
Portugal	63.099	-	63.099
Brasil	-	86.692	86.692
	63.099	86.692	149.791

	2014		
	Transporte Aéreo	Manutenção	Total
Portugal	63.099	-	63.099
Brasil	-	130.380	130.380
	63.099	130.380	193.479

Para efeitos de testes de imparidade, o valor recuperável das CGU's, é determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. Os cálculos baseiam-se no desempenho histórico e nas expectativas de desenvolvimento do negócio com a atual estrutura produtiva, sendo, por norma, utilizado o orçamento para o ano seguinte e uma estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de 4 anos.

No caso da unidade de negócio da Manutenção e Engenharia Brasil foi utilizado um orçamento para o ano seguinte e uma estimativa para o período subsequente de 7 anos, que incorporou, nomeadamente, a recuperação dos prejuízos fiscais existentes na estimativa de fluxos de caixa.

Em resultado dos testes de imparidade efetuados às diferentes CGU's não foram identificadas perdas por imparidade no *goodwill*.

Os principais pressupostos utilizados, para efeitos de testes de imparidade, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2015	Portugal	Brasil
Taxa de desconto*	8,9%	16,5%
CAGR da receita**	4,1%	15,2%
Crescimento na perpetuidade	2,0%	5,0%
Taxa de imposto	25,5%	34,0%

31 de dezembro de 2014	Portugal	Brasil
Taxa de desconto*	8,9%	14,5%
CAGR da receita**	2,6%	14,7%
Crescimento na perpetuidade	2,0%	5,0%
Taxa de imposto	25,0%	34,0%

* Taxa de desconto líquida de impostos

** *Compound Annual Growth Rate* da receita - taxa de crescimento, ano após ano, de um investimento durante um determinado período de tempo

Os testes de imparidade, realizados em 2015, sustentam a recuperabilidade da quantia escriturada das referidas unidades geradoras de caixa. Em 31 de dezembro de 2015 o valor contabilístico da unidade do transporte aéreo ascende a 181.271 milhares de Euros, sendo que o valor contabilístico da unidade de manutenção no Brasil é negativo em 191.710 milhares de Euros.

8 - Outros ativos intangíveis

No decurso dos exercícios de 2015 e 2014 o movimento ocorrido na rubrica “Outros ativos intangíveis” foi conforme segue:

	Propriedade industrial e outros direitos	Programas de computador	Ativos em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 1 de janeiro de 2014	11.952	2.382	25	14.359
Aquisições	-	395	-	395
Regularizações, transferências e abates	-	6	(25)	(19)
Diferenças de câmbio	-	(3)	-	(3)
Saldo a 31 de dezembro de 2014	11.952	2.780	-	14.732
Aquisições	-	75	5	80
Diferenças de câmbio	-	(30)	-	(30)
Saldo a 31 de dezembro de 2015	11.952	2.825	5	14.782
Amort. acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo a 1 de janeiro de 2014	(11.716)	(1.869)	-	(13.585)
Amortizações e perdas por imparidade (Nota 50)	(236)	(193)	-	(429)
Regularizações, transferências e abates	-	19	-	19
Diferenças de câmbio	-	1	-	1
Saldo a 31 de dezembro de 2014	(11.952)	(2.042)	-	(13.994)
Amortizações e perdas por imparidade (Nota 50)	-	(262)	-	(262)
Diferenças de câmbio	-	8	-	8
Saldo a 31 de dezembro de 2015	(11.952)	(2.296)	-	(14.248)
Valor líquido a 31 de dezembro de 2014	-	738	-	738
Valor líquido a 31 de dezembro de 2015	-	529	5	534

10 - Participações financeiras - método da equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a participação financeira na SPdH está reduzida a zero e as responsabilidades imputáveis ao Grupo TAP estão registadas em provisões (ver a rubrica “Provisões para investimentos financeiros” na Nota 26).

13 - Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os outros ativos financeiros, não correntes, apresentavam-se do seguinte modo:

	2015	2014
Depósitos bancários na Guiné Bissau	1.838	1.672
SITA Group Foundation	648	648
Depósitos bancários em Moçambique	-	577
Empréstimo Salvor Hotéis Moçambique	255	700
Outros	212	211
Perdas de imparidade	(1.853)	(1.686)
	1.100	2.122

No decorrer do exercício de 2014 os depósitos bancários existentes no Banco Internacional da Guiné Bissau foram considerados como não recuperáveis na sequência da dissolução e liquidação desta instituição, pelo que foi constituída uma imparidade na totalidade do valor (Nota 44).

O empréstimo à Salvor Hotéis Moçambique resultou da disponibilização, em 1997, de fundos detidos pela TAP S.A., que apenas podiam ser utilizados para investimento em Moçambique. Em 2010 a TAP S.A. recebeu 3.250 milhares de dólares, tendo sido assinado um acordo de reembolso para o saldo remanescente e uma livrança pelo montante em dívida, pelo que foi revertido o ajustamento existente àquela data na sua totalidade.

O montante apresentado relativo a SITA Group Foundation refere-se, essencialmente, a 519.778 certificados (títulos de capital não cotados) daquela empresa, entidade fundada pela Société International de Télécommunications A  ronautiques.

O movimento ocorrido nesta rubrica, nos exercícios de 2015 e 2014, foi como segue:

	2015	2014
Saldo inicial	2.122	2.220
Aumentos	-	741
Diminui��es	(1.128)	(253)
Varia��o cambial	98	158
Perda de imparidade (Nota 44)	-	(741)
Outros movimentos	8	(3)
Saldo final	1.100	2.122

15 - Ativos e passivos por impostos diferidos

Conforme mencionado na Nota 2.14., o Grupo registou impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre a base fiscal e a contabilística dos ativos e passivos, bem como com os prejuízos fiscais reportáveis existentes   data da demonstração da posição financeira consolidada.

O Grupo TAP entende que os ativos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração da posição financeira consolidada são recuperáveis, quer seja através da sua utilização na redução do resultado tributável futuro, tendo por base o resultado da TAP S.A. previsto no *business plan* para o ano de 2016 e projeções de resultados para os anos subsequentes, ajustadas de diferenças entre os resultados contabilísticos e fiscais, quer seja através da reversão de passivos por impostos diferidos.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a taxa de imposto utilizada, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais reportáveis, foi de 21%. No caso das diferenças temporárias, a taxa utilizada foi de 27,5% elevada até um máximo de 5% de derrama estadual, quando se entendeu como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

Os benefícios fiscais, por se tratar de deduções   coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se, ainda, dependente da aprovação das autoridades concedentes

de tais benefícios fiscais. Os impostos diferidos decorrentes de benefícios fiscais são registados quando se encontram aprovados pelas autoridades concedentes de tais benefícios.

As principais diferenças temporárias entre os valores contabilísticos e tributáveis, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os correspondentes ativos e passivos por impostos diferidos e o respetivo efeito nos resultados dos exercícios de 2015 e 2014, são como segue:

	2015			
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados (Nota 52)	Variações com efeitos no rendimento integral	Saldo final
Ativos por impostos diferidos				
Prejuízos fiscais reportáveis	8.572	29.478	-	38.050
Responsabilidades com benefícios de reforma	14.155	(1.032)	812	13.935
Perdas de imparidade em inventários	8.052	103	-	8.155
Perdas de imparidade em ativos fixos tangíveis	506	-	-	506
Perdas de imparidade de contas a receber	6.336	1.145	-	7.481
Instrumentos financeiros derivados (Nota 24)	13.931	-	(13.645)	286
Benefícios fiscais	1.387	(870)	-	517
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	471	84	-	555
	53.410	28.908	(12.833)	69.485
Passivos por impostos diferidos				
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	21.035	(998)	-	20.037
	21.035	(998)	-	20.037
		29.906	(12.833)	
	2014			
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados (Nota 52)	Variações com efeitos no rendimento integral	Saldo final
Ativos por impostos diferidos				
Prejuízos fiscais reportáveis	5.218	3.354	-	8.572
Responsabilidades com benefícios de reforma	13.486	(1.764)	2.433	14.155
Perdas de imparidade em inventários	8.489	(437)	-	8.052
Perdas de imparidade em ativos fixos tangíveis	-	506	-	506
Perdas de imparidade de contas a receber	3.112	3.224	-	6.336
Instrumentos financeiros derivados (Nota 24)	456	-	13.475	13.931
Benefícios fiscais	740	647	-	1.387
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	507	(36)	-	471
	32.008	5.494	15.908	53.410
Passivos por impostos diferidos				
Instrumentos financeiros derivados	2.357	-	(2.357)	-
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	23.464	(2.429)	-	21.035
	25.821	(2.429)	(2.357)	21.035
		7.923	18.265	

→ Prejuízos fiscais reportáveis

Nos termos da legislação, em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais gerados até 2009, de 2010 a 2011, de 2012 e 2013, e a partir de 2014 são reportáveis durante um período de seis, quatro, cinco e doze anos,

respetivamente, após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, até ao limite de 75% do lucro tributável em 2013 e 70% do lucro tributável nos exercícios seguintes.

No caso do Brasil, a respetiva legislação fiscal em vigor não prevê um limite de reporte para os prejuízos fiscais, contudo, a dedução dos mesmos encontra-se limitada a 30% do lucro tributável dos exercícios seguintes.

O Grupo TAP considera que, em 31 de dezembro de 2015, são recuperáveis os prejuízos fiscais reportáveis da TAP S.A. através da sua utilização na redução do resultado tributável futuro, e como tal, registou o imposto diferido ativo correspondente.

Os prejuízos fiscais reportáveis em 31 de dezembro de 2015 e utilizados em 2015 detalham-se conforme segue:

1 de janeiro de 2015	2009	2011	2012	2013	2014	2015	Total
TAP SGPS	1.454	2.691	2.923	-	2.480	n/a	9.548
TAP S.A.	-	-	-	-	40.338	n/a	40.338
Portugália	-	-	-	-	-	n/a	-
UCS	-	-	258	95	-	n/a	353
TAP M&E Brasil	-	-	19.869	15.842	40.756	n/a	76.467
	1.454	2.691	23.050	15.937	83.574	n/a	126.706

Utilização em 2015	2009	2011	2012	2013	2014	2015	Total
TAP SGPS	-	-	-	-	-	n/a	-
TAP S.A.	-	-	-	-	-	n/a	-
Portugália	-	-	-	-	-	n/a	-
UCS	-	-	(7)	-	-	n/a	(7)
TAP M&E Brasil	-	-	-	-	-	n/a	-
	-	-	(7)	-	-	n/a	(7)

31 de dezembro de 2015	2009	2011	2012	2013	2014	2015	Total
TAP SGPS	n/a	n/a	2.923	-	2.480	3.168	8.571
TAP S.A.	n/a	n/a	-	-	40.338	140.851	181.189
Portugália	n/a	n/a	-	-	-	33	33
UCS	n/a	n/a	251	95	-	-	346
TAP M&E Brasil	-	-	19.869	15.842	40.756	7.529	83.996
	n/a	n/a	23.043	15.937	83.574	151.581	274.135

Ano limite de dedução	2015	2015	2017	2018	2026	2027
------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

16 - Adiantamentos a fornecedores

O montante registado nesta rubrica, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, refere-se às seguintes entidades:

	2015	2014
Sr Technics Switzerland, Ltd.	689	-
SITA	615	551
Recaro Aircraft Seating GmbH	250	-
QuickTurn, S.A.	-	1.426
Outros	2.990	4.768
	4.544	6.745

17 - Estado e outros entes públicos

Os saldos com o Estado e outros entes públicos detalham-se como segue:

	2015	2014
Ativo corrente		
Imposto sobre o rendimento a receber	4.268	-
Outros	13.159	13.878
	17.427	13.878
Passivo corrente		
Imposto sobre o rendimento a pagar	2.580	1.822
Outros	19.888	20.199
	22.468	22.021

Os valores referentes aos exercícios de 2015 e 2014 são decompostos da seguinte forma:

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Estado - Subsídios a realizar:				
Indemnizações compensatórias	1.354	-	3.399	-
Estado e Outros Entes Públicos:				
IRC	4.268	-	-	750
IRC - Retenções efetuadas a terceiros	-	2.580	-	1.072
IRS - Retenções efetuadas a terceiros	-	8.802	2	8.689
IVA	7.840	366	6.501	271
Segurança Social	-	9.611	-	9.552
Estado - Brasil	3.918	810	3.955	1.400
Outros	47	299	21	287
	17.427	22.468	13.878	22.021

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o montante registado na rubrica “Indemnizações compensatórias” inclui o parcial da tarifa suportada pelo Estado referente às rotas da Região Autónoma dos Açores até 29 de março de 2015, no montante total de 450 milhares de Euros e 1.505 milhares de Euros, respetivamente. Estes montantes correspondem a bilhetes vendidos pela TAP S.A., podendo ser voados por esta ou por companhias terceiras. Esta rubrica inclui, ainda, o montante de 904 milhares de Euros e 1.894 milhares de Euros, respetivamente, a receber do Estado, relativo a encaminhamentos entre ilhas na Região Autónoma dos Açores. Os montantes referentes ao segundo semestre de 2014 e ao ano de 2015 não se encontram, ainda,

aferidos e verificados pela Inspeção Geral de Finanças, nem aprovados pelo Governo, não sendo contudo esperadas correções significativas aos valores registados pelo Grupo.

O Grupo reconhece, anualmente, na rubrica de vendas e serviços prestados, os subsídios a receber do Estado relativamente à comparticipação no preço de venda do bilhete para passageiros com destino ou origem no arquipélago dos Açores, desde que os passageiros se enquadrem no regime legal aplicável. O montante reconhecido, em cada exercício, corresponde, à estimativa do Grupo, do valor a receber por bilhetes voados, no próprio exercício, por passageiros abrangidos pelo benefício. Importa salientar que, decorrente da liberalização do espaço aéreo da Região Autónoma dos Açores com efeitos a partir de 29 de março de 2015, o ónus do pedido de reembolso da compensação por parte do Estado passou para o passageiro.

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo devedor do IVA refere-se, essencialmente, aos pedidos de reembolsos, ainda não recebidos, relativos aos meses de novembro e dezembro de 2015.

O Decreto-Lei nº 258/98, de 17 de agosto, revogou as isenções fiscais de que a TAP S.A. havia vindo a beneficiar, e que tinham sido estabelecidas na base XII anexa ao Decreto-Lei nº 39.188, de 25 de abril de 1953, e nos Decretos-Lei nº 39.673, de 22 de maio de 1954, nº 41.000, de 12 de fevereiro de 1957 e nº 44.373, de 29 de maio de 1962, pelo que deixou de estar isenta do pagamento, ao Estado, de impostos e contribuições.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas, com sede em Portugal, incluídas na consolidação, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Conselho de Administração do Grupo entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

18 - Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica “Outras contas a receber” decompõe-se como segue:

	2015		2014	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Entidades relacionadas (Nota 56)	106	4.700	3.305	4.700
Pessoal	12.159	-	12.216	-
Acréscimos de ganhos	14.405	-	10.405	-
Outros	37.570	47.073	41.615	45.790
Perdas de imparidade de outras contas a receber	(4.588)	(1.921)	(4.480)	(1.921)
	59.652	49.852	63.061	48.569

→ **Entidades relacionadas – não correntes**

A rubrica “Entidades relacionadas – não correntes”, no montante de 4.700 milhares de Euros, respeita a prestações acessórias de capital, concedidas à SPdH (Notas 26 e 56).

→ **Acréscimos de ganhos**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o valor registado na rubrica de acréscimos de ganhos decompõe-se do seguinte modo:

	2015	2014
Trabalhos para companhias de aviação	7.289	1.682
Publicidade	4.173	2.004
Venda de milhas a parceiros	1.889	5.450
Outros	1.054	1.269
	14.405	10.405

→ **Outros – não correntes**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o valor registado na rubrica “Outros - não correntes” corresponde a:

	2015	2014
Depósitos judiciais - Brasil	24.352	27.560
Depósitos de garantia (Nota 27)	12.954	9.237
SITA - Soci�t� Internationale de T�l�communications A�ronautiques	335	337
Outros	9.432	8.656
	47.073	45.790

Os depósitos judiciais no Brasil constituem depósitos de garantia associados aos diversos processos em que a subsidiária TAP M&E Brasil   parte envolvida, nomeadamente laborais, fiscais e cíveis (Nota 26).

Os depósitos de garantia são constituídos pela TAP S.A., no âmbito dos contratos de loca o operacional para aviões e reatores que serão devolvidos, sem juros,   medida que esses aviões e reatores forem sendo restituídos aos locadores.

→ **Outros – correntes**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o valor registado na rubrica “Outros - correntes” corresponde a:

	2015	2014
Fatura�o <i>Interline</i> e outros	11.439	12.252
Valores a receber de fornecedores	7.132	9.166
Devedores - Brasil	3.315	5.645
IVA das Representa�es	3.265	2.216
Pasogal, SGPS, S.A. (Nota 26)	3.000	3.000
Cau�es e garantias	955	792
Devedores - It�lia	595	888
Outros	7.869	7.656
	37.570	41.615

A rubrica “Outros”, no montante de 7.869 milhares de Euros, inclui 637 milhares de Euros relativo ao excesso de financiamento (2014: 583 milhares de Euros), registado em 31 de dezembro de 2015, do Fundo de Pensões Horizonte Valorização da subsidiária UCS. Este excesso de financiamento é reembolsável nos termos da lei e/ou dispensa de contribuições futuras (Nota 28).

→ **Perdas de imparidade de outras contas a receber**

O movimento ocorrido nesta rubrica, nos exercícios de 2015 e 2014, é como segue:

Saldo inicial a 1 de janeiro de 2014	6.352
Reforços (Nota 44)	255
Reversões (Nota 44)	(176)
Utilizações	(30)
Saldo final a 31 de dezembro de 2014	6.401
Reforços (Nota 44)	143
Reversões (Nota 44)	(33)
Utilizações	(2)
Saldo final a 31 de dezembro de 2015	6.509

19 - Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de diferimentos detalha-se como segue:

	2015	2014
Diferimentos ativos	13.272	17.094
	13.272	17.094
	2015	2014
Diferimentos passivos	64.129	67.717
	64.129	67.717

O montante registado na rubrica “Diferimentos ativos”, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, detalha-se conforme segue:

	2015	2014
<i>Leasings</i> de aviões e reatores	4.866	3.360
Rendas e alugueres	2.953	3.639
Comissões	1.906	3.514
Seguros	1.659	1.932
Manutenção de equipamento	316	294
<i>Travel vouchers</i>	-	2.688
Outros gastos diferidos	1.572	1.667
	13.272	17.094

As comissões respeitam a valores pagos a agentes por bilhetes vendidos, mas ainda não voados e não caducados, até 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O valor registado como *travel vouchers* é relativo aos *vouchers* atribuídos aos passageiros sob a forma de compensação pelas irregularidades ocorridas durante o ano de 2014 e que foram utilizados ou caducaram em 2015.

A rubrica “Diferimentos passivos”, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é detalhada do seguinte modo:

	2015	2014
Programa de fidelização de clientes	41.995	30.766
Trabalhos para companhias de aviação	20.686	36.194
Publicidade	341	347
Outros	1.107	410
	64.129	67.717

No âmbito da aplicação do IFRIC 13 – Programa de fidelização de clientes, a atribuição de milhas aos clientes, aderentes ao programa de fidelização denominado “TAP Victoria”, é diferida com base no valor unitário da milha, percecionado pelo cliente (Nota 2.27.). O incremento da responsabilidade decorre do efeito conjunto da maior utilização do programa por parte dos passageiros e atualização do justo valor unitário da milha.

O montante de 20.686 milhares de Euros (2014: 36.194 milhares de Euros), registado na rubrica “Trabalhos para companhias de aviação”, refere-se a faturação provisória de trabalhos de manutenção para terceiros que ainda se encontram em curso à data de 31 de dezembro de 2015.

20 - Inventários

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	2015	2014
Mercadorias (Nota 40)	16.719	15.112
Produtos e trabalhos em curso (Nota 38)	5.545	14.173
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo (Nota 40)	108.125	117.319
Perdas por imparidade de inventários	(44.355)	(49.432)
	86.034	97.172

A rubrica “Produtos e trabalhos em curso” corresponde ao valor dos materiais e horas aplicados em obras de manutenção de aeronaves para terceiros que ainda se encontram em curso à data de relato.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo referem-se, essencialmente, a material técnico para utilização na reparação de aeronaves próprias e nas obras realizadas para outras companhias de aviação.

O movimento ocorrido na rubrica de perdas por imparidade de inventários, nos exercícios de 2014 e 2015, é conforme segue:

Saldo inicial a 1 de janeiro de 2014	49.198
Reforços (Nota 43)	2.035
Reversões (Nota 43)	(1.930)
Utilizações	(47)
Ajustamento cambial	176
Saldo final a 31 de dezembro de 2014	49.432
Reforços (Nota 43)	591
Reversões (Nota 43)	(739)
Utilizações	(58)
Ajustamento cambial	(4.871)
Saldo final a 31 de dezembro de 2015	44.355

O ajustamento cambial verificado em 2015 e 2014 decorre da conversão cambial das demonstrações financeiras da subsidiária brasileira.

21 - Clientes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de clientes detalha-se como segue:

	2015	2014
Clientes, conta corrente	173.215	180.870
Clientes de cobrança duvidosa	39.707	38.963
Perdas de imparidade de clientes	(74.792)	(72.842)
	138.130	146.991

A decomposição desta rubrica, por tipo de cliente, é conforme segue:

	2015	2014
Entidades privadas	59.554	41.631
Agências de viagem	48.076	62.195
Companhias de aviação	21.855	28.437
Entidades relacionadas (Nota 56)	1.157	1.599
Outros	7.488	13.129
	138.130	146.991

Os saldos a receber, de agências de viagens e de companhias de aviação, são regularizados, principalmente, através dos sistemas *IATA Billing and Settlement Plan* ("BSP") e *IATA Clearing House* ("ICH").

O movimento ocorrido na rubrica de perdas de imparidade de clientes, nos exercícios de 2015 e 2014, é como segue:

Saldo inicial a 1 de janeiro de 2014	59.860
Reforços (Nota 44)	15.650
Reversões (Nota 44)	(2.426)
Utilizações	(199)
Ajustamento cambial	(43)
Saldo final a 31 de dezembro de 2014	72.842
Reforços (Nota 44)	6.925
Reversões (Nota 44)	(1.363)
Utilizações	(510)
Ajustamento cambial	(3.102)
Saldo final a 31 de dezembro de 2015	74.792

22 - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2015	2014
Depósitos a prazo	69.085	95.535
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	67.635	44.752
Numerário	94	77
Caixa e depósitos bancários na demonstração da posição financeira	136.814	140.364
Depósitos bancários restritos	4.177	100.917
Descobertos bancários (Nota 27)	-	(7.283)
Caixa e seus equivalentes da demonstração dos fluxos de caixa	140.991	233.998

O volume de disponibilidades apresentado pelo Grupo TAP resulta, principalmente, das disponibilidades da TAP S.A., no montante de 134.822 milhares de Euros (2014: 225.932 milhares de Euros).

Os excedentes de tesouraria são, normalmente, investidos em aplicações financeiras de curto prazo, vencendo juros a taxas normais de mercado.

Depósitos bancários restritos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o Grupo TAP registou os depósitos bancários, em bolívares venezuelanos, decorrentes das vendas de passagens aéreas realizadas na Venezuela, entre maio de 2013 e maio de 2014, na rubrica de “Depósitos bancários restritos”.

À data de 31 de dezembro de 2014, o Grupo apresentava em depósitos bancários restritos o montante de 101 milhões de Euros, detalhado conforme segue:

- 74 milhões de Euros, referentes a vendas de maio de 2013 a dezembro de 2013, valorizadas à taxa de câmbio de 6,3 VEF/USD (CENCOEX);

- 3 milhões de Euros, referentes a vendas de maio de 2013 a dezembro de 2013 valorizadas à taxa de câmbio de 50 VEF/USD, a qual representa a taxa de câmbio oficial do SICAD II; e
- 24 milhões de Euros, referentes a vendas de janeiro a maio de 2014 deduzidas de gastos locais, valorizadas à taxa câmbio de 12 VEF/USD, a qual representa a taxa de câmbio oficial do SICAD I.

Não obstante as tentativas do Grupo TAP no repatriamento dos referidos fundos, durante o ano de 2015, o Grupo TAP verificou a existência de novos dados e indícios desfavoráveis ao repatriamento de capitais na Venezuela, sendo de salientar:

- que decorreu mais de um ano sem que alguma transferência tenha sido autorizada pelas autoridades venezuelanas, apesar das várias promessas de pagamento prestadas ao Grupo TAP por parte dos diferentes representantes políticos daquele país;
- o forte agravamento da situação económica do país e consequente aumento significativo do risco-país;
- o insucesso negocial da IATA e dos diversos Governos das companhias de aviação que operam na Venezuela;
- a pressão exercida, fundamentalmente a partir do segundo semestre de 2015, por diversos fornecedores locais no sentido de: (i) exigirem a aplicação da taxa de câmbio SIMADI no pagamento das suas faturas em dólares; (ii) aumentarem o preço das faturas denominadas em bolívares venezuelanos a uma taxa equivalente à que resultaria da aplicação daquele câmbio e (iii) cobrarem, em dólares, faturas que tradicionalmente eram pagas em bolívares venezuelanos, limitando, assim, significativamente a capacidade do Grupo TAP em escoar, localmente, os fundos retidos à taxa de câmbio correspondente à aplicada no momento da venda.

Na sequência deste enquadramento, e conforme prática generalizada dos *peers* comparáveis de mercado, é entendimento do Conselho de Administração, que a melhor estimativa à data de 31 de dezembro de 2015, para a taxa de atualização cambial das disponibilidades retidas na Venezuela é a taxa SIMADI, a qual representou o reconhecimento de uma variação cambial negativa no montante aproximado de 91 milhões de Euros em 2015 (Nota 54). No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram registados gastos relacionados com a reavaliação do desconto concedido, no âmbito do repatriamento de capitais ocorrido, no montante de 20,5 milhões de Euros (Nota 51).

Apesar da monitorização regular que se encontra a ser realizada pelo Grupo, importa salientar que as flutuações futuras da moeda, bem como a política futura de restrições ao repatriamento de capitais, não são controladas pelo Grupo, pelo que um desfecho distinto poderá vir a originar, no futuro, um impacto significativo, afetando o resultado das operações e a posição financeira do Grupo.

De referir que, os depósitos bancários existentes em Angola à data de 31 de dezembro de 2015, no montante de 27.691 milhares de Euros, apresentam-se atualmente com dificuldades de repatriamento dos fundos. Neste sentido, foi negociada uma linha de crédito corrente com uma instituição financeira, até ao limite de 20 milhões de dólares, que disponibiliza ao Grupo os montantes retidos em Angola, encontrando-se os depósitos bancários prestados como colateral sobre o valor do financiamento obtido. Adicionalmente, as referidas disponibilidades serão igualmente utilizadas no pagamento dos gastos locais.

24 - Capital próprio

O capital nominal do Grupo TAP, no valor de 15.000 milhares de Euros, é composto por 1.500.000 ações nominativas de 10 Euros cada, encontrando-se integralmente subscrito e realizado. Na sequência do processo de reprivatização do Grupo TAP, o qual ficou concluído em 12 de novembro de 2015, foram transmitidas à Atlantic Gateway 915.000 ações escriturais, nominativas, representativas de 61% do capital social da TAP SGPS, permanecendo a Párpública com os restantes 39%.

→ Prestações suplementares

Por deliberação em Assembleia Geral de Acionistas, datada de 12 de novembro de 2015, a acionista Atlantic Gateway procedeu a uma entrada em dinheiro, totalmente realizada, no montante de 154.353 milhares de Euros sob a forma de prestações suplementares, compostas por duas tranches, uma de 15.000 milhares de Euros e outra de 150.000 milhares de dólares. Estas prestações suplementares não são remuneradas e não poderão ser restituídas antes de decorrido o prazo de 30 anos, não se encontrando definido o seu reembolso posterior a essa data. No caso de ocorrência de reembolso após essa data, a respetiva deliberação deverá ser tomada em Assembleia Geral por, pelo menos, 76% dos votos correspondente ao capital social com direito de voto.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor, as prestações suplementares só podem ser restituídas aos acionistas desde que o capital próprio não fique inferior à soma do capital social e da reserva legal.

→ Reservas legais

A reserva legal foi constituída em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, o qual prevê que esta seja dotada com um mínimo de 5% do resultado líquido do exercício até à concorrência de um valor correspondente à quinta parte do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas.

A 31 de dezembro de 2015 e 2014 a reserva legal encontra-se totalmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor.

→ Reservas de conversão cambial

As diferenças de câmbio, resultantes da transposição de unidades operacionais em moeda estrangeira, são registadas no capital próprio nesta rubrica:

	2015			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	
TAP M&E Brasil e Aeropor:				
Conversão das demonstrações financeiras e <i>goodwill</i>	71.028	46.109	-	117.137
Extensão do investimento líquido na TAP M&E Brasil	(90.531)	-	(97.012)	(187.543)
	(19.503)	46.109	(97.012)	(70.406)

	2014			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	
TAP M&E Brasil e Aeropor:				
Conversão das demonstrações financeiras e <i>goodwill</i>	73.103	-	(2.075)	71.028
Extensão do investimento líquido na TAP M&E Brasil	(93.248)	2.717	-	(90.531)
	(20.145)	2.717	(2.075)	(19.503)

O aumento de 46.109 milhares de Euros respeita à apropriação, pelo Grupo, das diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das sociedades que operam no Brasil, no montante favorável de 89.797 milhares de Euros, e do respetivo *goodwill*, no montante desfavorável de 43.688 milhares de Euros (Nota 7).

A diminuição de 97.012 milhares de Euros, ocorrida em 2015, respeita às diferenças de câmbio desfavoráveis, provenientes dos financiamentos concedidos, a médio e longo prazo, à TAP M&E Brasil, cuja liquidação não é provável que ocorra num futuro previsível, sendo, em substância, uma extensão do investimento líquido do Grupo naquela entidade estrangeira.

→ Reservas de justo valor

O montante negativo de 752 milhares de Euros (2014: montante negativo de 36.727 milhares de Euros), apresentado na rubrica “Reservas de justo valor”, corresponde ao justo valor dos instrumentos financeiros classificados como de cobertura, da subsidiária TAP S.A., contabilizado em conformidade com a política descrita na Nota 2.12., líquido do imposto, no montante de 286 milhares de Euros (2014: 13.931 milhares de Euros) (Nota 15).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o justo valor dos instrumentos financeiros derivados decompõe-se como segue:

	2015	2014
<i>Swaps</i> de taxa de juro (Notas 31 e 58)	(1.038)	(1.492)
<i>Swaps</i> de <i>jet fuel</i> (Notas 31 e 58)	-	(49.166)
	(1.038)	(50.658)

Os instrumentos financeiros derivados em carteira sobre taxa de juro e *jet fuel*, classificados como instrumentos de cobertura, apresentam durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as seguintes evoluções:

	Ativo	Passivo	
	Corrente	Corrente	Não Corrente
Justo valor em 1 de janeiro de 2014	7.988	-	(1.546)
Aquisições durante o exercício - pagamento/(recebimento)	-	18.560	-
Pagamento/(recebimento) de <i>swaps</i> durante o exercício	-	9.831	613
Recebimento/(pagamento) de <i>swaps</i> retidos em resultados	-	(28.391)	(613)
Aumento/(diminuição) do justo valor refletido no capital próprio	(7.988)	(49.166)	54
Justo valor em 31 de dezembro de 2014	-	(49.166)	(1.492)
Aquisições durante o exercício - pagamento/(recebimento)	-	35.241	-
Pagamento/(recebimento) de <i>swaps</i> durante o exercício	-	52.272	549
Recebimento/(pagamento) de <i>swaps</i> retidos em resultados	-	(87.513)	(549)
Aumento/(diminuição) do justo valor refletido no capital próprio	-	49.166	454
Justo valor em 31 de dezembro de 2015	-	-	(1.038)

→ Resultados transitados

A rubrica “Resultados transitados” corresponde aos resultados líquidos dos exercícios anteriores, conforme deliberações efetuadas nas Assembleias Gerais. Encontram-se, ainda, registadas nesta rubrica as alterações decorrentes da aplicação, pela primeira vez, das Normas Internacionais de Relato Financeiro, bem como os ganhos ou perdas com remensurações dos benefícios pós-emprego, líquidos de imposto.

→ Resultado por ação

Não existem instrumentos financeiros convertíveis sobre as ações da TAP SGPS, pelo que não existe diluição dos resultados.

	2015	2014
Resultado atribuível ao acionista da TAP SGPS	(156.042)	(85.096)
Número médio ponderado de ações	1.500.000	1.500.000
Resultado básico por ação (valor em Euros)	(104)	(57)
Resultado diluído por ação (valor em Euros)	(104)	(57)

25 - Interesses não controlados – demonstração da posição financeira

Os interesses não controlados que figuram na demonstração da posição financeira decompõem-se como segue:

	%	2015	2014
Interesses não controlados de capital próprio			
TAP M&E Brasil	1,36%	(3.785)	-
Cateringpor	49%	3.210	3.293
LFP	49%	5.382	4.642
		4.807	7.935

26 - Provisões

No decurso dos exercícios de 2015 e 2014 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	2015						Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Variação cambial	Outros movimentos	
Provisões							
Provisão para processos judiciais em curso (Nota 45)	23.094	5.124	-	(5.494)	(3.174)	953	20.503
Provisão para investimentos financeiros (Nota 37)	4.059	-	-	(1.067)	-	71	3.063
Outras provisões (Nota 45)	2.570	253	-	(61)	(289)	87	2.560
	29.723	5.377	-	(6.622)	(3.463)	1.111	26.126

	2014						Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Variação cambial	Outros movimentos	
Provisões							
Provisão para processos judiciais em curso (Nota 45)	16.766	9.378	-	(3.626)	(100)	676	23.094
Provisão para investimentos financeiros (Nota 37)	5.235	-	-	(1.611)	-	435	4.059
Outras provisões (Nota 45)	3.286	203	(15)	(249)	15	(670)	2.570
	25.287	9.581	(15)	(5.486)	(85)	441	29.723

Destes movimentos, resultaram ganhos de 178 milhares de Euros e perdas de 5.706 milhares de Euros, em 2015 e 2014, respetivamente, registados na rubrica de provisões (Nota 45).

→ Provisão para processos judiciais em curso

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo e pelos seus consultores legais, baseadas em taxas de sucesso históricas, por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo. Em 31 de dezembro de 2015 a provisão existente, no montante de 20.503 milhares de Euros, destina-se a fazer face a diversos processos judiciais intentados contra o Grupo, no país e no estrangeiro.

O detalhe da provisão para processos judiciais em curso é conforme segue:

	2015	2014
Grupo TAP (sem a subsidiária TAP M&E Brasil)	11.121	10.779
Subsidiária TAP M&E Brasil	9.382	12.315
	20.503	23.094

Em 31 de dezembro de 2015 a subsidiária TAP M&E Brasil possuía cerca de 1.900 ações laborais (2.071 ações em 31 de dezembro de 2014). A subsidiária é devedora solidária do passivo laboral pela migração de funcionários da VARIG para a TAP M&E Brasil em 2001 e 2002. Há ações laborais propostas por ex-funcionários da VARIG, contra a subsidiária e contra a TAP S.A., devido à demissão dos funcionários da VARIG após o leilão judicial de venda da unidade produtiva desta empresa, ocorrido em julho de 2006.

Estas ações laborais podem ser divididas em 4 categorias: (i) ações sindicais; (ii) ações propostas por aeronautas; (iii) ações propostas por ex-funcionários da VARIG contra esta e contra o Grupo, reclamando a

sucessão do vínculo laboral e (iv) ações propostas por prestadores de serviços solicitando a responsabilidade do Grupo face aos débitos laborais eventualmente deferidos.

→ **Provisão para investimentos financeiros**

Em 2015 o Grupo apropriou ganhos com a associada SPdH no montante de 1.067 milhares de Euros, que foram registados na rubrica de ganhos e perdas em associadas (Nota 37). Adicionalmente, a rubrica “Outros movimentos”, no montante de 71 milhares de Euros, corresponde à apropriação das perdas com remensurações dos benefícios pós-emprego da SPdH, que foram registados nos resultados transitados do Grupo.

Em março de 2009, um consórcio de três bancos (BIG, Banif e Banco Invest) transferiu para a TAP S.A. a participação detida na SPdH (50,1%) por 31,6 milhões de Euros. Na mesma data, e durante o período de pendência do processo de concentração na Autoridade da Concorrência (“AdC”), a TAP S.A. transferiu o exercício dos seus direitos de voto e supervisão, enquanto acionista maioritária da SPdH, para uma entidade independente face ao Grupo TAP.

A AdC deliberou, em 19 de novembro de 2009, após uma investigação aprofundada, adotar uma decisão de proibição, relativamente à operação de concentração, que consistia na aquisição, pela TAP S.A., do controlo exclusivo da SPdH, mediante a aquisição de uma participação de 50,1% do capital social da SPdH.

A AdC, impôs, assim, a obrigação de separação da SPdH mediante a alienação, por parte do Grupo TAP, das ações referentes a, pelo menos, 50,1% do capital social da SPdH. Até à venda, o regulador impôs que a gestão da SPdH fosse efetuada por um mandatário de gestão, que agia em nome da AdC, gerindo a SPdH de forma independente do Grupo TAP.

Em 18 de junho de 2012, foi celebrado um contrato de compra e venda entre, por um lado, a TAP S.A., a TAP SGPS, a Portugália e a SPdH e, por outro, a Urbanos Grupo, SGPS, S.A. para aquisição, por parte desta, de 50,1% do capital da SPdH, o qual produz os seus efeitos a partir de 20 de julho de 2012, data da deliberação da AdC quanto à decisão de não oposição à referida operação. Entretanto, em 17 de outubro de 2012, a Pasogal, SGPS, S.A. sucedeu à Urbanos Grupo, SGPS, S.A. em todos os direitos e obrigações que para esta emergiam do referido contrato e Acordo Parassocial.

As licenças de atividade da SPdH para prestação de serviços de *handling* a terceiros, em Lisboa e no Porto, nas categorias 3 (assistência a bagagem), 4 (assistência a carga e correio) e 5 (assistência de operações em pista), de acesso reservado, tinham data de termo de vigência inicial reportada a 31 de dezembro de 2011.

Considerando que o Instituto Nacional de Aviação Civil (“INAC”) ainda não concluíra, à data, os concursos públicos internacionais para emissão de novas licenças, e conseqüente seleção do segundo prestador de serviços nessas categorias de acesso reservado para os aeroportos de Lisboa e Porto, em que a SPdH era opositora, foi, entretanto, publicado o Decreto-Lei nº 19/2012, de 27 de janeiro.

O referido Decreto-Lei veio permitir a possibilidade de o INAC prorrogar, a título excecional, as licenças de acesso à atividade de prestador de serviços de assistência em escala, nas referidas categorias reservadas nos aeroportos de Lisboa e Porto, detidas pela SPdH à data de 31 de dezembro de 2011, até à data em que os prestadores de serviços de assistência em escala, a selecionar no âmbito dos concursos públicos em curso, iniciassem a sua atividade.

Com fundamento na evolução, entretanto registada, no mercado de assistência em escala em Portugal, foi ordenada a publicação do Despacho nº 14.886-A/2013, de 14 de novembro, do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações. Esta evolução, consistente com a fundamentação subjacente às propostas legislativas em discussão no seio das instituições da União Europeia, tornou patente, na pendência dos mencionados concursos, a necessidade de introdução de um maior grau de concorrência na prestação de serviços de assistência em escala com vista à redução dos custos das companhias aéreas e, por conseguinte, dos preços por estas cobrados aos passageiros.

O referido Despacho veio permitir o aumento de dois para três do número de prestadores de serviços de assistência em escala nas categorias 3, 4 e 5 nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro, mediante o cumprimento de algumas condições / pressupostos relacionados com volumes anuais de tráfego e carga.

Semelhante realidade objetiva ocorrida de forma superveniente ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas nos concursos públicos então em curso, deu origem a que o INAC considerasse verificada a alteração dos pressupostos de facto que estiveram na base da abertura dos mencionados concursos para Lisboa, Porto e Faro e, com fundamento na alteração superveniente de pressupostos, deliberasse a sua anulação e a conseqüente revogação da decisão de contratar com fundamento na alínea d) do nº 1 do artigo 79º e no nº 1 do artigo 80º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Na sequência dos factos acima expostos, foi publicado o Decreto-Lei nº 57/2014, de 11 de abril, que veio alterar o artigo 4º do Decreto-Lei nº 19/2012, de 27 de janeiro, tendo aquele passado a dispor que as atuais licenças de acesso à atividade de prestador de serviços de assistência em escala nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro possam ser prorrogadas até 31 de maio de 2015 ou até à data em que os prestadores de serviços de assistência em escala, que vierem a ser selecionados ao abrigo do artigo 27º do Decreto-Lei nº 275/99, de 23 de julho, iniciem a sua atividade nas mencionadas categorias e nas referidas infraestruturas aeroportuárias, caso esta ocorra em momento anterior.

A Autoridade Nacional da Aviação Civil (“ANAC”), nova designação do INAC, emitiu, entretanto, a 21 de maio de 2015, novo título de licença de acesso à atividade que prorroga a validade das licenças de atividade para Lisboa, Porto, Funchal e Porto Santo, inicialmente emitidas com efeitos iniciais a 1 de janeiro de 2005.

Assim, a validade das licenças de atividade nas categorias de serviço reservadas 3, 4 e 5, para os aeroportos de Lisboa e Porto, foram prorrogadas até à seleção dos prestadores de serviços de assistência em escala a terceiros no âmbito dos Concursos Públicos Internacionais Limitados por Prévia Qualificação e respetivo início da atividade.

Relativamente ao licenciamento da atividade nas categorias de serviço não reservadas, o referido título veio, nos termos e com fundamento no nº 1 do artº. 14º, do Decreto-Lei nº 275/99, de 23 de julho, estatuir no sentido de a sua vigência se manter até ao termo das respetivas licenças de utilização do domínio público que lhes estão subjacentes. Desse modo, as licenças de utilização do domínio público aeroportuário (licenças de acesso ao mercado) aplicáveis a Lisboa e Porto para as categorias de serviço não reservadas, inicialmente emitidas com uma validade de 7 anos, de 1 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2011, foram prorrogadas por períodos sucessivos bianuais, de 1 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2013 e de 1 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2015, e, posteriormente, pelo prazo de 7 anos com efeitos a 1 de janeiro de 2016 e termo a 31 de dezembro de 2022.

Quanto às licenças de acesso ao mercado aplicáveis aos aeroportos da Madeira e do Porto Santo, também inicialmente emitidas com uma validade de 7 anos, de 1 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2011, foram prorrogadas por 5 anos de 1 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2016.

Salienta-se que, caso a SPdH não seja selecionada para prestadora dos serviços de *handling* a terceiros, nos futuros concursos públicos internacionais a abrir pela ANAC, a Pasogal, SGPS, S.A. terá o direito de resolver o supra referido contrato de compra e venda.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a informação financeira relativa à empresa associada SPdH é conforme segue:

2015					
	Total do ativo	Total do capital próprio	Total do passivo	Vendas e serviços prestados	Resultado líquido do exercício
SPdH	25.444	5.187	20.257	108.048	4.906

2014					
	Total do ativo	Total do capital próprio	Total do passivo	Vendas e serviços prestados	Resultado líquido do exercício
SPdH	25.368	281	25.087	106.757	2.356

→ Outras provisões

Esta rubrica é decomposta da seguinte forma:

	2015	2014
Subsidiária TAP M&E Brasil:		
Provisão para contingências tributárias	693	815
Provisão para contingências cíveis	422	284
Restantes subsidiárias:		
Outras provisões	1.445	1.471
	2.560	2.570

Provisão para contingências tributárias e cíveis

A subsidiária TAP M&E Brasil é parte envolvida em processos tributários que se encontram a decorrer, tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicáveis, são garantidos por depósitos judiciais e/ou penhora de bens.

A subsidiária TAP M&E Brasil aderiu, em 2009, ao Programa de Recuperação Fiscal, denominado REFIS, e parcelou a totalidade das contingências federais, cuja probabilidade de êxito se encontrava classificada como remota, compensando parte dos juros e multas de contingências com imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre a totalidade dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), tendo, naquela data, reduzido à sua dívida o montante de 49.448 milhares de Euros.

Em 9 de julho de 2014 foi promulgada a Medida Provisória nº 651/2014 (MP 651, convertida na Lei 13.043/14) que, entre outros temas, permitia ao contribuinte a possibilidade de pagamento antecipado das dívidas de natureza fiscal, desde que parcelados, com uso de créditos próprios de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa de CSLL.

Neste sentido, a TAP M&E Brasil, mediante parecer legal do referido advogado sobre as condições legais para o benefício das medidas regulamentadas pelo artigo 33º da Medida Provisória, concluiu sobre o cumprimento desses critérios. Consequentemente, a Empresa liquidou 30% da dívida no montante de 71.234 milhares de Reais e compensou o restante com os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social no montante de 166.214 milhares de reais (51.594 milhares de Euros). Este ganho foi registado, em 2014, na rubrica de outros rendimentos e ganhos (Nota 48), tendo em consideração que o mesmo decorre, essencialmente, de contribuições previdenciárias que foram registadas nos gastos operacionais.

Adicionalmente, decorrente do critério contabilístico adotado, a subsidiária solicitou um parecer legal sobre o tratamento fiscal relativamente aos efeitos decorrentes da regularização do REFIS com base nos créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, onde se verifica que se trata de uma alteração na forma de utilização de um direito já existente, não havendo lugar a interpretação de que tenha sido criado um novo direito, independentemente da sua classificação contabilística. Neste sentido, o ganho operacional originado pela compensação do parcelamento não foi sujeito à tributação de Imposto de Renda, Programa de integração social (“PIS”) e Contribuição para financiamento da segurança social (“COFINS”).

A movimentação ocorrida na provisão para contingências tributárias e cíveis foi conforme segue:

Saldo em 1 de janeiro de 2014	1.588
Reforço/reversão de provisão	167
Varição cambial	15
Outros movimentos	(671)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.099
Reforço/reversão de provisão	252
Reversão por revisão de estimativa	(34)
Varição cambial	(289)
Outros movimentos	87
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.115

27 - Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos apresentam o seguinte detalhe:

	2015		2014	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	108.133	521.803	508.615	130.856
Passivos por locação financeira	90.664	221.567	117.784	297.113
Descobertos bancários (Nota 22)	-	-	7.283	-
	198.797	743.370	633.682	427.969

→ Dívida líquida remunerada

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a dívida líquida remunerada detalha-se como segue:

	2015	2014
Financiamentos obtidos		
Não corrente	743.370	427.969
Corrente	198.797	633.682
	942.167	1.061.651
Caixa e seus equivalentes (Nota 22)		
Numerário	94	77
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	67.635	44.752
Depósitos a prazo	69.085	95.535
	136.814	140.364
Dívida líquida remunerada	805.353	921.287

→ **Dívida bancária remunerada**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a dívida bancária remunerada, corrente e não corrente, detalha-se como segue:

	2015	2014	Indexante
Não correntes			
TAP SGPS			
Empréstimo bancário BCP	1.827	1.827	Euribor 3m
TAP S.A.			
Empréstimo bancário CGD	121.462	-	Euribor 6 m
Empréstimo bancário BIC	79.951	-	Euribor 3 m
Empréstimo bancário Deutsche Bank	77.551	94.095	Taxa fixa
Empréstimo bancário BCP	74.009	-	Euribor 3 m
Empréstimo bancário Novo Banco	66.738	-	Euribor 3 m
Empréstimo bancário Montepio Geral	39.490	-	Euribor 3 m
Empréstimo bancário BPI	24.942	-	Euribor 6 m
Empréstimo bancário Santander	19.974	-	Euribor 12 m
Empréstimo bancário Banco Popular	15.859	-	Euribor 6 m
Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.	-	34.934	Euribor 3m
	521.803	130.856	
Correntes			
TAP SGPS			
Empréstimo bancário BCP	14	672	Euribor 3m
Empréstimo bancário Deutsche Bank	-	53.914	Taxa fixa
TAP S.A.			
Empréstimo bancário Deutsche Bank	73.280	45.097	Taxa fixa
Linha de crédito BIC	18.373	10.380	Libor 6m
Antecipação das receitas do Brasil - com recurso	13.663	-	Taxa fixa
Empréstimo bancário Novo Banco	371	-	Euribor 3 m
Empréstimo bancário CGD	209	-	Euribor 6 m
Empréstimo bancário Montepio Geral	133	-	Euribor 3 m
Empréstimo bancário BCP	124	-	Euribor 3 m
Empréstimo bancário Banco Popular	49	-	Euribor 6 m
Empréstimo bancário BPI	17	-	Euribor 6 m
Linha de crédito BIC	-	75.713	Euribor 3m
Linha de crédito BCP	-	50.215	Euribor 1m
Linha de crédito CGD	-	50.198	Euribor 6m
Linha de crédito CGD	-	40.009	Euribor 3m
Crédito mútuo Novo Banco	-	40.032	Euribor 3m
Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.	-	32.959	Euribor 3m
Crédito mútuo CGD	-	33.033	Euribor 6m
Papel comercial	-	20.134	Euribor 1a
Linha de crédito Novo Banco	-	20.218	Euribor 3m
Linha de crédito Banco Popular	-	16.024	Euribor 3m
Descobertos bancários Novo Banco	-	7.283	Euribor 3m
Crédito mútuo Santander	-	20.017	Euribor 3m
LFP			
Empréstimo bancário BPI	1.900	-	Euribor 3m
	108.133	515.898	
Dívida bancária remunerada	629.936	646.754	

No âmbito do processo de reprivatização do Grupo TAP e conforme enunciado no “Acordo de Venda Direta”, em complemento com o “Acordo Relativo à Estabilidade Económico-Financeira da TAP”, referidos na Nota 1, houve lugar, em 12 de novembro de 2015, à reestruturação da dívida bancária do Grupo, estando as principais alterações relacionadas com as maturidades dos empréstimos.

Os montantes de 34.934 milhares de Euros e 32.959 milhares de Euros, registados em 31 de dezembro de 2014 em dívida bancária não corrente e corrente, respetivamente, correspondem a um passivo gerado no âmbito de uma operação de securitização de créditos futuros, realizada pela TAP S.A. em dezembro de 2006, ao abrigo do Decreto-Lei nº 453/99, de 5 de novembro, na qual o Deutsche Bank atuou como *lead manager*, tendo os créditos futuros sido adquiridos pela Tagus–Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. No decorrer do mês de dezembro de 2015 a referida dívida foi amortizada antecipadamente de forma integral.

A dívida bancária remunerada, por maturidade e por tipo de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é decomposta como segue:

Por maturidade	2015	2014
Até 1 ano	108.133	515.898
De 1 ano até 2 anos	173.919	81.703
De 2 anos até 3 anos	7.354	48.769
De 3 anos até 4 anos	83.007	384
De 4 anos até 5 anos	84.749	-
Superior a 5 anos	172.774	-
	629.936	646.754

Por tipo de taxa de juro	2015	2014
Taxa variável		
Expira num ano	21.190	416.887
Expira entre 1 e 2 anos	118.659	35.638
Expira entre 2 e 3 anos	-	740
Mais de 3 anos	325.593	384
	465.442	453.649
Taxa fixa		
Expira num ano	86.943	99.011
Expira entre 1 e 2 anos	55.260	46.065
Expira entre 2 e 3 anos	7.354	48.029
Mais de 3 anos	14.937	-
	164.494	193.105
	629.936	646.754

O detalhe dos empréstimos por moeda funcional em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	2015		2014	
	Valores em divisa	Valores em Euros	Valores em divisa	Valores em Euros
Euros (EUR)	-	597.900	-	636.374
Dólares (USD)	20.000	18.373	12.602	10.380
Real do Brasil (BRL)	58.911	13.663	-	-
	78.911	629.936	12.602	646.754

O montante global de responsabilidades, acrescido dos juros vincendos, encontra-se apresentado no capítulo referente ao risco de liquidez (Nota 3).

→ **Locação financeira**

O Grupo regista no seu ativo fixo tangível os ativos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o Grupo tinha assumido compromissos decorrentes de contratos de locação financeira em conformidade com o descrito na Nota 5, encontrando-se o capital em dívida incluído na demonstração da posição financeira na rubrica “Financiamentos obtidos”, como segue:

	2015	2014
Dívidas respeitantes a locação financeira		
Equipamento básico	312.148	414.770
Outros ativos fixos tangíveis	83	127
	312.231	414.897
Pagamentos futuros de capital		
Até 1 ano	90.664	117.784
De 1 ano até 5 anos	221.567	290.812
Mais de 5 anos	-	6.301
	312.231	414.897

As locações financeiras, por moeda funcional, apresentam o seguinte detalhe:

	2015	2014
Locação financeira em EUR	205.773	301.595
Locação financeira em USD	106.456	113.293
Locação financeira em BRL	2	9
	312.231	414.897

A decomposição dos passivos por locação financeira, por maturidade e por tipo de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

Por maturidade	2015	2014
Até 1 ano	90.664	117.784
De 1 a 2 anos	127.445	80.966
De 2 a 3 anos	52.046	130.646
De 3 a 4 anos	31.447	50.462
De 4 a 5 anos	10.629	28.738
Mais de 5 anos	-	6.301
	312.231	414.897
Por tipo de taxa de juro	2015	2014
Taxa variável		
Expira num ano	47.873	41.499
Expira entre 1 e 2 anos	34.047	36.834
Expira entre 2 e 3 anos	27.030	40.082
Mais de 3 anos	6.163	25.855
	115.113	144.270
Taxa fixa		
Expira num ano	42.791	76.285
Expira entre 1 e 2 anos	93.398	44.132
Expira entre 2 e 3 anos	25.016	90.564
Mais de 3 anos	35.913	59.646
	197.118	270.627
	312.231	414.897

O montante global de responsabilidades, acrescido dos juros vincendos, encontra-se apresentado no capítulo referente ao risco de liquidez (Nota 3).

Alguns passivos remunerados apresentam garantias reais, nomeadamente as locações financeiras, os empréstimos obtidos junto do Banco BIC e a operação de antecipação das receitas do Brasil.

→ **Locação operacional**

Conforme referido na Nota 2.25., estas responsabilidades não se encontram registadas na posição financeira do Grupo. Os contratos de locação operacional do Grupo têm durações variáveis que podem ir até aos 7 anos, podendo ser prorrogados por vontade expressa das partes contraentes.

Em 31 de dezembro de 2015, existiam em regime de locação operacional, trinta aeronaves (Nota 5) e quatro reatores.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 existiam compromissos financeiros, assumidos pela subsidiária TAP S.A., relativos a rendas de locação operacional de aviões e reatores, no montante de 342.014 milhares de Euros (366.639 milhares de dólares) e 310.001 milhares de Euros (387.501 milhares de dólares), respetivamente (Nota 60).

Os planos de pagamento das rendas das locações operacionais detalham-se como segue:

	2015	2014
Até 1 ano	85.276	65.610
De 1 a 2 anos	76.960	64.054
De 2 a 3 anos	67.240	56.835
De 3 a 4 anos	52.476	48.534
Mais de 4 anos	60.062	74.968
	342.014	310.001

Estes contratos obrigam à constituição de depósitos de garantia que, em 31 de dezembro de 2015 totalizavam 12.954 milhares de Euros e em 31 de dezembro de 2014 totalizavam 9.237 milhares de Euros (Nota 18). Estes depósitos serão devolvidos ao Grupo, à medida que os aviões são restituídos aos locadores.

→ **Financial covenants**

Os *financial covenants* constantes dos contratos de *leasing* e financiamento são os usuais em operações desta natureza, incluindo disposições como obrigatoriedade de manutenção da atividade como operador aéreo, compromissos de fornecimento periódico de informação financeira disponível, bem como, no caso específico de *leasings* operacionais, obrigações de caráter operacional relativas a registos nas entidades oficiais, informações relativas às aeronaves em *leasing*, estrito cumprimento de toda a regulamentação, procedimentos definidos pelas autoridades, entre outros.

Adicionalmente, na sequência da reestruturação da dívida financeira acima referida, foram assumidos compromissos de acompanhamento da *performance* financeira do Grupo, através da análise e cumprimento de determinados rácios relacionados, nomeadamente, com os capitais próprios, EBITDAR e dívida financeira líquida não garantida. Estes rácios pretendem acompanhar a situação financeira do Grupo e aferir a sua capacidade para garantir o serviço da dívida.

28 - Responsabilidades com benefícios pós-emprego

O Grupo TAP é responsável pelo pagamento de benefícios pós-emprego a empregados aposentados, pré-reformados e ainda no ativo.

→ Complementos de pensões de reforma e prestações de pré-reforma – TAP S.A.

De acordo com as normas vigentes na TAP S.A., esta assegura aos empregados, admitidos até 31 de maio de 1993, a diferença entre a pensão de reforma, por limite de idade ou invalidez, atribuída pela Segurança Social, e um montante mínimo garantido pela TAP S.A. Este montante corresponde a uma percentagem fixa de parte do vencimento pensionável (remuneração de base + anuidades), à data da reforma, por cada ano de serviço na empresa, até um máximo de 20 anos, conforme segue:

- Pessoal navegante (pilotos e técnicos de voo) - 3,2% por ano de serviço;
- Pessoal de terra e pessoal navegante de cabine - 4% por ano de serviço.

Adicionalmente, a TAP S.A. assumiu responsabilidades pelo pagamento de prestações de pré-reforma, cujo montante é fixado, de modo a que o respetivo valor líquido a receber em situação de pré-reforma, se situe entre 75% e 100% do valor líquido que o empregado auferia no ativo na data da passagem à pré-reforma.

Em outubro de 2008 foi alterado o Acordo de Empresa com o Sindicato dos Pilotos de Aviação Civil (“SPAC”), o qual teve como principais alterações:

- Pilotos admitidos até 31 de maio de 2007: o plano de pensões pressupõe a bonificação do tempo de serviço garantida pelo Estado (de 15% ou 10%, conforme a data de início da carreira contributiva) e a possibilidade de bonificação adicional (até 25% ou 30%) por opção do beneficiário na data da passagem à reforma (esta bonificação adicional será encargo da TAP S.A.);
- Pilotos admitidos a partir de 1 de junho de 2007: o plano de pensões é constituído por um regime de contribuição definida, no montante de 7,5% da remuneração de base efetivamente auferida (14 vezes por ano), do qual 80% é encargo da TAP S.A. Este plano está garantido por contratos de adesão a fundos abertos de pensões, sendo gerido pelo Banco Português de Investimento (“BPI”). Os contratos de adesão e a gestão são opção do SPAC, conforme previsto na regulamentação coletiva.

A TAP S.A. tem registado, a totalidade das suas responsabilidades com serviços passados pelo pagamento de complementos de pensões e prestações de pré-reforma, referente ao plano de benefícios definidos.

A quantificação das responsabilidades teve em devida consideração que, nos termos expressos da regulamentação coletiva que consagra o plano de pensões referido, a pensão total garantida pela TAP S.A., ou seja, pensão da segurança social e complemento de reforma, nunca será superior ao valor da remuneração base mensal líquida de IRS e Segurança Social no ativo. Esta premissa não é aplicável, por não estar consagrada na regulamentação coletiva referente ao pessoal navegante técnico, para o qual aquele limite não existe e o salário pensionável é constituído pelo vencimento base da tabela de remunerações, adicionado do vencimento do exercício e das senioridades.

Para cobrir as responsabilidades com o plano de benefícios definidos, a TAP S.A. celebrou um contrato de adesão ao Fundo aberto de Pensões VIVA. A partir de 2011, o encargo com complementos de reforma, constituídos desde 1998, é assumido pela adesão. O gasto anual com pensões é determinado de acordo com o estudo atuarial, revisto e ajustado anualmente, em função da atualização dos salários e da evolução do grupo participante. Os encargos com complementos de reforma, constituídos até dezembro de 1997, com prestações de pré-reforma e com a parte dos complementos de reforma dos pilotos, que excede o limite referido no parágrafo anterior, são assumidos diretamente pela TAP S.A. e estão cobertos por provisão própria.

→ **Pensões - TAP M&E Brasil**

A partir de 1 de janeiro de 2002, a subsidiária TAP M&E Brasil tornou-se uma das patrocinadoras do Instituto AERUS de Segurança Social (“AERUS”), por meio de um plano de reforma complementar assegurado aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida, denominado Plano de Benefícios II - VEM.

Em 2008, a subsidiária solicitou a transferência do administrador do fundo de benefícios dos seus empregados da entidade AERUS. Este processo foi, inicialmente, recusado pela sociedade gestora do fundo AERUS, que alegou que a TAP M&E Brasil possuía dívidas não reconhecidas na transferência de responsabilidades com benefícios pós-emprego, por ser co-responsável pelo *deficit* dos fundos de pensões de outros patrocinadores. A TAP M&E Brasil questionou a validade jurídica da referida dívida e foi declarado pelos órgãos competentes não haver razão para a oposição à transferência acima referida, pelo que, em 15 de junho de 2012 foi efetuada a transferência, com sucesso, para o Plano de Benefícios da Fundação Petrobras de Seguridade Social (“PETROS”), tendo sido renomeado para Plano TAPMEPrev.

Apesar de se tratar de um plano cujo benefício é de “contribuição definida”, o plano também oferece benefícios de invalidez e morte sob o conceito de “benefícios definidos”, além de garantir benefícios especiais a um grupo de empregados oriundos da VARIG, que foram absorvidos no quadro da subsidiária, aquando da cisão das operações desta empresa.

Assim, apenas a componente de benefício definido, referida anteriormente, se encontra registada na rubrica “Responsabilidades com benefícios pós-emprego”.

→ **Pensões – Portugalia**

A Portugalia constituiu, em 1 de janeiro de 2010, um plano de contribuições definidas para o pessoal navegante técnico. Este plano é gerido pelo BPI, para o qual a subsidiária contribui mensalmente com 6% sobre o ordenado, efetivamente auferido, dos pilotos, 14 vezes por ano. Os empregados efetuam contribuições de 1,5%, podendo adicionalmente efetuar contribuições suplementares entre 1% e 5%.

→ **Pensões – UCS**

A UCS tem a responsabilidade, face ao que se encontra internamente regulamentado, de conceder, através de um plano de benefícios definidos, complementos de pensões de reforma na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social. Para cobrir essa responsabilidade, a Empresa subscreveu o Fundo de Pensões Horizonte Valorização. O gasto anual com pensões, que inclui as contribuições para o fundo, é determinado de acordo com o estudo atuarial, revisto e ajustado anualmente em função da atualização dos salários e da evolução do grupo participante.

→ **Prémio de jubilação - PNT – TAP S.A.**

O Acordo de Empresa da TAP S.A., celebrado com o SPAC prevê a garantia, por parte da TAP S.A., a favor dos pilotos admitidos até 31 de maio de 2007, para além de um plano de pensões, de um prémio de jubilação a cada piloto, a ser pago de uma só vez no momento da reforma por velhice, cuja garantia financeira advém dos capitais acumulados num seguro de capitalização coletiva constituído pela TAP S.A. em nome dos pilotos. Os princípios subjacentes à apólice de reforma coletiva celebrada com a companhia seguradora, que reproduzem este Plano de Benefícios de Reforma dos Pilotos, são como segue:

- Condições de admissão: pilotos que se encontrem em efetividade de serviço;
- Idade normal de reforma: 65 anos;
- Garantias: cada participante terá direito, na data da reforma, a um capital, mínimo, de 16 vezes o último salário mensal declarado.

O financiamento do Plano de Benefícios é efetuado através da apólice, que é reforçada pelas contribuições (prémios) efetuadas pela TAP S.A. e pelo rendimento obtido, a partir das aplicações financeiras realizadas pela companhia seguradora num Fundo Autónomo, que suporta esta modalidade de seguro.

Em outubro de 2008, foi alterado o Acordo de Empresa com o SPAC, o qual teve como principais alterações:

- Pilotos admitidos até 31 de maio de 2007: o prémio de jubilação é mantido, mas apenas será devido no caso de, na data da reforma, estar constituído o direito à pensão completa, podendo o capital ser aumentado por cada ano completo de prestação de serviço, após a formação da pensão completa;
- Pilotos admitidos a partir de 1 de junho de 2007: não existe direito ao prémio de jubilação.

→ Cuidados de Saúde – TAP S.A.

A TAP S.A. assegura aos pré-reformados e reformados antecipadamente, que tenham idade inferior a 65 anos, um plano de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos a uma taxa reduzida. Por outro lado, a TAP S.A. vem facultando aos reformados, a título de liberalidade, a possibilidade de acesso e de utilização dos serviços médicos da UCS, pelos quais pagarão, por cada ato clínico, uma parcela do gasto do serviço, sendo a parte restante suportada pela TAP S.A.

A TAP S.A. entende que, o facto de permitir aos seus ex-trabalhadores reformados, a utilização dos serviços de saúde prestados na UCS, não constitui uma obrigação, mas tão-somente uma liberalidade em cada momento concedida, pelo que não terá que registar qualquer responsabilidade com a prestação de cuidados de saúde, relativamente aos trabalhadores presentemente no ativo, para o período após a cessação da sua atividade laboral na empresa. Desta forma, a esta data, a provisão existente cobre a totalidade das responsabilidades com atos médicos com pré-reformados, reformados antecipadamente e reformados, tendo a referida responsabilidade sido determinada com base em estudo atuarial calculado por entidade independente.

Pressupostos utilizados na avaliação das responsabilidades

As responsabilidades das diversas empresas do Grupo TAP foram determinadas por estudos atuariais, reportados a 31 de dezembro de 2015 e 2014, elaborados por entidades independentes, individualmente para cada uma das empresas, utilizando o “Método da Unidade de Crédito Projetada” e utilizando, essencialmente, os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	2015		2014	
	Portugal	Brasil	Portugal	Brasil
Tábua de mortalidade	TV 88/90	AT2000	TV 88/90	AT2000
Tábua de invalidez	EKV 1980	Winklevoss	EKV 1980	IAPB-57
Taxa de desconto	2,50%	13,15%	2,50%	12,25%
Taxa de rendimento do fundo	2,50%	13,15%	2,50%	12,25%
Taxa de crescimento				
Salários	1,50%	6,56%	1,50%	6,56%
Pensões	1,00%	5,50%	1,00%	5,50%
Tendência dos custos médicos	1,50%	--	1,50%	--

A evolução das responsabilidades líquidas, por serviços passados, a 31 de dezembro de 2015 e 2014 detalha-se da seguinte forma:

	2015	2014
Responsabilidade por serviços passados no início do exercício	56.626	47.593
Juro líquido	2.043	2.382
Custo dos serviços correntes	3.622	3.533
Contribuições para o fundo de pensões	(5.218)	(6.808)
Remensurações	2.732	14.222
Alterações cambiais nos planos mensurados numa moeda diferente	(1.636)	(243)
Benefícios pagos	(3.901)	(4.053)
Responsabilidade por serviços passados no final do exercício	54.268	56.626

As responsabilidades para os exercícios de 2015 e 2014 detalham-se como segue:

	2015								Total
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	324	-	1.841	-	58.921	-	-	9	61.095
- Pré-reformados	83	-	456	45	-	-	51.319	-	51.903
- Aposentados	9.951	37.197	-	2.957	-	15.859	-	-	65.964
Valor de mercado dos fundos	(16.792)	-	-	-	(44.527)	(15.641)	(47.725)	(646)	(125.331)
Insuficiência(excesso)	(6.434)	37.197	2.297	3.002	14.394	218	3.594	(637)	53.631

	2014								Total
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	646	-	1.782	-	51.203	-	-	37	53.668
- Pré-reformados	129	-	476	87	-	-	9.065	-	9.757
- Aposentados	10.536	39.836	-	3.116	-	15.767	58.475	-	127.730
Valor de mercado dos fundos	(16.954)	-	-	-	(39.595)	(15.549)	(62.394)	(620)	(135.112)
Insuficiência(excesso)	(5.643)	39.836	2.258	3.203	11.608	218	5.146	(583)	56.043

O excesso de financiamento do Fundo de Pensões Horizonte Valorização da subsidiária UCS, no montante de 637 milhares de Euros, encontra-se registado na rubrica de outras contas a receber (2014: 583 milhares de Euros) (Nota 18).

As responsabilidades para os exercícios de 2011 a 2013 detalham-se como segue:

	2013								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	1.739	-	1.062	-	39.334	-	-	5	42.140
- Pré-reformados	258	-	2.306	166	-	-	8.557	-	11.287
- Aposentados	9.765	38.569	-	2.948	-	16.180	51.903	-	119.365
Valor de mercado dos fundos	(16.443)	-	-	-	(35.218)	(14.948)	(58.585)	(587)	(125.781)
Insuficiência(excesso)	(4.681)	38.569	3.368	3.114	4.116	1.232	1.875	(582)	47.011

	2012								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	2.214	-	419	-	35.747	-	-	7	38.387
- Pré-reformados	2.197	-	2.970	254	-	-	90.056	-	95.477
- Aposentados	9.442	39.994	-	2.739	-	13.958	153	-	66.286
Valor de mercado dos fundos	(15.943)	-	-	-	(32.106)	(13.131)	(67.937)	(554)	(129.671)
Insuficiência(excesso)	(2.090)	39.994	3.389	2.993	3.641	827	22.272	(547)	70.479

	2011							
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	Total
Responsabilidades por serviços passados								
- Ativos		2.579	-	-	-	39.340	-	41.919
- Pré-reformados		-	-	2.321	299	-	-	87.615
- Aposentados		8.899	40.985	-	2.682	-	12.440	65.006
Valor de mercado dos fundos		(14.719)	-	-	-	(29.845)	(11.683)	(116.000)
Insuficiência(excesso)		(3.241)	40.985	2.321	2.981	9.495	757	78.540

De acordo com o estudo atuarial realizado por entidade independente, a melhor estimativa de contribuições para os planos de benefícios de pensões, para o exercício subsequente, é de 6.667 milhares de Euros da subsidiária TAP S.A. e de 2.111 milhares de Euros da subsidiária TAP M&E Brasil.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os planos de benefício definido do Grupo TAP, em Portugal (excluindo a Representação de Inglaterra e o Brasil), abrangiam 2.271 e 2.364 beneficiários no ativo, respetivamente. O total de reformados com direito a complemento de reforma (ou pré-reforma) era, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, de 839 e 875 beneficiários, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2015, a maturidade média das responsabilidades para os planos de benefício definido "Pensões VIVA" é de 10,8 anos (2014: 12 anos) e para o plano "Prémios Jubileu" é de 13 anos (2014: 13,7 anos).

Análises de sensibilidade

→ Taxa de desconto anual

O aumento (diminuição) de 0,25% na taxa de desconto anual dos planos de benefício definido “Pensões VIVA”, “Prêmios Jubileu” e “Pensões Horizonte Valorização”, bem como o aumento (diminuição) de cerca de 1% na taxa de desconto anual do plano de benefício definido “TAPMEPrev - Brasil”, corresponderia a um impacto nas responsabilidades do Grupo, a 31 de dezembro de 2015, conforme segue:

	Taxa	Plano VIVA*	Prêmios Jubileu	Pensões Horizonte Valorização
Taxa de desconto anual das pensões	2,50%	49.852	58.921	9
Aumento de 0,25% na taxa de desconto	2,75%	48.775	56.728	9
Decréscimo de 0,25% na taxa de desconto	2,25%	50.972	61.224	9

* Inclui "Pensões VIVA", "Antes de 1997" e "Ativos"

	Taxa	Brasil
Taxa de desconto anual das pensões	13,15%	51.319
Aumento de 1,1% na taxa de desconto	14,25%	47.263
Decréscimo de 0,9% na taxa de desconto	12,25%	56.118

→ Taxa de tendência dos custos médicos

Caso a taxa de crescimento dos custos com cuidados médicos registre um aumento ou decréscimo de um ponto percentual, o respetivo impacto nas responsabilidades do Grupo, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, é o seguinte:

	Taxa	2015	2014
Taxa de crescimento anual dos custos médicos	1,50%	3.002	3.203
Aumento de 1% na taxa de tendência dos custos médicos	2,50%	3.262	3.490
Decréscimo de 1% na taxa de tendência dos custos médicos	0,50%	2.773	2.951

Evolução das responsabilidades por serviços passados

O movimento ocorrido nas responsabilidades projetadas, refletidas na demonstração da posição financeira consolidada, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é conforme segue:

	2015								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prêmios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Responsabilidades no início do exercício	11.311	39.836	2.258	3.203	51.203	15.767	67.540	37	191.155
Varição cambial	-	-	-	-	-	-	(17.584)	-	(17.584)
Valores registrados nos resultados do exercício:									
Serviços correntes	58	-	-	-	3.343	-	221	12	3.634
Juro líquido	283	996	57	80	1.369	92	7.076	1	9.954
Remensurações	(733)	266	(18)	(281)	3.922	-	(1.995)	(41)	1.120
Benefícios pagos	(561)	(3.901)	-	-	(916)	-	(3.939)	-	(9.317)
Responsabilidades no fim do exercício	10.358	37.197	2.297	3.002	58.921	15.859	51.319	9	178.962

	2014								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prêmios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Responsabilidades no início do exercício	11.762	38.569	3.368	3.114	39.334	16.180	60.460	5	172.792
Varição cambial	-	-	-	-	-	1.007	(1.015)	-	(8)
Valores registrados nos resultados do exercício:									
Serviços correntes	159	-	-	-	3.149	-	225	3	3.536
Juro líquido	442	964	609	59	1.111	719	9.006	-	12.910
Remensurações	(252)	4.522	(1.719)	30	8.965	(1.704)	3.521	29	13.392
Benefícios pagos	(800)	(4.219)	-	-	(1.356)	(435)	(4.657)	-	(11.467)
Responsabilidades no fim do exercício	11.311	39.836	2.258	3.203	51.203	15.767	67.540	37	191.155

Evolução dos fundos afetos aos planos de benefícios com pensões

Nos exercícios de 2015 e 2014 a evolução do patrimônio dos fundos foi conforme segue:

	2015					
	Pensões VIVA	Prêmios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Saldo inicial	16.954	39.595	15.549	62.394	620	135.112
Varição cambial	-	-	-	(15.948)	-	(15.948)
Dotação efetuada no exercício	-	4.656	92	470	-	5.218
Juro líquido	399	990	-	6.521	26	7.936
Remensurações	-	202	-	(1.773)	-	(1.571)
Benefícios pagos	(561)	(916)	-	(3.939)	-	(5.416)
Saldo final	16.792	44.527	15.641	47.725	646	125.331

	2014					
	Pensões VIVA	Prêmios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Saldo inicial	16.443	35.218	14.948	58.585	587	125.781
Varição cambial	-	-	1.052	(817)	-	235
Dotação efetuada no exercício	-	4.656	544	1.608	-	6.808
Juro líquido	1.311	880	(560)	8.897	33	10.561
Remensurações	-	197	-	(1.056)	-	(859)
Benefícios pagos	(800)	(1.356)	(435)	(4.823)	-	(7.414)
Saldo final	16.954	39.595	15.549	62.394	620	135.112

A composição dos fundos e respetiva categoria das quantias incluídas no justo valor dos ativos do plano, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é conforme segue:

	2015						
	Nível de Justo Valor	Pensões VIVA	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Ações	1	4.921	-	9.906	6.204	169	21.200
Obrigações	1	4.861	43.659	4.245	41.521	435	94.721
Dívida Pública	1	4.965	-	-	-	-	4.965
Imobiliário	1	586	347	-	-	25	958
Liquidez	1	1.459	521	-	-	17	1.997
Outras aplicações correntes	1	-	-	1.490	-	-	1.490
		16.792	44.527	15.641	47.725	646	125.331

	2014						
	Nível de Justo Valor	Pensões VIVA	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Ações	1	4.461	-	9.848	8.111	153	22.573
Obrigações	1	5.525	35.256	4.221	54.283	403	99.688
Dívida Pública	1	5.098	-	-	-	-	5.098
Imobiliário	1	769	261	-	-	17	1.047
Liquidez	1	1.101	4.078	-	-	47	5.226
Outras aplicações correntes	1	-	-	1.480	-	-	1.480
		16.954	39.595	15.549	62.394	620	135.112

Gastos com pensões e outros benefícios pós-emprego

Relativamente aos gastos suportados com pensões e outros benefícios pós-emprego, o detalhe é conforme segue:

	2015								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Serviços correntes	58	-	-	-	3.343	-	221	12	3.634
Juro líquido	(116)	996	57	80	379	92	555	(25)	2.018
	(58)	996	57	80	3.722	92	776	(13)	5.652

	2014								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Serviços correntes	159	-	-	-	3.149	-	225	3	3.536
Juro líquido	(869)	964	609	59	231	1.279	109	(33)	2.349
	(710)	964	609	59	3.380	1.279	334	(30)	5.885

Conforme mencionado, os pilotos da TAP S.A., admitidos após 1 de junho de 2007, e os pilotos da Portugalá beneficiam de um plano de contribuição definida. Foi reconhecido, durante o exercício de 2015, um gasto na rubrica “Gastos com o pessoal – gastos com benefícios pós-emprego” no montante de 1.739 milhares de Euros (2014: 1.476 milhares de Euros), relativo às contribuições efetuadas no ano a favor dos seus empregados.

Os gastos com pensões e outros benefícios pós-emprego, dos exercícios de 2015 e 2014, encontram-se registados na rubrica de gastos com o pessoal (Nota 42).

Ganhos/perdas com remensurações

Os ganhos/perdas com remensurações, relacionados com planos de benefício pós-emprego, detalham-se como segue:

	2015								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Remensurações									
Retorno dos ativos, excluindo montantes incluídos nos resultados	-	-	-	-	(202)	-	1.773	-	1.571
	-	-	-	-	(202)	-	1.773	-	1.571
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos demográficos	-	-	-	-	(211)	-	141	-	(70)
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos financeiros	-	-	-	-	-	-	(4.454)	-	(4.454)
(Ganhos)/perdas de experiência	(733)	266	(18)	(281)	4.133	-	2.318	(41)	5.644
	(733)	266	(18)	(281)	3.922	-	(1.995)	(41)	1.120
Total das remensurações	(733)	266	(18)	(281)	3.720	-	(222)	(41)	2.691

	2014								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Remensurações									
Retorno dos ativos, excluindo montantes incluídos nos resultados	-	-	-	-	(197)	-	1.056	-	859
	-	-	-	-	(197)	-	1.056	-	859
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos demográficos	-	-	-	-	1.068	(1.686)	-	-	(618)
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos financeiros	1.298	6.766	(2.572)	304	7.897	-	995	1	14.689
(Ganhos)/perdas de experiência	(1.550)	(2.244)	853	(274)	-	(18)	2.526	28	(679)
	(252)	4.522	(1.719)	30	8.965	(1.704)	3.521	29	13.392
Total das remensurações	(252)	4.522	(1.719)	30	8.768	(1.704)	4.577	29	14.251

Os ganhos/perdas com remensurações foram reconhecidos diretamente no rendimento integral do Grupo. A diferença para o montante registado na demonstração consolidada do rendimento integral respeita às remensurações da associada SPdH, consolidada pelo método da equivalência patrimonial (Nota 26), no montante de 70 milhares de Euros (2014: 435 milhares de Euros).

29 - Adiantamentos de clientes

O saldo da rubrica de adiantamentos de clientes apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015	2014
Ministère de la Défense	308	-
Linhas Aéreas de Angola - TAAG	230	206
Agências de viagens	89	98
Passageiros diversos	81	70
Outros	551	446
	1.259	820

30 - Fornecedores

O saldo da rubrica de fornecedores apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015	2014
Fornecedores - conta corrente	153.391	124.155
Fornecedores - faturas em receção e conferência	14.452	16.927
	167.843	141.082

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica detalha-se do seguinte modo:

	2015	2014
ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.	49.865	35.189
Fornecedores da TAP M&E Brasil	20.206	5.240
Eurocontrol - EU	7.908	7.548
Petrogal	7.867	6.430
Entidades relacionadas (Nota 56)	6.862	7.543
Outros	75.135	79.132
	167.843	141.082

31 - Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica "Outras contas a pagar" decompõe-se como segue:

	2015		2014	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Acréscimos de gastos	173.171	82.981	293.593	-
Entidades relacionadas (Nota 56)	193	-	264	-
Pessoal	3.668	-	3.274	-
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	1.371	-	1.879	-
Sindicatos	292	-	261	-
Outros	72.265	1.038	66.930	1.492
	250.960	84.019	366.201	1.492

→ Acréscimos de gastos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica “Acréscimos de gastos” detalha-se do seguinte modo:

	2015		2014	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Remunerações	64.054	-	64.188	-
Reservas de manutenção	14.416	82.981	55.887	-
Taxas de navegação aérea	13.082	-	15.165	-
Combustíveis de aviões	12.834	-	34.370	-
Encargos especiais da atividade de venda	7.604	-	10.650	-
Remunerações - pessoal navegante	7.235	-	10.254	-
Conservação e reparação de material	7.213	-	135	-
Remunerações variáveis	5.787	-	6.403	-
Assistência por terceiros	3.841	-	2.534	-
Trabalhos especializados	3.706	-	3.794	-
Seguros a liquidar	3.304	-	714	-
Taxas embarque passageiros	3.015	-	2.996	-
Taxas de aterragem	601	-	711	-
<i>Booking fees</i>	566	-	1.593	-
<i>Swaps de jet fuel (Nota 24)</i>	-	-	49.166	-
Outros	25.913	-	35.033	-
	173.171	82.981	293.593	-

O incremento dos acréscimos de gastos com reservas de manutenção decorre, essencialmente, da operação de *sale and leaseback* de seis aeronaves A319 ocorrida no final de 2015, pelo prazo médio de 6 anos.

Os encargos especiais da atividade de venda referem-se a comissões atribuídas a agentes, em função da receita voada do exercício, obtida por este canal.

→ Outros - não correntes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica refere-se ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados (*swaps* de taxa de juro), nos montantes de 1.038 milhares de Euros e 1.492 milhares de Euros, respetivamente (Notas 24 e 58).

→ Outros - correntes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica “Outros - correntes” detalha-se do seguinte modo:

	2015	2014
Taxas e impostos	56.779	54.330
Indemnizações de acidentes de trabalho	782	881
Outros	14.704	11.719
	72.265	66.930

A rubrica de taxas e impostos refere-se, essencialmente, a valores a pagar a diversas entidades, relacionados com taxas cobradas aos clientes nos bilhetes emitidos.

32 - Documentos pendentes de voo

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a responsabilidade do Grupo, relativamente a bilhetes emitidos e não utilizados, registada na rubrica “Documentos pendentes de voo”, era a seguinte:

	2015	2014
Passageiros	270.516	303.861
Carga	552	28
	271.068	303.889

A redução verificada nesta rubrica está relacionada com o efeito conjunto da diminuição da tarifa média com a redução do prazo de antecipação da compra face à data do voo.

Durante os exercícios de 2015 e 2014, com base nas análises parciais e periódicas que são efetuadas a esta rubrica (Nota 2.27.), resultaram ajustamentos às receitas de transporte de passageiros e de carga, respetivamente, nos montantes de 74.552 milhares de Euros (3,3% da receita voada) e 88.637 milhares de Euros (3,8% da receita voada), que foram reconhecidos na rubrica “Vendas e serviços prestados”.

35 - Vendas e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as vendas e serviços prestados, por mercado externo e interno, apresentam-se como segue:

	2015	2014
Vendas		
Mercado interno		
Transporte aéreo e manutenção	392	668
<i>Catering</i>	5.910	5.445
<i>Free shop</i>	19.432	18.253
Cuidados de saúde	136	34
Outras	1.382	1.621
Mercado externo		
Transporte aéreo e manutenção	18.577	24.398
<i>Free shop</i>	171.506	161.129
	217.335	211.548
Serviços prestados		
Mercado interno		
Transporte aéreo e manutenção	129.486	132.840
<i>Catering</i>	1.534	623
Cuidados de saúde	3.214	3.339
Tecnologias de informação	1.028	1.205
Outras	2.976	3.014
Mercado externo		
Transporte aéreo e manutenção	2.242.363	2.345.752
	2.380.601	2.486.773
	2.597.936	2.698.321

As vendas e serviços prestados por mercado geográfico são como segue:

2015	Transp. Aéreo	Manutenção		Free shop	Catering	Holdings e outros	Consolidado
		Portugal	Brasil				
Vendas e serviços prestados:							
Continente e ilhas	114.807	15.071	-	19.432	7.444	8.736	165.490
Europa	854.197	72.796	-	114.409	-	-	1.041.402
Atlântico Sul	728.516	2.415	62.666	27.911	-	-	821.508
Atlântico Norte	124.900	3.426	-	3.220	-	-	131.546
Atlântico Médio	68.505	-	-	1.882	-	-	70.387
África	335.749	1.385	-	22.369	-	-	359.503
Outros	148	6.237	-	1.715	-	-	8.100
	2.226.822	101.330	62.666	190.938	7.444	8.736	2.597.936

2014	Transp. Aéreo	Manutenção		Free shop	Catering	Holdings e outros	Consolidado
		Portugal	Brasil				
Vendas e serviços prestados:							
Continente e ilhas	119.640	13.868	-	18.253	6.068	9.213	167.042
Europa	860.784	58.332	-	107.487	-	-	1.026.603
Atlântico Sul	793.757	4.616	69.256	26.222	-	-	893.851
Atlântico Norte	112.999	396	-	3.025	-	-	116.420
Atlântico Médio	106.105	-	-	1.768	-	-	107.873
África	349.198	4.065	-	21.016	-	-	374.279
Outros	145	10.497	-	1.611	-	-	12.253
	2.342.628	91.774	69.256	179.382	6.068	9.213	2.698.321

As vendas e serviços prestados por mercado geográfico são definidas com base no país destino dos bens e serviços vendidos pelo Grupo, o qual no caso do transporte aéreo e *free shop* se entende como o país de destino do voo.

36 - Subsídios à exploração

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor desta rubrica ascendia a 594 milhares de Euros e 1.151 milhares de Euros, respetivamente.

37 - Ganhos e perdas em associadas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de ganhos e perdas em associadas detalha-se do seguinte modo:

	2015	2014
Ganhos		
SPdH	1.067	1.611
	1.067	1.611

O valor registado nesta rubrica, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, nos montantes de 1.067 milhares de Euros e 1.611 milhares de Euros, respetivamente, corresponde à apropriação da participação nos resultados líquidos da empresa associada SPdH (Nota 26).

38 - Variação da produção

A variação da produção em 2015 e 2014 foi como segue:

	2015	2014
Inventários iniciais (Nota 20)	(14.173)	(5.288)
Regularização de inventários	39	9
Inventários finais (Nota 20)	5.545	14.173
	(8.589)	8.894

39 - Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade, em 2015 e 2014, nos montantes de 608 milhares de Euros e 791 milhares de Euros, respetivamente, referem-se a gastos com pessoal e outros incluídos no custo de aquisição/produção de inventários, com duração superior a um ano.

40 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em 2015 e 2014 foi como segue:

	2015		2014	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Inventários iniciais (Nota 20)	15.112	117.319	14.788	138.021
Compras	123.852	126.894	129.952	126.899
Regularização de inventários	(5)	(14.538)	-	(646)
Inventários finais (Nota 20)	(16.719)	(108.125)	(15.112)	(117.319)
	122.240	121.550	129.628	146.955
		243.790		276.583

Os custos com mercadorias vendidas e consumidas reduziu 12%, em 2015, face ao ano anterior, tendo-se ficado a dever a fatores diversos: i) redução do consumo de materiais na atividade de manutenção e engenharia em Portugal, apesar do incremento da atividade para terceiros, pelo facto de a atividade para a própria empresa se ter mantido estável e de, em termos comparativos, se ter consumido menos materiais e se ter recorrido a mais serviços subcontratados que em 2014. Os 6 *phase-in* do ano de 2014, implicando um consumo significativo de materiais para adaptação e alteração das aeronaves, inflacionaram a rubrica de custos com materiais nesse ano, situação diversa da vivida em 2015 e ii) aumento de atividade de *free shop* em 6,4% que se traduziu num aumento do consumo de mercadorias de cerca de 10%, aproximadamente 10 milhões de Euros.

Em 2015, a rubrica “Regularização de inventários” refere-se, essencialmente, à variação cambial verificada nos inventários da subsidiária brasileira, denominados em reais.

41 - Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos são decompostos como segue:

	2015	2014
Combustíveis de avião	660.310	797.812
Serviços de <i>handling</i>	154.337	164.938
Taxas de navegação aérea	151.730	143.334
Conservação e reparação de equipamento de voo	102.474	86.739
Trabalhos especializados	94.409	90.465
Locação operacional de aeronaves e sobressalentes	77.595	57.315
Taxas de aterragem	74.233	64.947
Rendas e alugueres	65.150	61.666
Despesas a bordo	50.296	50.528
Comissões	38.765	41.365
Encargos especiais de venda - transporte aéreo	26.679	32.361
Alojamento e alimentação nas escalas	25.255	23.738
Subcontratos	16.417	15.553
Conservação e reparação de outros ativos	14.981	13.240
Seguros	6.903	5.535
Honorários	6.246	5.365
Vigilância e segurança	3.048	3.655
Outros gastos com fornecimentos e serviços externos	149.517	157.706
	1.718.345	1.816.262

A rubrica “Outros gastos com fornecimentos e serviços externos” apresenta o seguinte detalhe:

	2015	2014
Outras despesas com passageiros	25.899	28.590
Taxas de controlo de tráfego aéreo	20.749	23.635
Facilidades nos aeroportos	16.896	4.262
Encargos com bagagem - carga e correio	16.272	17.309
Publicidade e propaganda	14.694	14.093
Fretamento de aviões	13.573	28.007
Comunicação	7.671	7.868
Despesas em terra com passageiros da classe executiva	7.409	6.108
Transporte de mercadorias	4.918	5.448
Eletricidade	4.860	4.657
Limpeza, higiene e conforto	3.716	3.711
Deslocações e estadas	2.967	4.045
Outros	9.893	9.973
	149.517	157.706

A diminuição dos gastos relacionados com fornecimentos e serviços externos deve-se, essencialmente, à diminuição dos gastos com os combustíveis (efeito maioritariamente da redução do preço médio (ver Nota 3)).

Os gastos com assistência em terra, taxas de navegação, taxas aeroportuárias e facilidades em aeroportos, tiveram comportamentos diversos entre si, com redução do encargo com *handling* em 6,5%, aumento dos gastos com navegação e controlo de tráfego aéreo em 3%, subida dos custos com taxas de aterragem em

mais de 14%, e subida acentuada de custos com facilidade diversas em aeroportos. No seu conjunto, estas rubricas registaram uma subida de 4,2% situando-se em cerca de 420 milhões de Euros em 2015, face a cerca de 400 milhões de Euros em 2014. A baixa nos encargos com *handling* não foi suficiente para compensar a subida das rubricas restantes, nomeadamente a subida expressiva das taxas e preços de serviços diversos nos aeroportos portugueses.

Pelo contrário, os encargos relacionados com serviços de manutenção aumentaram cerca de 20% com um impacto próximo de 15 milhões de Euros no aumento de custos.

No que se refere a custos com a locação ou aluguer de aeronaves, verificaram-se aumentos significativos nos encargos com locação operacional, bem como aumentos nos encargos com ACMI de duas aeronaves ATR da OMNI, mas em sentido contrário verificou-se uma redução muito pronunciada nos custos com fretamentos. A redução de encargos com fretamentos deve-se ao elevado número de fretamentos realizados em 2014, função do atraso na entrada em operação das 6 novas aeronaves recebidas em meados desse ano. O custo com ACMIs aumentou em 2015 pelo facto de os dois ATRs em ACMI terem operado o ano inteiro ao invés do sucedido no ano anterior quando operaram apenas a partir do Verão.

O aumento em cerca de um terço dos encargos com *leasing* operacional justifica-se pela conjugação dos efeitos do aumento médio do número de aviões em locação, pela valorização da moeda de denominação das rendas, o dólar, e pela alteração do valor da renda média por aeronave. O aumento global de custos com locação operacional, que inclui também locação de reatores de reserva, foi de cerca de 20 milhões de Euros, mas a redução em fretamentos compensou parcialmente esse agravamento.

42 - Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal decompõem-se conforme segue:

	2015	2014
Remunerações do pessoal	428.346	437.995
Encargos sociais	86.150	87.816
Outros gastos com o pessoal	44.518	45.708
Gastos com benefícios pós-emprego (Nota 28)	7.391	7.361
	566.405	578.880

Os gastos com pessoal situaram-se em 566 milhões de Euros, registando uma redução de 2% face ao ano anterior. Em 2014, aquando do aumento de frota e de operação, havia sido necessário recorrer, na fase de formação e recrutamento de novo pessoal navegante, ao pagamento de mais remunerações variáveis do que em situação normal. Esses valores já não foram despendidos em 2015, tendo-se reduzido a componente de remunerações variáveis e verificado um aumento nas remunerações fixas do pessoal navegante técnico e comercial, com impacto anual, do quadro de pilotos e assistentes de bordo, em média em 7,5% e 5%, respetivamente.

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais do Grupo TAP, em 2015 e 2014, foram:

	2015	2014
Conselho Administração / Geral e de Supervisão (Nota 56)	2.115	2.516
Assembleia Geral	3	3
Conselho Fiscal / Fiscal Único	11	76
	2.129	2.595

A rubrica “Outros gastos com o pessoal” detalha-se do seguinte modo:

	2015	2014
Seguros	19.539	17.666
Gastos de ação social	10.936	12.447
Comparticipação de refeições	5.016	5.207
Indemnizações	3.124	2.523
Outros	5.903	7.865
	44.518	45.708

43 - Imparidade de inventários (perdas/reversões)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica detalha-se como segue:

	2015		2014	
	Imparidade em inventários	Reversão de imparidade em inventários	Imparidade em inventários	Reversão de imparidade em inventários
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo (Nota 20)	591	(739)	2.035	(1.930)
	591	(739)	2.035	(1.930)
		(148)		105

44 - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica detalha-se conforme segue:

	2015		2014	
	Imparidade de contas a receber	Reversão de imparidade de contas a receber	Imparidade de contas a receber	Reversão de imparidade de contas a receber
Clientes (Nota 21)	6.925	(1.363)	15.650	(2.426)
Outras contas a receber - correntes (Nota 18)	143	(33)	255	(176)
Outros ativos financeiros (Nota 13)	-	-	741	-
	7.068	(1.396)	16.646	(2.602)
		5.672		14.044

45 - Provisões (aumentos/reduções)

O detalhe do valor apurado na rubrica de provisões, líquidas de dotações e reversões, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é o seguinte:

	2015	2014
Provisão para processos judiciais em curso (Nota 26)	(370)	5.752
Outras provisões (Nota 26)	192	(46)
	(178)	5.706

46 - Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)

Em 2015 não foi reconhecida qualquer imparidade de ativos fixos. Em 2014 foi reconhecida uma perda por imparidade para as aeronaves Embraer 145 no montante de 1.984 milhares de Euros, dada a expectativa de venda da referida frota e seu impacto no valor recuperável face ao valor contabilístico.

47 - Aumentos/reduções de justo valor

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi reconhecido, nos resultados do exercício, uma perda de 174 milhares de Euros (2014: um ganho de 104 milhares de Euros) resultantes da variação de justo valor das propriedades de investimento (Nota 6).

48 - Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de outros rendimentos e ganhos detalha-se como segue:

	2015	2014
Rendimentos suplementares	41.126	48.415
Ganhos em ativos fixos tangíveis	25.628	583
Descontos de pronto pagamento obtidos	246	188
Ganhos em inventários	83	313
REFIS (Nota 26)	-	51.594
Ganhos em propriedades de investimento (Nota 6)	-	965
Outros rendimentos e ganhos	1.000	1.900
	68.083	103.958

A rubrica "Rendimentos suplementares" apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015	2014
Publicidade	10.967	9.803
Material de armazém recuperado	8.660	8.240
Venda de milhas	8.534	18.402
Rendas e sublocações	2.389	2.191
Outras	10.576	9.779
	41.126	48.415

A variação verificada em ganhos em ativos fixos tangíveis, deve-se, essencialmente, à mais-valia originada pela alinação de seis aeronaves A319 numa operação de *sale and leaseback* no final de 2015, no montante de 24.207 milhares de Euros (Nota 5).

De acordo com a legislação fiscal no Brasil, nomeadamente a Lei 13.043 de 2014, foi possível utilizar prejuízos fiscais reportáveis através da consolidação do parcelamento especial de alguns débitos fiscais. Assim, no exercício de 2014, a TAP M&E Brasil optou por utilizar os seus prejuízos, através do abatimento dos juros da dívida em 34% (alíquota dos impostos), o que resultou na eliminação de prejuízos fiscais reportáveis no montante de 51.594 milhares de Euros, anulando assim a totalidade da dívida do REFIS (Nota 26).

49 - Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de outros gastos e perdas detalha-se como segue:

	2015	2014
Diferenças de câmbio desfavoráveis operacionais	51.272	5.391
Impostos	10.297	11.274
Outros gastos e perdas de serviços financeiros	5.448	5.301
Indemnizações por ação judicial	2.896	6.012
Perdas em ativos fixos tangíveis	2.621	1.838
Perdas em inventários	1.382	1.017
Multas e penalidades	484	636
Outros	2.816	1.788
	77.216	33.257

O incremento dos gastos com diferenças de câmbio desfavoráveis decorre, maioritariamente, do efeito conjunto da desvalorização do real e valorização do dólar, face ao euro.

50 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica decompõe-se como segue:

	2015	2014
Ativos fixos tangíveis (Nota 5)		
Edifícios e outras construções	5.748	5.821
Equipamento básico	53.454	73.559
Equipamento de transporte	168	153
Ferramentas e utensílios	998	1.892
Equipamento administrativo	1.339	1.615
Outros ativos fixos tangíveis	728	1.968
	62.435	85.008
Outros ativos intangíveis (Nota 8)		
Outros ativos intangíveis	262	429
	262	
	62.697	85.437

A variação ocorrida nesta rubrica deve-se, essencialmente, ao impacto da alteração efetuada ao valor residual em 2014 para as aeronaves que se encontravam na maturidade das suas vidas úteis em 2014.

51 - Juros e rendimentos e gastos similares obtidos/suportados

Os juros e rendimentos similares obtidos e os juros e gastos similares suportados, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, detalham-se como segue:

	2015	2014
Rendimentos e ganhos		
Juros obtidos de investimentos	4.633	3.091
	4.633	3.091
Gastos e perdas		
Juros suportados de financiamentos	42.971	44.659
Diferenças de câmbio desfavoráveis	20.143	36.688
Outros gastos e perdas financeiros	4.795	3.162
	67.909	84.509

O custo médio da dívida total do Grupo subiu ligeiramente, de 2014 para 2015, por efeito de reembolso de operações mais antigas, com *spreads* mais baixos, e manutenção de operações mais recentes com margens mais altas. Os gastos de financiamento do Grupo, excluídas diferenças cambiais, ascenderam a cerca de 48 milhões de Euros. O gasto financeiro global foi ainda acrescido de diferenças cambiais desfavoráveis decorrentes da valorização do dólar, incidindo sobre 13% da dívida total, para além de algumas diferenças cambiais relacionadas com depósitos em mercados externos. Contudo, em 2014 foi registado em gastos financeiros, além da valorização do dólar, o desconto concedido no âmbito do repatriamento de capitais sobre as vendas de 2013, na sequência das negociações efetuadas com as autoridades venezuelanas, no montante de 20,5 milhões de Euros, que justifica a redução de custos ocorrida em 2015.

52 - Imposto sobre o rendimento

As empresas do Grupo, com sede em Portugal, são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), com base nos seus resultados individuais, à taxa de 21%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de 22,5%. Nas medidas de austeridade previstas pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2015, esta taxa é elevada em 3% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 1,5 milhões de Euros e inferior a 7,5 milhões de Euros, é elevada em 5% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 7,5 milhões de Euros e inferior a 35 milhões de Euros, e é elevada em 7% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 35 milhões de Euros, resultando numa taxa máxima agregada de imposto de 29,5%.

No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

Nos termos do artigo nº 88 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas do Grupo, com sede em Portugal, encontram-se sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica “Imposto sobre o rendimento do exercício” apresenta o seguinte detalhe:

	2015	2014
Imposto corrente	12.739	10.026
Imposto diferido (Nota 15)	(29.906)	(7.923)
	(17.167)	2.103

O imposto corrente de 2015 refere-se, essencialmente, ao imposto corrente das subsidiárias TAP S.A. e LFP no montante de 8.974 milhares de Euros (2014: 7.046 milhares de Euros) e 3.004 milhares de Euros (2014: 2.198 milhares de Euros), respetivamente.

A reconciliação da taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2015 e 2014 é evidenciada como segue:

	2015	2014
Resultado antes de impostos	(168.944)	(78.846)
Taxa nominal de imposto	21%	23,0%
	(35.478)	(18.135)
Diferenças permanentes	6.705	(4.813)
(Constituição)/Reversão de AID referentes a prejuízos fiscais de anos anteriores	-	5.218
Insuficiência/(excesso) de estimativa para impostos do exercício anterior	1.397	90
Utilização prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores sem IDA	-	(346)
Prejuízos fiscais reportáveis do período sem IDA	2.253	13.118
Tributação autónoma e outras formas de tributação	7.956	6.971
Imposto sobre o rendimento	(17.167)	2.103
Taxa efetiva de imposto	10%	(3%)

53 - Interesses não controlados – resultado líquido

Os interesses não controlados, presentes na demonstração consolidada dos resultados, a 31 de dezembro de 2015 e 2014 detalham-se como segue:

	2015	2014
Interesses não controlados de resultado líquido		
TAP M&E Brasil	(546)	-
Cateringpor	567	643
LFP	4.244	3.504
	4.265	4.147

54 – Outros gastos não recorrentes

Na sequência do enquadramento descrito na Nota 22, é entendimento do Conselho de Administração que a melhor estimativa, em 31 de dezembro de 2015, para a taxa de atualização cambial das disponibilidades retidas na Venezuela é a taxa SIMADI, a qual representou o reconhecimento de uma variação cambial negativa, no montante de 91.394 milhares de Euros, registada nesta rubrica, dado refletir uma situação considerada como não recorrente, tendo em conta a sua natureza e magnitude no contexto das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

55 - Relato por segmentos

Foram identificados os seguintes segmentos de negócio: transporte aéreo, manutenção, *free shop*, *catering* e outros. Os resultados de cada segmento correspondem àqueles que lhes são diretamente atribuíveis, bem como os que, numa base razoável, lhes podem ser atribuídos.

A informação financeira, por segmentos de negócio, do exercício de 2015, analisa-se como segue:

	Transp. Aéreo	Manutenção		<i>Free shop</i>	<i>Catering</i>	Holdings e outros	Anulações Intersegmentais	Consolidado
		Portugal	Brasil					
RÉDITOS								
Réditos	2.226.998	102.021	68.611	190.938	46.652	50.063	(87.347)	2.597.936
Resultados operacionais	(99.762)	10.881	(17.061)	11.674	1.585	(12.985)	-	(105.668)
Resultados financeiros líquidos externos	(2.131)	-	(23.102)	(3)	10	(38.050)	-	(63.276)
Ganhos líquidos em associadas	-	-	-	-	-	1.067	-	1.067
Imposto sobre o rendimento	(7.754)	-	-	(3.009)	(437)	28.367	-	17.167
Interesses não controlados	-	-	(546)	4.244	567	-	-	4.265
Resultado líquido do exercício	(109.647)	10.881	(40.163)	8.662	1.158	(22.668)	-	(151.777)

A informação financeira, por segmentos de negócio, do exercício de 2014, analisa-se como segue:

	Transp. Aéreo	Manutenção		<i>Free shop</i>	<i>Catering</i>	Holdings e outros	Anulações Intersegmentais	Consolidado
		Portugal	Brasil					
RÉDITOS								
Réditos	2.342.628	92.049	75.394	179.386	42.233	49.738	(83.107)	2.698.321
Resultados operacionais	(12.538)	13.678	(2.751)	9.352	1.706	(6.875)	-	2.572
Resultados financeiros líquidos externos	(20.985)	-	(19.852)	10	31	(40.622)	-	(81.418)
Ganhos líquidos em associadas	-	-	-	-	-	1.611	-	1.611
Imposto sobre o rendimento	(5.612)	-	-	(2.211)	(425)	6.145	-	(2.103)
Interesses não controlados	-	-	-	3.504	643	-	-	4.147
Resultado líquido do exercício	(39.135)	13.678	(22.603)	7.151	1.312	(41.352)	-	(80.949)

56 - Entidades relacionadas

Os saldos e transações entre as empresas do grupo que integram o perímetro de consolidação são eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as empresas associadas (consolidadas por equivalência patrimonial) encontram-se discriminados nos quadros abaixo. Os termos ou condições praticados entre o Grupo e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos termos que normalmente seriam contratados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os elementos do Conselho de Administração do Grupo foram considerados, de acordo com a IAS 24, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do Grupo.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Geral e de Supervisão ascenderam a 2.115 milhares de Euros (2014: 2.516 milhares de Euros), conforme Nota 42.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os **saldos** com entidades relacionadas decompõem-se como segue:

	2015 - Ativos		
	Outras contas a receber não correntes (Nota 18)	Clientes (Nota 21)	Outras contas a receber correntes (Nota 18)
Empresas associadas			
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	4.700	1.157	106
	4.700	1.157	106

	2015 - Passivos		
	Fornecedores (Nota 30)	Outras contas a pagar correntes (Nota 31)	Diferimentos
Empresas associadas			
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	(6.862)	(193)	(100)
	(6.862)	(193)	(100)

	2014 - Ativos		
	Outras contas a receber não correntes (Nota 18)	Clientes (Nota 21)	Outras contas a receber correntes (Nota 18)
Empresas associadas			
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	4.700	1.599	3.305
	4.700	1.599	3.305

	2014 - Passivos		
	Fornecedores (Nota 30)	Outras contas a pagar correntes (Nota 31)	Diferimentos
Empresas associadas			
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	(7.543)	(264)	(99)
	(7.543)	(264)	(99)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as **transações** ocorridas entre partes relacionadas decompõem-se como segue:

	2015				
	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Resultados financeiros
Empresas associadas					
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	(77.614)	(8)	6.592	1.235	89
	(77.614)	(8)	6.592	1.235	89

	2014				
	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Resultados financeiros
Empresas associadas					
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	(80.542)	(10)	6.753	1.178	240
	(80.542)	(10)	6.753	1.178	240

As transações, no montante de 77.614 milhares de Euros (2014: 80.542 milhares de Euros) registadas em fornecimentos e serviços externos, são referentes a serviços prestados, em terra, pela SPdH, de apoio a aeronaves, passageiros, bagagem, carga e correio.

57 - Contingências

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o Grupo não possuía ativos contingentes.

Passivos contingentes

A subsidiária brasileira TAP M&E Brasil possui ações de naturezas tributária, cível e laboral, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos seus consultores jurídicos, para as quais não foi constituída provisão, conforme segue:

→ Ações laborais

(i) Periculosidade/Insalubridade e Outras

Valor: 50.733 milhares de Euros

A principal ação laboral refere-se, ao requerimento de pagamento adicional de insalubridade e periculosidade, para todos os funcionários que exercem a função de auxiliar de manutenção de aeronaves em Porto Alegre. Após análise da prova pericial, foi concluído que as atividades exercidas não se caracterizam como perigosas ou insalubres. O processo encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho de Brasília com recurso do Sindicato para ser julgado.

As outras ações dizem respeito a processos individuais, relativos a reclamações de diversas naturezas, tais como, horas extra, danos morais, entre outros.

A TAP M&E Brasil entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que destes processos não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

→ **Ações fiscais**

- (ii) Auto de infração de imposto de importação (“II”), imposto sobre produtos industrializados (“IPI”), programa de integração social (“PIS”) e contribuição para financiamento da segurança social (“COFINS”)
Valor: 18.705 milhares de Euros

A subsidiária foi notificada pela Reserva Federal, em 26 de abril de 2010, que entendeu não serem aplicáveis às operações de importação da subsidiária a isenção de II e IPI e a alíquota 0% de PIS e COFINS. Aguarda-se o julgamento da impugnação administrativa apresentada pela subsidiária.

A TAP M&E Brasil entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que deste processo não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015. A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.

- (iii) Execução fiscal de obrigações acessórias de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (“ICMS”)
Valor: 7.593 milhares de Euros

Em dezembro de 2007, a subsidiária foi notificada, no âmbito de uma execução fiscal, proposta pela Fazenda do Estado de São Paulo (Guarulhos), relativa a obrigações acessórias de ICMS. A subsidiária realizou a penhora de 2% da faturação, bem como a suspensão da execução com as razões para a revisão da execução fiscal. Atualmente, a subsidiária está a aguardar a decisão do Juiz em relação à suspensão da execução. A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.

- (iv) Auto de infração de incumprimento no regime de importação temporária
Valor: 4.645 milhares de Euros

Em 2012, a subsidiária foi notificada pela Receita Federal, devido ao não cumprimento do regime de importação temporária. Aguardam julgamento do recurso interposto junto do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (“CARF”). Os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda para a subsidiária é considerada como possível.

(v) Auto de infração de PIS e COFINS

Valor: 2.501 milhares de Euros

O fisco entendeu haver diferenças entre o livro de razão analítico e a declaração de débitos e créditos tributários federais (“DCTF”), referente ao ano de 2006. Atualmente, a subsidiária está a aguardar o julgamento de impugnação na Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (“DRJ”). A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.

(vi) Auto de infração de imposto de renda da pessoa jurídica (“IRPJ”), contribuição social sobre lucro líquido (“CSLL”), PIS e COFINS referente ao ano de 2007

Valor: 1.244 milhares de Euros

O fisco federal entendeu que haveria inconsistência nas declarações apresentadas pela subsidiária brasileira, desconsiderando, assim, toda a contabilidade para o período mencionado e arbitrando o valor dos tributos devidos. No decurso do ano de 2013, o processo, cujo montante era mais significativo, relacionado com o IRPJ e CSLL foi concluído com êxito. Relativamente às contribuições PIS e COFINS foi apresentada manifestação de inconformidade e aguarda-se o julgamento em 1ª instância.

(vii) Auto de infração de ICMS

Valor: 947 milhares de Euros

A TAP M&E Brasil foi notificada, em 2014, pela Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul, pelo aproveitamento de crédito de ICMS de energia elétrica na filial de Porto Alegre. A subsidiária apresentou impugnação, não havendo previsão para o julgamento. Os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda para a subsidiária é considerada como possível.

→ **Ações cíveis**

(viii) Execução de honorários de advogados

Valor: 2.352 milhares de Euros

Execução de honorários por parte de um escritório de advogados contra a subsidiária, no âmbito da desistência de ação e adesão ao programa de parcelamento do REFIS (Programa de Recuperação Fiscal), encontrando-se em fase de julgamento do recurso. Os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda para a subsidiária é considerada como possível.

→ **Outras**

(ix) Ativos penhorados

Valor: 11.386 milhares de Euros

A subsidiária TAP M&E Brasil possui diversos bens ativos penhorados, no valor de 11.386 milhares de Euros (15.243 milhares de Euros em 2014), que se referem a garantias requeridas em processos fiscais e laborais. Entre os bens encontram-se veículos, computadores, componentes, itens dos hangares do Rio de Janeiro e Porto Alegre, entre outros.

A divulgação do passivo contingente de natureza laboral, efetuada em 31 de dezembro de 2014, no montante de 3.610 milhares de Euros, referente ao fundo de garantia do tempo de serviço (“FGTS”) não depositado entre 2002/2004, relativo ao processo movido pelo sindicato onde é reclamado o depósito do FGTS entre o período 2002 e 2004 de todos os funcionários de Porto Alegre, não é aplicável à data de 31 de dezembro de 2015, uma vez que de acordo com a avaliação dos consultores legais e dos jurídicos da subsidiária, foi alterado o prognóstico deste processo para remoto.

A divulgação do passivo contingente de natureza cível, efetuada em 31 de dezembro de 2014, referente a um pedido de indemnização, solicitado na sequência de um acidente de trabalho, no montante de 1.306 milhares de Euros, não é aplicável à data de 31 de dezembro de 2015, uma vez que após revisão do processo, foi concluído que a subsidiária não tinha responsabilidade no acidente de trabalho.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as garantias prestadas pelo Grupo decompõem-se como segue:

	2015	2014
Garantias bancárias prestadas pela TAP S.A.		
Aeronaves	45.874	37.573
Linha de crédito BIC Angola (não utilizada)	18.371	16.473
Combustíveis	3.019	3.072
Natw est - <i>Acquiring</i> referente a cartões de crédito	2.861	2.696
Estado Português - Exploração das linhas dos Açores	1.654	1.654
Tribunal do Trabalho	1.329	1.525
Outras	11.170	16.004
Garantias bancárias prestadas pela LFP		
Contratos de concessão de licenças de exploração das Lojas Francas	9.000	9.000
Garantias bancárias prestadas por outras Empresas do Grupo	397	672
Cauções prestadas a seguradoras	90	87
	93.765	88.756

O reforço efetuado, durante o corrente exercício, nas garantias bancárias prestadas pela TAP S.A., referentes a aeronaves, prende-se, essencialmente, com os contratos de locação operacional.

58 - Detalhe dos ativos e passivos financeiros

A reconciliação das posições financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, com as diversas categorias dos ativos e passivos financeiros, nelas incluídas, detalha-se como segue:

2015					
	Instrumentos financeiros derivados designados como instrumentos de cobertura (Nota 24)	Créditos e valores a receber	Outros passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total
Ativos					
Outros ativos não correntes	-	50.952	-	-	50.952
Valores a receber correntes	-	202.326	-	30.699	233.025
Depósitos bancários restritos	-	4.177	-	-	4.177
Caixa e seus equivalentes	-	136.814	-	-	136.814
Total Ativos	-	394.269	-	30.699	424.968
Passivos					
Financiamentos obtidos não correntes	-	-	(743.370)	-	(743.370)
Outros passivos não correntes	(1.038)	-	(82.981)	-	(84.019)
Financiamentos obtidos correntes	-	-	(198.797)	-	(198.797)
Valores a pagar correntes	-	-	(420.062)	(357.665)	(777.727)
Total Passivos	(1.038)	-	(1.445.210)	(357.665)	(1.803.913)

2014					
	Instrumentos financeiros derivados designados como instrumentos de cobertura (Nota 24)	Créditos e valores a receber	Outros passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total
Ativos					
Outros ativos não correntes	-	50.691	-	-	50.691
Valores a receber correntes	-	216.797	-	30.972	247.769
Depósitos bancários restritos	-	100.917	-	-	100.917
Caixa e seus equivalentes	-	140.364	-	-	140.364
Total Ativos	-	508.769	-	30.972	539.741
Passivos					
Financiamentos obtidos não correntes	-	-	(427.969)	-	(427.969)
Outros passivos não correntes	(1.492)	-	-	-	(1.492)
Financiamentos obtidos correntes	-	-	(633.682)	-	(633.682)
Valores a pagar correntes	(49.166)	-	(458.937)	(393.627)	(901.730)
Total Passivos	(50.658)	-	(1.520.588)	(393.627)	(1.964.873)

Na tabela que se segue, apresentam-se os ativos e passivos, mensurados ao justo valor a 31 de dezembro de 2015 e 2014, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor previstos na IFRS 13:

Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da posição financeira;

Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais *inputs* dos modelos utilizados são observáveis no mercado; e

Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

→ **Ativos mensurados ao justo valor**

	2015		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos não financeiros			
Propriedades de investimento	-	2.216	

	2014		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos não financeiros			
Propriedades de investimento	-	2.139	-

→ **Passivos mensurados ao justo valor**

	2015		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros			
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em reservas - derivados de cobertura	-	1.038	-
Passivos não financeiros			
Diferimentos - Programa de fidelização de clientes	-	41.995	-

	2014		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros			
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em reservas - derivados de cobertura	-	50.658	-
Passivos não financeiros			
Diferimentos - Programa de fidelização de clientes	-	30.766	-

Instrumentos financeiros derivados

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído na rubrica de valores a pagar, quando negativo, e na rubrica de valores a receber, quando positivo.

No decurso de 2015 e 2014, a variação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados, foi registada em capitais próprios.

A decomposição do justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se detalhada na Nota 24.

Créditos e valores a receber

Estes valores são reconhecidos, inicialmente, ao seu justo valor, correspondendo ao seu valor nominal, deduzido de eventuais imparidades identificadas no decurso da análise dos riscos de crédito.

Outros passivos financeiros

Estes valores são reconhecidos pelo seu custo amortizado, correspondendo ao valor dos respetivos fluxos de caixa, descontados pela taxa efetiva de juro associada a cada um dos passivos.

60 – Compromissos

→ Compromissos de compra

Em 31 de dezembro de 2015 existiam compromissos financeiros, assumidos pela subsidiária TAP S.A., relativos a rendas de locação operacional de aviões e reatores, no montante de 342.014 milhares de Euros (310.001 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2014) (Nota 27).

A 31 de dezembro de 2014, estava contratada com a Airbus S.A.S. (“Airbus”) a compra futura de 12 aeronaves Airbus A350, a receber entre 2017 e 2019, com mais 3 de opção. Em novembro de 2015 o Grupo acordou com a Airbus o cancelamento deste contrato, tendo ficado desonerado de qualquer obrigação decorrente do mesmo. Os adiantamentos já realizados à Airbus (39.956 milhares de Euros), por conta da aquisição em apreço, foram alocados ao novo contrato entretanto celebrado com a Airbus, previamente negociado entre esta entidade e a DGN Corporation, para a aquisição futura de 53 aeronaves (15 A320 NEO, 24 A321 NEO e 14 A330 NEO), a receber entre 2017 e 2025. Importa ainda salientar que o contrato prevê a existência de penalidades contratuais por cada aeronave que não seja adquirida.

→ Outros compromissos

É intenção do Grupo proceder, em 2016, à substituição da atual frota da Portugalia (6 Fokker 100 e 8 Embraer 145) por 9 Embraer 190 e 8 ATR 72-600, provenientes da Azul, S.A., através da celebração de *sub leases* com esta entidade, no que diz respeito aos 9 Embraer, e de um contrato de ACMI com a White Airways, S.A. no que se refere aos ATR.

61 - Eventos subsequentes

Na sequência do processo de privatização/reprivatização do Grupo TAP, em 6 de fevereiro de 2016 foi celebrado entre o Estado Português e a Atlantic Gateway um “Memorando de Entendimento”, tendo por objeto a negociação da venda, pela Atlantic Gateway ao Estado, de ações representativas do capital social da TAP SGPS, de modo a que a Parpública passe a ser titular de um número de ações correspondente a 50% do

capital social da TAP SGPS, mantendo-se a TAP SGPS como empresa privada. A referida venda fica condicionada à verificação prévia de determinadas condições, de entre as quais as necessárias autorizações de terceiros (incluindo a ANAC) e a reestruturação financeira do Grupo TAP.

A 19 de fevereiro de 2016 a ANAC notificou, presencialmente, a TAP S.A. e a Portugalia de uma deliberação adotada na mesma data pelo Conselho de Administração da ANAC, na qual a ANAC, considera que existem, face aos elementos até à data submetidos para análise pela TAP S.A. e pela Portugalia, e tendo em atenção o disposto no Regulamento (referido na Nota 1), fundados indícios da inexistência de “Controlo Efetivo” por parte de um nacional de um Estado-Membro Grupo. Consequentemente, a ANAC aplica a ambas as transportadoras aéreas um conjunto de medidas provisórias e cautelares limitadoras da sua atuação, sujeitando a prévia autorização escrita da ANAC todos os atos e operações que excedam a gestão normal e corrente.

Em 22 de fevereiro de 2016 decorreu uma reunião entre a Comissão Executiva da TAP S.A. e o Conselho de Administração da ANAC, com o objetivo de esclarecer alguns aspetos do conteúdo da notificação da deliberação da ANAC supramencionada, relativa à aquisição pela Atlantic Gateway de parte do capital da TAP SGPS. Foi decidido realizar reuniões de trabalho entre as duas partes com o objetivo de esclarecer a cada momento eventuais dúvidas, garantindo que o atual processo de privatização continuará a decorrer nos termos previstos.

Em 17 de fevereiro de 2016, o Governo Venezuelano anunciou a simplificação do seu sistema cambial através das seguintes alterações:

- desvalorização da taxa de câmbio CENCOEX de 6,3 VEF/USD para 10 VEF/USD;
- eliminação da taxa de câmbio SICAD;
- substituição da taxa de câmbio SIMADI por um novo sistema cambial cuja taxa de conversão cambial se estima que tenha início nos 200 VEF/USD.

Importa salientar que, face à estimativa já refletida nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo TAP em 31 de dezembro de 2015, conforme mencionado na Nota 22, a referida situação não terá impactos relevantes nos resultados futuros do Grupo TAP.

Em 8 de março de 2016 foi aprovado, em Assembleia Geral, a emissão pela TAP SGPS, de um empréstimo obrigacionista, a 10 anos, convertível em ações da Empresa no montante de 120 milhões de Euros. A referida emissão é composta por duas séries: a primeira (série A), no valor de 90 milhões de Euros, a subscrever pela Azul, S.A. e a segunda (série B), no valor de 30 milhões de Euros, a subscrever até 20 de Junho de 2016, pela Parpública ou pela Azul, S.A., caso a Parpública opte por não exercer o seu direito de subscrição. A conversão das referidas obrigações em ações da TAP SGPS e a constituição de garantias no âmbito desta emissão ficam condicionadas a aprovação expressa da ANAC.

TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Sandra Candeias Matos da Luz

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Humberto Manuel dos Santos Pedrosa
Presidente

Fernando Abs da Cruz Souza Pinto
Presidente da Comissão Executiva

David Humberto Canas Pedrosa
Vogal da Comissão Executiva

Maximilian Otto Urbahn
Vogal da Comissão Executiva

David Gary Neeleman
Vogal

Philippe Calixte Albert Delmas
Vogal

Sydney John Isaacs
Vogal

Robert Aaron Milton
Vogal

Henri Courpron
Vogal

Tiago Gonçalves de Aires Mateus
Vogal

Francisco Maria Freitas de Morais Sarmiento Ramalho
Vogal